

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
Doutorado em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc

ALAN JOSÉ ALCÂNTARA DE FIGUEIREDO

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA
DO PARAMIRIM

SALVADOR – BA
2024

ALAN JOSÉ ALCÂNTARA DE FIGUEIREDO

**CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA
DO PARAMIRIM**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, Linha de Pesquisa 3: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, para obtenção do título de Doutor em Educação e Contemporaneidade.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Tanajura Machado.

**SALVADOR – BA
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Bibliotecária: Célia Maria da Costa CRB: 5/918

F475c Figueiredo, Alan José Alcântara de
Contribuições da educação profissional para o desenvolvimento do território
de identidade da Bacia do Paramirim / Alan José Alcântara de Figueiredo .-
Salvador, 2024.
235 f.

Orientadora: Célia Tanajura Machado.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de
Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade –
PPGEDUC, Campus. 2024.

Contém referências e apêndices.

1. Ensino Profissional - Bahia. 2. Centro Territorial de Educação Profissional
da Bacia do Paramirim – Bahia – Qualificação profissional. 3. Educação para o
trabalho – Política governamental – Brasil. 4. Ensino técnico – Aspectos sociais
- Bahia. 5. Paramirim, Rio, Bacia – Educação - Desenvolvimento econômico. I.
Machado, Célia Tanajura. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de
Educação. Campus I. III. Título.

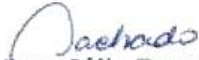
CDD:371.425098142

FOLHA DE APROVAÇÃO

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA DO PARAMIRIM

ALAN JOSÉ ALCÂNTARA DE FIGUEIREDO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc, em 22 de agosto de 2024, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:


Prof. Dra. Célia Tanajura Machado
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil





Documento assinado digitalmente

ANA LUCIA CUNHA QUARTE

Data: 03/08/2024 22:18:55-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.  e
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Doutorado em Educação
Universidade de Brasília, UnB, Brasil


Prof. Dr. Antonio Almerico Biendi Lima
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil




Documento assinado digitalmente

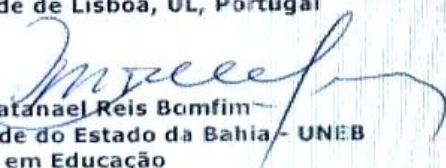
CRISTINA KAWALKIEWICZ

Data: 29/08/2024 09:17:04-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dra. Cristina Kawalkiewicz
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Brasil


Prof. Dra. Gabriela Sousa Rego Pimentel
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade de Lisboa, UL, Portugal


Prof. Dr. Natanael Reis Bomfim
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Université du Québec à Montréal – UQ, Canadá

DEDICATÓRIA

À memória do Maestro José Benedito do Amaral
e do Prof. Dr. Ático Vilas-Boas da Mota.
O primeiro agraciado pelo dom da Música, foi formado na oficina da vida;
o segundo galgou os píncaros da Academia nacional e romena:
Ambos, mestres, amigos, motivadores, faróis.
Aos meus queridíssimos filhos
Miguel Inácio,
Alan Júnior e
Maria Vitória
os quais, trilhando seus próprios caminhos acadêmicos, constroem presente, futuro e fazem
transbordar de alegrias e de agradecimentos os corações de seus pais.

AGRADECIMENTOS

A metáfora “a vida é um rio” exprime bem este momento: o rio traz e leva, o rio dá e toma, enfim, o rio é fim e é (re)começo. O rio da vida me deu pais amorosos e previdentes, e já os levou: Manoelito e Noéli – saudades! Também me deu um amor que frutificou: Acidália, Miguel, Alan Júnior e Vitória – alegrias! Me cercou com uma família-suporte que cresceu: irmãs (biológica e de coração), tios, primos, cunhados, sobrinhos, sobrinhas-netas, sogra – gratidão!

O rio da vida me deu um porto: Macaúbas, a “terra bendita” que me viu nascer. Formação, cultura, educação, amizades – agradecimentos! Gratidão a uma comunidade que se alegra e acompanha meu processo de doutoramento: Monsenhor Oswaldo e Padre Osvaldino – seus representantes!

Cetep da Bacia do Paramirim: meu local de trabalho, de amizades enraizadas ou que se renovam a cada ano; meu canteiro de realizações – comprometimento transformador!

E o rio me levou a um porto novo, maior, imenso: PPGEduc/Lavoro! Conhecimento vasto, infinito; novos contatos, novos amigos/as, novos horizontes. Professora Célia Tanajura Machado – admiração!

Nessa travessia, duas Mãos remam comigo – amor e devoção!

Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E a vida é trabalho
E sem o seu trabalho
Um homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata
Não dá pra ser feliz
Não dá pra ser feliz.
(Gonzaguinha)

RESUMO

O presente trabalho inscreve-se na Linha de Pesquisa 3 – Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável – do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) e no âmbito do Trabalho: Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão, Trabalho e Educação, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Tem como objetivo analisar as contribuições ao desenvolvimento econômico, político, ambiental e cultural decorrentes da oferta da Educação Profissional e Tecnológica pelo Cetep da Bacia do Paramirim para o Território de Identidade no qual se localiza. A pesquisa adota a abordagem qualitativa e utiliza a estratégia de estudo de caso do tipo único/holístico. Os dados foram produzidos a partir de pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Foram analisados documentos produzidos pelas diversas instâncias governamentais federais e estaduais que estabelecem o regramento legal para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) e outros documentos resultantes da dinâmica da unidade escolar lócus desta pesquisa. Revisada a literatura da área de trabalho e educação, que versa sobre o fenômeno estudado, realizou-se a triangulação com os dados obtidos pela pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas, grupo de interlocução realizados junto aos sujeitos envolvidos no processo e um relato extra. A abordagem teórico-metodológica da pesquisa foi orientada pelas categorias de análise do materialismo histórico-dialético, a saber: historicidade, contradição, mediação e totalidade. Foram determinadas duas categorias norteadoras, quais sejam: educação profissional e desenvolvimento territorial, as quais foram desenvolvidas a partir desta base teórica principal: Educação profissional (relação trabalho/educação): Silvia Maria Manfredi (2002; 2016), Álvaro Vieira Pinto (2005), Luís Antônio Cunha (2005), Karl Marx e Friederich Engels (2008 e 1992), Marise Nogueira Ramos (2011), Alessandro Melo e Sandra Teresinha Urbanitz (2011), Karl Marx (2013), Maria Ciavatta (2014), Lysie Reis (2019), Gaudêncio Frigotto (2001 e 2023), Tiago Fávero Oliveira e Gaudêncio Frigotto (2023) e Desenvolvimento territorial: Milton Santos (2006), Natanael Reis Bonfim (2009), Rafael Echeverri Perico (2009), André Silva Pomponet (2012a e 2012b), Cintya Dantas Flores (2014), Wilson José Vasconcelos Dias (2017). Os resultados encontrados confirmam a hipótese inicial de que a Educação Profissional contribuiu para o desenvolvimento territorial. No desenvolvimento das categorias norteadoras, revelaram-se importantes fatos históricos, que contribuem para a historiografia tanto da educação quanto do trabalho e da técnica no espaço estudado.

Palavras-chave: Educação Profissional. Cetep da Bacia do Paramirim. Desenvolvimento Territorial. Bacia do Paramirim. Bahia.

ABSTRACT

This work belongs to Research Line 3 – Education, Management and Sustainable Local Development – of the Postgraduate Program in Education and Contemporaneity (PPGEduC) and falls within the scope of *Lavoro*: Group of Studies and Research in Management, Work and Education, from the State University of Bahia (UNEB). This study aims to examine the contributions of professional and technological education provided by CETEP of the Paramirim Basin to the economic, political, environmental, and cultural development of the identity territory in which it is located. The research adheres to a qualitative methodology and a single/holistic case study strategy. The data were produced following the collection of documentaries, bibliographic, and field research materials. Documents produced by the various federal and state governments bodies that establish the legal regulations for Secondary Technical Professional Education (EPTNM) and other documents resulting from the dynamics of the school unit, which was the locus of this research, were evaluated through a systematic and critical analysis. As a result of a review of the existing literature on the relationship between work and education, which deals with the phenomenon under study, a process of triangulation was carried out by combining the data obtained through field research, semi-structured interviews, group discussions with the subjects involved in the process, and a report. The analytical categories of historical-dialectical materialism, namely historicity, contradiction, mediation, and totality, guided the theoretical-methodological approach to the study. Two overarching categories were identified as a foundation for the subsequent analysis: professional education and territorial development. These categories were developed from a primary theoretical framework. The category of professional education encompasses the relationship between work and education. Notable contributors to this field include Silvia Maria Manfredi (2002; 2016), Álvaro Vieira Pinto (2005), Luís Antônio Cunha (2005), Karl Marx and Friederich Engels (2008 and 1992), Marise Nogueira Ramos (2011), and Alessandro Melo and Sandra Teresinha Urban. Additionally, further contributions to this field of study have been made by authors including Itz (2011), Karl Marx (2013), Maria Ciavatta (2014), Lysie Reis (2019), Gaudêncio Frigotto (2001 and 2023), and Tiago Fávero Oliveira and Gaudêncio Frigotto (2023). About the topic of territorial development, the following authors have also made valuable contributions: among the most notable contributors to this field are Milton Santos (2006), Natanael Reis Bonfim (2009), Rafael Echeverri Perico (2009), André Silva Pomponet (2012a and 2012b), Cintya Dantas Flores (2014), and Wilson José Vasconcelos Dias (2017). The results serve to corroborate the initial hypothesis that Professional Education has been a significant contributor to the development of the territory on which the study is based. In the process of developing the guiding categories, some important historical facts emerge which contribute to the historiography of education, work, and technique in the space on which the study is focused.

Keywords: Professional Education. Cetep of the Paramirim Basin. Territorial Development. Paramirim Basin. State of Bahia.

RESUMEN

Este trabajo forma parte de la Línea de Investigación 3 – Educación, Gestión y Desarrollo Local Sostenible – del Programa de Posgrado en Educación y Contemporaneidad (PPGEduC) y en el ámbito de Lavoro: Grupo de Estudios e Investigaciones en Gestión, Trabajo y Educación, de la Universidad Estadual de Bahía (UNEB). Tiene como objetivo analizar los aportes al desarrollo económico, político, ambiental y cultural derivados de la prestación de Educación Profesional y Tecnológica por parte del Cetep de la Cuenca del Paramirim para el Territorio de Identidad en el que se ubica. La investigación adopta un enfoque cualitativo y utiliza una estrategia de estudio de caso único/holístico. Los datos fueron producidos a partir de investigaciones documentales, bibliográficas y de campo. Se analizaron documentos elaborados por los distintos órganos del gobierno federal y estatal que establecen las normas legales para la Educación Secundaria Profesional y Tecnológica (EPTNM) y otros documentos resultantes de la dinámica de la unidad escolar que fue el foco de esta investigación. Revisada la literatura en el área de trabajo y educación, que aborda el fenómeno estudiado, se realizó una triangulación con los datos obtenidos a través de la investigación de campo, a través de entrevistas semiestructuradas, discusiones grupales realizadas con los sujetos involucrados en el proceso. y un informe extra. El abordaje teórico-metodológico de la investigación estuvo guiado por las categorías analíticas del materialismo histórico-dialéctico, a saber: historicidad, contradicción, mediación y totalidad. Se determinaron dos categorías rectoras, a saber: educación profesional y desarrollo territorial, las cuales se desarrollaron a partir de esta base teórica principal: Educación profesional (relación trabajo/educación): Silvia Maria Manfredi (2002; 2016), Álvaro Vieira Pinto (2005), Luís Antônio Cunha (2005), Karl Marx e Friederich Engels (2008 e 1992), Marise Nogueira Ramos (2011), Alessandro Melo e Sandra Teresinha Urbanitz (2011), Karl Marx (2013), Maria Ciavatta (2014), Lysie Reis (2019), Gaudêncio Frigotto (2001 e 2023), Tiago Fávero Oliveira e Gaudêncio Frigotto (2023) y Desarrollo territorial: Milton Santos (2006), Natanael Reis Bonfim (2009), Rafael Echeverri Perico (2009), André Silva Pomponet (2012a y 2012b), Cintya Dantas Flores (2014), Wilson José Vasconcelos Dias (2017). Los resultados encontrados confirman la hipótesis inicial de que la Educación Profesional contribuyó al desarrollo territorial. En el desarrollo de las categorías orientadoras se revelaron hechos históricos importantes, que contribuyen a la historiografía tanto de la educación, como del trabajo y la técnica en el espacio estudiado.

Palabras clave: Educación Profesional. Cetep de la Cuenca de Paramirim. Desarrollo Territorial. Cuenca de Paramirim. Bahía.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| FIGURA 1 – MAPA DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA DO PARAMIRIM (12)..... | 18 |
| FIGURA 2 – PAINEL “INSTALAÇÃO DO GINÁSIO DE MACAÚBAS 1960” DE AUTORIA DE HELBERT SANT’ANA, LOCALIZADO NA ENTRADA DO CETEP DA BACIA DO PARAMIRIM | 30 |
| FIGURA 3 – SOBRESCRITO DE ENVELOPE | 39 |
| FIGURA 4 – MAPA DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE – BAHIA | 67 |
| FIGURA 5 – RECORTE DO MAPA RODOVIÁRIO DA BAHIA PARA A BACIA DO PARAMIRIM..... | 80 |
| FIGURA 6 – CARRO COM RÉPLICA VIVA DO MONUMENTO A CASTRO ALVES NA PRAÇA HOMÔNIMA EM SALVADOR | 117 |
| FIGURA 7 – CAPA DO LIVRO “A ÁRVORE ENCANTADA” – 2018..... | 121 |
| FIGURA 8 – CAPA DA ANTOLOGIA “TERRITÓRIO BACIA DO PARAMIRIM: CONHECER E RECONHECER-SE” (2023) | 124 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POR REPOSITÓRIO, TIPO, TÍTULO, ANO, AUTOR/A E ORIENTADO/A (CONTINUA)..... | 22 |
| QUADRO 1 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POR REPOSITÓRIO, TIPO, TÍTULO, ANO, AUTOR/A E ORIENTADO/A (CONTINUA)..... | 23 |
| QUADRO 1 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POR REPOSITÓRIO, TIPO, TÍTULO, ANO, AUTOR/A E ORIENTADO/A (CONTINUA)..... | 24 |
| QUADRO 1 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POR REPOSITÓRIO, TIPO, TÍTULO, ANO, AUTOR/A E ORIENTADO/A (CONCLUSÃO)..... | 25 |
| QUADRO 2 – ARTESÃOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA QUENTE (ATUAL PARAMIRIM) - 1898..... | 42 |
| QUADRO 3 – ARTESÃOS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS – 1922..... | 43 |
| QUADRO 4 – RELAÇÃO DE CURSOS OFERTADOS PELO CETEP DA BACIA DO PARAMIRIM POR EIXO TECNOLÓGICO (CONTINUA) | 56 |
| QUADRO 4 – RELAÇÃO DE CURSOS OFERTADOS PELO CETEP DA BACIA DO PARAMIRIM POR EIXO TECNOLÓGICO (CONCLUSÃO)..... | 57 |
| QUADRO 5 – DADOS DO CENSO 2022 SOBRE OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A BACIA DO PARAMIRIM | 75 |
| QUADRO 6 – COMPARATIVO DE ESTUDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA TÉCNICA..... | 77 |
| QUADRO 7 – ANEXOS DO CETEP DA BACIA DO PARAMIRIM, POR MUNICÍPIO, ESCOLA DE VINCULAÇÃO E CURSO OFERTADO..... | 92 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| AC – | Atividade Complementar |
| ANA – | Agência Nacional de Água e Saneamento Básico |
| BDTD – | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações |
| BNC – | Base Nacional Comum |
| CAF – | Cadastro do Agricultor Familiar |
| CAR – | Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional |
| Cappa – | Comitê de Acompanhamento do Plano Plurianual |
| CEAS – | Colégio Estadual Aloysio Short |
| CEEP – | Centro Estadual de Educação Profissional |
| Cedeter – | Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial |
| CEDRS – | Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável |
| Cefet – | Centro Federal de Educação Tecnológica |
| CET – | Coordenação Estadual dos Territórios |
| Cetep – | Centro Territorial de Educação Profissional |
| CGT – | Central Geral dos Trabalhadores |
| CHESF – | Companhia Hidrelétrica do São Francisco |
| CIAT – | Comissão de Institucionalização de Ações Territoriais |
| CNE/CEB – | Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica |
| Codeter – | Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável |
| Convale – | Consórcio de Televisão do Vale do Paramirim |
| CT – | Colegiado Territorial |
| CUT – | Central Única de Trabalhadores |
| DAP – | Declaração de Aptidão ao PRONAF |
| DDD – | Discagem Direta a Distância |
| Direc – | Diretoria Regional de Educação |
| EI – | Estudante de curso integrado |
| EP – | Educação Profissional |
| EPI – | Educação Profissional Integrada |
| EPT – | Educação Profissional e Tecnológica |
| EPTNM – | Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio |
| ES – | Estudante de curso subsequente |

| | |
|-------------|---|
| Flimac – | Festa Literária de Macaúbas |
| FTE – | Formação Técnica Específica |
| FTG – | Formação Técnica Geral |
| IBGE – | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH – | Índice de Desenvolvimento Humano |
| INCRA – | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| LDB – | Lei de Diretrizes e Bases |
| LDBEN – | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| LDO – | Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| LOA – | Lei Orçamentária Anual |
| OIT – | Organização Internacional do Trabalho |
| PPA – | Plano Plurianual de Atividade |
| PPE – | Programa Primeiro Emprego |
| PPGEduC – | Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade |
| PPP – | Projeto Político Pedagógico |
| Pronat – | Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais |
| Pronatec – | Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego |
| PST – | Prestador de Serviço Temporário |
| PT – | Partido dos Trabalhadores |
| PTDS – | Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável |
| REDA – | Regime Especial de Direito Administrativo |
| Sefor – | Secretaria de Formação de Desenvolvimento Profissional |
| Senete – | Secretaria de Ensino Técnico |
| Seplan – | Secretaria de Planejamento |
| Setre – | Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte |
| Suprof – | Superintendência de Educação Profissional |
| Suprot – | Superintendência de Educação Profissional e Tecnológica |
| Telebahia – | Telecomunicações da Bahia |
| TCLE – | Termo de Consentimento Livre Esclarecido |
| UESB – | Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia |
| UFBA – | Universidade Federal da Bahia |
| UNEB – | Universidade do Estado da Bahia |
| UPA – | Unidade de Pronto Atendimento |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 | A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL | 32 |
| 2.1 | TRABALHO: CASTIGO, VERGONHA OU TRANSFORMAÇÃO?..... | 33 |
| 2.2 | PERCURSO DA FORMAÇÃO E CONTROLE DE PROFISSIONAIS NA BACIA DO PARAMIRIM: DAS MUNICIPALIDADES ÀS PRIMEIRAS ESCOLAS NORMAIS..... | 35 |
| 2.3 | FORMAÇÃO PARA O TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL..... | 45 |
| 3 | DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TERRITÓRIO DA BACIA DO PARAMIRIM..... | 60 |
| 3.1 | TERRITÓRIO E TERRITÓRIO DE IDENTIDADE | 61 |
| 3.2 | DADOS SOBRE O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA DO PARAMIRIM. | 70 |
| 3.3 | A TÉCNICA NA BACIA DO PARAMIRIM..... | 75 |
| 4 | PERCURSO METODOLÓGICO..... | 86 |
| 4.1 | SOBRE USO DA ESTRATÉGIA ESTUDO DE CASO NESTA PESQUISA..... | 87 |
| 4.1.1 | <i>Caracterizando o caso Cetep Bacia do Paramirim.....</i> | <i>90</i> |
| 4.2 | A PRODUÇÃO DE DADOS..... | 93 |
| 4.3 | INSTRUMENTOS DE PESQUISA UTILIZADOS..... | 95 |
| 5 | CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA BACIA DO PARAMIRIM..... | 98 |
| 5.1 | ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM REDE NO ESTADO DA BAHIA | 99 |
| 5.1.1 | <i>Implantação e expansão da Educação Profissional e Tecnológica em rede no estado da Bahia</i> | <i>100</i> |
| 5.1.2 | <i>Formação de profissionais e agentes da EPT.....</i> | <i>106</i> |
| 5.1.3 | <i>Programa Primeiro Emprego: integração de programas de emprego e renda.....</i> | <i>108</i> |
| 5.2 | A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CETEP DA BACIA DO PARAMIRIM..... | 110 |
| 5.2.1 | <i>Educação para o trabalho.....</i> | <i>111</i> |
| 5.2.2 | <i>Imersão no mundo da cultura.....</i> | <i>115</i> |
| 5.2.3 | <i>Colaboração na construção da consciência territorial.....</i> | <i>122</i> |

| | |
|---|------------|
| 5.3 DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL..... | 125 |
| 5.3.1 <i>Desenvolvimento econômico</i> | 125 |
| 5.3.2 <i>Desenvolvimento político</i> | 129 |
| 5.3.3 <i>Desenvolvimento ambiental</i> | 130 |
| 5.3.4 <i>Desenvolvimento cultural</i> | 132 |
| 6 CONCLUSÃO | 137 |
| REFERÊNCIAS | 144 |

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA (DIRETORES DOS ANEXOS)

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM TÉCNICOS EGRESOS CETEP DA BACIA DO PARAMIRIM

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PROFESSORES

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM MEMBROS DO COLEGIADO DO TERRITÓRIO

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

1 INTRODUÇÃO

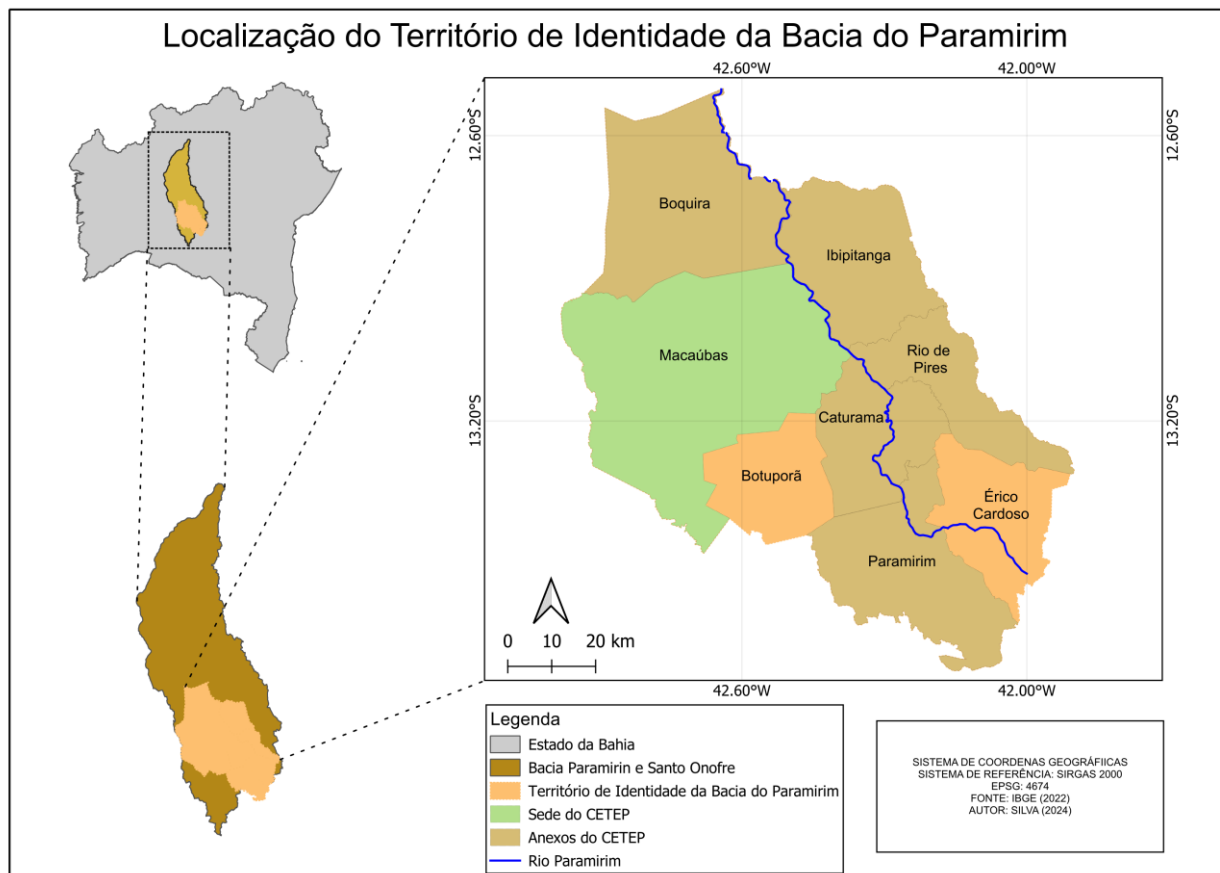
Uma educação sem esperança não é educação. Quem não tem esperança na educação dos camponeses deverá procurar trabalho noutra lugar.

(Paulo Freire, *Educação e Mudança*)

O presente estudo, situado na Área de Concentração Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) e no âmbito do Trabalho: Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão, Trabalho e Educação, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), privilegia, como objeto, as contribuições da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) pelo Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Paramirim a partir do ano de 2008 – para o desenvolvimento econômico, político, ambiental e cultural dos municípios do Território de Identidade da Bacia do Paramirim. Essa unidade de ensino compõe a Rede de Educação Profissional da Bahia desde seu momento inicial de institucionalização e recebeu estudantes de outros municípios do Território de Identidade no qual está inserida desde o início da implantação dos cursos técnicos. Posteriormente, sua ação foi ampliada com a implantação de cinco Anexos (Extensões do Cetep da Bacia do Paramirim) em municípios desse Território de Identidade¹, a saber: Boquira, Caturama, Ibipitanga, Paramirim e Rio do Pires, de maneira que praticamente todos os municípios do Território foram beneficiados de forma direta ou indireta com a formação de técnicos com diversos eixos tecnológicos, com exceção dos municípios de Botuporã e Érico Cardoso. A Figura 1 traz o mapa do Território da Bacia do Paramirim.

¹ A Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia foi oficializada pela Lei 7,205, de 14 de novembro de 2007, instituidora do Plano Plurianual 2008 – 2011, que passou a trabalhar com Territórios de Identidade como forma de regionalização para fins administrativos. Inicialmente, foram revelados 25 Territórios, sendo o 27º criado posteriormente com a denominação de Costa do Descobrimento.

FIGURA 1 – MAPA DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA DO PARAMIRIM (12)



Fonte: elaborado por Karolina Teixeira Silva (2024), a partir de dados do IBGE, ANA e do Governo da Bahia disponíveis no site oficial.

A expansão da Educação Profissional (EP) na Bahia a partir de 2008 foi resultado do alinhamento das políticas voltadas para a educação do estado da Bahia com as políticas nacionais, a partir da ascensão do Governador Jaques Wagner (Partido dos Trabalhadores – PT). No plano nacional, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) colocara em movimento uma política de educação voltada para elevação da escolaridade do trabalhador, articulando a formação profissional com a política de geração de emprego, trabalho e renda. Ao se realizarem as escutas na fase de consulta popular em 2007 para a elaboração do Plano Plurianual de Atividades (PPA), do quadriênio 2008 – 2011, em todos os Territórios de Identidade, a Educação Profissional foi indicada como possibilidade para a superação das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Em atenção a essa demanda, a Educação Profissional, antes bastante tímida, com apenas 4.016 matrículas em 2006, desenvolveu-se de forma vertiginosa a partir de 2008. O grande passo para esse crescimento foi a criação da Superintendência de Educação Profissional (Suprof) dentro da estrutura da Secretaria da Educação da Bahia. A expectativa era que a concepção de uma Educação Profissional

inclusiva, emancipadora e pautada por uma concepção de educação unitária fosse capaz de alavancar o desenvolvimento econômico e social dos diferentes lugares da Bahia, contribuindo com a redução das disparidades socioeconômicas e da pobreza que atingia de forma e com intensidade diferenciada os diversos Territórios de Identidade do Estado. A demanda por educação profissional foi ratificada no PPA para o quadriênio 2012 – 2015, e tornou-se política pública do Estado da Bahia.

Sob o comando da Suprof (atualmente Suprot²), a rede ampliou-se e se consolidou, alcançando o segundo lugar no cenário nacional em número de matrículas. Encontros, reuniões, seminários, cursos de formação continuada, incluindo cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertado pela UNEB, Departamento de Educação – *Campus I*, foram organizados para formação de gestores e professores da EPT da rede estadual da Bahia. No período, verificou-se um grande aporte de recursos direcionado aos Centro de Educação Profissional e seus anexos, assim como a outras escolas da rede estadual de ensino³ que ofertavam EPT, adequando a infraestrutura para que os cursos oferecidos fossem realizados.

A minha atuação neste projeto convenceu-me da ideia de que a Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio traz uma alternativa importante para a formação de trabalhadores emancipados, tal qual aquela defendida por teóricos e pensadores do campo que estudam as relações entre trabalho e educação, baseadas em premissas da formação do trabalhador, com a organização e implementação de uma escola unitária, voltada para a formação omnilateral, pois a ação dessa escola é pautada na união dos elementos formadores do ser humano integral: trabalho, ciência e cultura. Os técnicos formados por essa concepção têm potencial para atuar como sujeito na transformação e aperfeiçoamento da sociedade humana, a partir de sua realidade.

Em maio de 2007, fui designado diretor para o antigo Colégio Estadual Aloysio Short, de Macaúbas. Naquele período de emergência dos movimentos populares e sindicais com a conseqüente valorização da sociedade civil, aconteceu a I Conferência Estadual de Educação em sintonia com a Conferência Nacional de Educação, com a proposta de sete temas a serem debatidos. Na etapa regional, participei das discussões do tema “Construindo uma política de Educação Profissional para o Estado da Bahia”, cujo texto de referência

² Superintendência de Educação Profissional, criada pelo Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007.

³ A Rede de Educação Profissional da Bahia é constituída por diferentes unidades de ensino: Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP), estruturados em Eixos Tecnológicos; Centro Territorial de Educação Profissional (Cetep), estruturados para atender as demandas territoriais; as unidades compartilhadas, que são escolas de Ensino Médio que oferecem Educação Profissional; as unidades exclusivas, que são escolas onde a EP ganhou força a ponto de não haver opção por Ensino Médio Regular e, finalmente, os anexos, que são turmas dos CEEP e Cetep funcionando em espaço cedido por outras unidades escolares.

anunciava que “[...] embora a educação profissional *per si* não gere emprego ou renda, é um instrumento, particularmente, para as pessoas dos grupos sociais vulneráveis, para que se beneficiem, de forma cidadã, do desenvolvimento econômico e social” (Lima; Melo [2007], p. 20). Senti que era chegado o momento propício para a correção da antiga situação a que os jovens de Macaúbas estavam sujeitos de não terem opções ao cursarem o Ensino Médio, sujeitos à Formação Geral ou para o Magistério, mesmo sem vocação, e sem perspectivas de outras formações para o trabalho, conforme revelei no discurso de formatura das primeiras turmas de técnicos em Meio Ambiente e em Vendas, registrado no Livro de Atas de Colação de Grau do Cetep da Bacia do Paramirim:

[...] ocorreu-me a célebre frase do pastor anglicano estadunidense Martin Luther King: – Eu tenho um sonho! [...] E com o que King sonhava? Sonhava “com os descendentes de escravos e filhos dos descendentes dos donos dos escravos” sentarem-se juntos “à mesa da fraternidade”. [...] Hoje parafraseio Martin Luther King mudando o tempo verbal e digo-vos: Eu tinha um sonho... e volto no tempo para contar-vos o sonho: teria eu 7, 8, 9 anos e ouvi uma conversa de gente grande, minha mãe conversava com uma vizinha e dizia-lhe que em Caetité, no Instituto de Educação Anísio Teixeira, havia, além do Magistério outros cursos com Enfermagem e Agropecuária, enquanto aqui todos deveriam fazer Magistério, sem nenhuma outra opção, pois, no contexto da época a profissionalização era obrigatória e quem fizesse o antigo 2º Grau necessária e forçosamente teria que se tornar um professor. [...] Muitos anos depois, assisti a uma cerimônia de formatura da Universidade Federal de Sergipe, na qual colaram grau vários cursos e me encantei com o espetáculo de cores simbólicas dos vários cursos. Pensei “ainda verei algo semelhante em Macaúbas”. [...] (Bahia, 2011, fls. 5v – 6).

Naturalmente, tratava-se de uma visão ainda idealista. No momento em que convoquei o Colegiado Escolar para uma reunião extraordinária, eu e nenhum dos seus componentes tínhamos ainda uma ideia clara do que se propunha para o novo tempo que se delineava para a Educação Profissional no estado da Bahia. Tratava-se do momento de esperança de que nos fala Paulo Freire na epígrafe desta seção, esperança ampliada para todos os trabalhadores, inclusive camponeses, com quem o grande educador desenvolveu sua pedagogia alfabetizadora. Todos pensávamos ainda em, simplesmente, abrir o leque de opções para a juventude local nos antigos moldes de cursos profissionalizantes. Nosso pleito foi aceito pela Secretaria da Educação da Bahia (SEC). As vagas foram oferecidas, houve uma procura tímida, pois a matrícula foi aquém da oferta e, só então, o coletivo escolar foi-se inteirando da proposta de um modelo de educação integral, buscando-se a superação do projeto arcaico da colonização e escravidão que despreza o trabalho produtivo (Frigotto, 2023). Novos cursos foram ofertados em diferentes modalidades de articulação com o Ensino Médio, atraindo, ainda que timidamente, estudantes dos municípios de Boquira e de

Ibipitanga, mais próximos de Macaúbas, sendo impossível esquecer-me de duas moças que viajavam em uma motocicleta todas as noites de Rio do Pires a Macaúbas (61 km) para fazerem o Curso Técnico em Enfermagem. Somente no ano letivo de 2013, foram instalados quatro anexos em municípios do Território da Bacia do Paramirim. A SEC ofereceu várias formações e eventos para professores, gestores e estudantes e a Educação Profissional foi-se consolidando. A mim, como a outros gestores, foi oferecida uma especialização no Instituto Federal do Paraná, com participantes de vários estados brasileiros, desde o Acre até o Rio Grande do Sul. Este foi o momento especial para ampliação de minha visão da Educação Profissional. Vem dessa especialização minha visão ampliada do potencial da Educação Profissional para o desenvolvimento regional, mormente das regiões interioranas, distantes dos centros de educação superior. Concluí o curso com a monografia intitulada “Médio Profissionalizante: possibilidades de desenvolvimento regional”, com resultados ainda predominantes do antigo Curso Normal/Magistério, pois as primeiras turmas ainda estavam se formando no Cetep da Bacia do Paramirim. O título do trabalho ainda revela uma concepção imperfeita da nova proposta de Educação Profissional, que se foi ampliando com diversas formações e leituras.

Minha atuação, durante catorze anos na EP, como diretor e como professor, provocou em mim o questionamento sobre a eficácia dessa modalidade de educação no Território da Bacia do Paramirim. Antes, porém, de estruturar um projeto de pesquisa que respondesse a esse questionamento, realizei um mapeamento para conhecer estudos acadêmicos que, porventura tivessem sido realizados e que pudessem responder à minha inquietação. Esse procedimento permitiu-me conhecer um pouco do que foi estudado no campo teórico em que se insere este estudo e, assim, delinear melhor o percurso desta pesquisa, evitando, portanto, o desperdício de energias, canalizando-as para o que ainda está incompleto, falho ou inexistente.

Isto posto, o Quadro 1, apresenta os resultados do que consegui localizar das produções até o momento, por meio de pesquisa que se orientou pelos passos a seguir descritos. Inicialmente, pensou-se em consultar os repositórios das universidades baianas, iniciando-se pela UNEB e pela UFBA. Entretanto, uma consulta ao site da UNEB encaminhou a pesquisa à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que contém muitos mil trabalhos. Nesse sentido, foi assim que se procedeu.

As primeiras páginas da BDTD apresentam em maior profusão trabalhos para os descritores “educação profissional e desenvolvimento”, entretanto, à medida que se avança,

eles vão se tornando mais raros. Dessa forma, foram consultadas as primeiras dez páginas, o que cobre um total de duzentas teses e dissertações. A consulta aos resumos e palavras-chave levou à seleção daquilo que realmente tem relação com o objeto, o problema e os objetivos desta proposta de tese, chegando-se ao Quadro 1, o qual possui 31 trabalhos acadêmicos, dos quais cinco são teses e 26 são dissertações.

QUADRO 1 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POR REPOSITÓRIO, TIPO, TÍTULO, ANO, AUTOR/A E ORIENTADO/A (CONTINUA)

| REPOSITÓRIO | TIPO | TÍTULO | ANO | AUTOR | ORIENTADOR |
|-------------|-------------|---|------|--------------------------------------|------------------------------------|
| UFSC | Dissertação | A reforma da educação profissional no Brasil nos anos noventa | 2002 | Domingos Leite Lima Filho | Eneida Oto Shiroma |
| UNICAMP | Dissertação | Trabalho e educação profissional no Brasil: a Reforma Capanema (1942) | 2004 | Diógenes Nielsen Nunes | Jose Claudinei Lombardi |
| UNICAMP | Dissertação | História, trabalho e educação: a educação profissional no Brasil (EPDB, Poços de Caldas - MG) | 2008 | Jussara Gallindo Mariano de Carvalho | Olinda Maria Noronha |
| UNEB | Dissertação | Desenvolvimento territorial no estado da Bahia: o caso das escolas agrotécnicas estaduais de Amargosa e Irecê | 2009 | Heron Ferreira Souza | Avelar Luís Bastos Mutim |
| UFPR | Dissertação | Potencial de desenvolvimento da educação profissional na microrregião de Maringá-PR | 2009 | Miguel Faria | João Carlos da Cunha |
| UNOESTE | Dissertação | A educação profissional no Brasil: a questão do dualismo ainda permanece? | 2009 | Vinícius Bertogna | Sílvio César Nunes Militão |
| UNEB | Dissertação | Universidade do Estado da Bahia/UNEB e o desenvolvimento territorial sustentável: Estudo da Relação do Campus XVI com o Território de Identidade de Irecê | 2010 | Dayse Lago de Miranda | Avelar Luís Bastos Mutim |
| UFBA | Dissertação | A educação profissional integrada ao ensino médio no governo Lula: uma análise à luz da categoria trabalho | 2010 | Alberto Álvaro Vasconcelos Leal Neto | Maria Regina Filgueiras Antoniazzi |
| UNEB | Dissertação | Educação, território e estratégias de desenvolvimento local sustentável: práticas socioeducativas no Parque Metropolitano de Pirajá, Salvador - BA | 2011 | Igor Rodrigues de Sant'Anna | Eduardo José Fernandes Nunes |

QUADRO 1 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POR REPOSITÓRIO, TIPO, TÍTULO, ANO, AUTOR/A E ORIENTADO/A (CONTINUA)

| REPOSITÓRIO | TIPO | TÍTULO | ANO | AUTOR | ORIENTADOR |
|-------------|-------------|---|------|--|-----------------------------------|
| UFBA | Dissertação | Plano Plurianual Participativo 2008 – 2011 na Bahia: uma análise | 2012 | André Silva Pomponet | Elizabeth Matos Ribeiro |
| UNEB | Dissertação | Desenvolvimento Territorial Sustentável e Serviço Social: Contribuições da Faculdade Nobre (FAN) para a Gestão Social do Território Portal do Sertão/Bahia em Articulação com o Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CODES) | 2013 | Conceição Eliana Carneiro | Avelar Luís Bastos Mutim |
| UFS | Dissertação | A Educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento regional | 2014 | Juciana Karla Melo Lima | Fernanda Esperidião |
| UNEB | Dissertação | Educação Profissional Integrada na rede pública estadual da Bahia: desafios da construção de uma proposta de educação para a classe trabalhadora | 2015 | Aline de Oliveira Costa Santos | Avelar Luís Bastos Mutim |
| UNEB | Dissertação | Educação profissional e as cooperativas de produção na Bahia: Formação Profissional Tecnológica e Inserção nas Novas Alternativas de Trabalho | 2015 | Fernanda de Moraes Ribeiro Birindiba | Carla Liane Nascimento dos Santos |
| UNEB | Dissertação | Educação profissional: análise da gestão técnico-pedagógica no Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo – CETEP – Caetitê/Bahia Salvador (BA) 2015 | 2015 | Waldirene Magna Guimarães Pimentel Marques | Avelar Luís Bastos Mutim |
| UFBA | Tese | Sob a égide do conflito: a reforma da Educação Profissional no CEFET-BA | 2015 | Maria do Carmo dos Santos | Teresinha Fróes Burnham |
| UFBA | Dissertação | A oferta de cursos técnicos presenciais de nível médio pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil e suas relações com os arranjos produtivos locais | 2015 | Rejane Maria de Araújo Vago | Maria do Carmo Lessa Guimarães |
| UNISUL | Dissertação | A educação profissional frente às demandas do mundo do trabalho | 2015 | Ederbal Forest da Silva | Clóvis Nicanor Kassick |

QUADRO 1 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POR REPOSITÓRIO, TIPO, TÍTULO, ANO, AUTOR/A E ORIENTADO/A (CONTINUA)

| REPOSITÓRIO | TIPO | TÍTULO | ANO | AUTOR | ORIENTADOR |
|-------------|-------------|--|------|------------------------------------|-------------------------------------|
| UNEB | Dissertação | Educação profissional no Território de Identidade Irecê: uma análise do Centro Territorial (CETEP) | 2016 | Isabel Salviano da Silva | Francisca de Paula Santos da Silva. |
| UFBA | Dissertação | O Centro Estadual de Educação Profissional da Bahia e os desafios da educação profissional: análise dos cursos subsequentes | 2016 | Leisiane Weber de Oliveira | Maria Regina Filgueiras Antoniazzi |
| UFES | Dissertação | A Política de Educação Profissional do Governo Dilma: O direito à educação no contexto da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e o Pronatec Vitória | 2016 | Samanta Lopes Maciel | Marcelo Lima |
| UFRN | Dissertação | Ensino médio integrado à Educação Profissional (2008-2014): crítica à concepção empresarial em escolas de educação profissional cearense | 2016 | Ana Carolina Veras do Nascimento | Dante Henrique Moura |
| UFC | Dissertação | Educação e trabalho: uma avaliação do Plano de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Fortaleza | 2016 | Paulo Gurgel Mota | Paulo César de Almeida |
| UFBA | Dissertação | Política pública para a educação profissional na Bahia: o Plano de Educação Profissional | 2017 | Ana Carine Freire Barbosa | Sara Martha Dick |
| UFBA | Dissertação | Impactos dos cursos técnicos integrados e subsequentes na vida profissional dos egressos: reflexo do primeiro quinquênio do IFBA – Porto Seguro | 2017 | Eladyr Boaventura Raykil | Roberto Brasileiro Paixão |
| FURB | Tese | Educação profissional, trabalho e desenvolvimento regional no Brasil no período recente | 2017 | Jamile Delagnelo Fagundes da Silva | Ivo Marcos Theis |
| UNEB | Tese | Educação profissional na Bahia: representações sociais dos egressos no Território de Identidade de Irecê – TII | 2019 | Ana Karine Loula Torres Rocha | Avelar Luís Bastos Mutim |

QUADRO 1 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POR REPOSITÓRIO, TIPO, TÍTULO, ANO, AUTOR/A E ORIENTADO/A (CONCLUSÃO)

| REPOSITÓRIO | TIPO | TÍTULO | ANO | AUTOR | ORIENTADOR |
|-------------|-------------|---|------|----------------------------|---------------------------|
| UNEB | Dissertação | A Educação profissional na perspectiva inclusiva: uma análise sobre a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal Baiano e suas contribuições no percurso formativo de estudantes com deficiência. | 2019 | Marlene Pereira Vilas Boas | Célia Tanajura Machado |
| UFC | Dissertação | Educação e trabalho: avaliação da política de educação profissional, na perspectiva de inclusão social, em Acaraú - CE | 2019 | Fabiana Moraes de Carvalho | Daniela Maia Cruz |
| UNEB | Tese | Educação profissional na rede estadual de ensino da Bahia de 2008 a 2016: análise da implementação de uma política baseada na educação integral, no trabalho como princípio educativo e no desenvolvimento social e sustentável no território | 2021 | Cristina Kavalkievicz | Avelar Luís Bastos Mutim |
| UFBA | Tese | A formação dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica Integrada ao nível médio da rede pública do estado da Bahia – 2008- 2016: contribuições e possibilidades e uma educação emancipatória | 2021 | Ruy José Braga Duarte | Celi Nelza Zulke Taffarel |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Consulta ao BTDC (2022)

O primeiro trabalho encontrado para compor o Quadro 1 foi publicado no ano de 2002 e o último em 2021. Observou-se que o maior número de trabalhos localizados se concentra entre os anos de 2015 (seis produções) e 2016 (cinco produções). As respostas a uma análise qualitativa dos resumos permitem o estabelecimento de três enfoques, a saber: tema afim com esta tese, tipo de pesquisa e forma de produção de dados. A seguir, esses enfoques serão pormenorizados com dados relativos a cada uma delas.

O enfoque ‘tema’ subdividiu-se em nove blocos. Deles, o bloco “desenvolvimento regional” responde por doze trabalhos. Os blocos “educação profissional” (relação trabalho/educação) e “história da educação” respondem por quatro trabalhos, cada, enquanto os blocos “educação profissional integrada ao Ensino Médio” e “políticas da educação profissional” respondem por três trabalhos, cada. Finalmente, os blocos “cursos subsequentes”, “Rede Federal de Educação Profissional”, “trabalho” e “território” respondem, cada uma, com somente um trabalho.

Os números para a categoria “tipo de pesquisa” não fecham, pois nem sempre os resumos dão essa informação. O que se conseguiu verificar foi que dez trabalhos foram realizados com pesquisa qualitativa, sete, com pesquisa “qualiquantitativa”, e uma somente, declaradamente, foi do tipo quantitativa.

Finalmente, a categoria “formas de produção de dados” apresentam os seguintes números: dez pesquisadores utilizaram a análise documental, oito utilizaram a pesquisa bibliográfica, seis utilizaram questionários, cinco utilizaram entrevistas, dois utilizaram observação. A pesquisa de dados secundários, a análise de conteúdo e a cartografia cognitiva tiveram, cada uma, uma indicação. Também aqui os dados ultrapassam as trinta produções analisadas visto que, normalmente, utiliza-se mais de uma forma para o trabalho; também nesta categoria, nem todos os resumos apresentaram a forma de produção de dados.

Esclareça-se que, apesar de a presente tese debruçar-se sobre o Território de Identidade da Bacia do Paramirim, Bahia, trabalhos com temática semelhante, realizados em outros estados como Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Ceará e Rio Grande do Norte fornecem aportes teóricos úteis.

Para fechar este mapeamento, pode-se concluir que não se encontrou nenhuma pesquisa sobre a Educação Profissional e Tecnológica no Território da Bacia do Paramirim, ou mesmo sobre esse Território. Entretanto, entre os Territórios de Identidade da Bahia o mais estudado sobre as temáticas pesquisadas é o de Irecê, que foi trabalhado em quatro produções acadêmicas. Os Territórios do Sertão Produtivo e Portal do Sertão serviram de lócus, cada um, para um trabalho. Enquanto os Territórios de Identidade Vale do Jiquiriçá, Costa do Descobrimento e Piemonte Norte do Itapicuru aparecem indiretamente em pesquisas realizadas, respectivamente, nos municípios de Amargosa, Porto Seguro e Senhor do Bonfim.

Após essa explanação de cunho afetivo-memorialista e de um mapeamento, que detecta a ausência de estudos que atendam à minha inquietação inicial, é possível delinear o problema que se põe para esta pesquisa e que se encontra assim sintetizado: Como a Educação Profissional e Tecnológica, ofertada pelo CETEP Bacia do Paramirim, contribuiu para o desenvolvimento do Território de Identidade da Bacia do Paramirim? A hipótese inicial indica que a EPT contribuiu para o desenvolvimento territorial para muitos sujeitos, especialmente no que diz respeito aos aspectos econômico, político, ambiental e cultural. A princípio, compreende-se que cada Território de Identidade recebeu cursos técnicos a partir dos arranjos produtivos locais, pois cada Território apresenta totalidades diversas. O Território da Bacia do Paramirim é um dos menores Territórios de Identidade da Bahia, em vários aspectos

(população, IDH, área geográfica), sendo, inclusive, dentre os 27 Territórios de Identidade do estado da Bahia, o único que não conta com oferta de educação superior presencial.

Martins e Lavoura (2018) apresentam três pressupostos que, gerais e articulados, justificam a elaboração de um projeto de pesquisa, que são a) a inexistência de algum estudo sobre o tema, b) a necessidade de avançar e/ou desenvolver o conhecimento existente e c) a revisão de um conhecimento inadequado ou insuficiente. Para o presente projeto, podem-se apontar os dois pressupostos iniciais, uma vez que ainda não existe um estudo verticalizado sobre a contribuição da EP para o desenvolvimento do Território da Bacia do Paramirim e, como existem estudos em outros Territórios ou de abrangência estadual, este projeto contribuirá para o avanço do tema. Assim posto, podem-se determinar os objetivos geral e específicos relacionados a seguir:

Objetivo Geral:

Analisar as contribuições ao desenvolvimento econômico, político, ambiental e cultural decorrentes da oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelo CETEP Bacia do Paramirim para o Território de Identidade no qual se localiza.

Objetivos Específicos:

- a) Discutir a Educação Profissional ofertada pela Rede Estadual da Bahia, com destaque para o Território Bacia do Paramirim, a partir da implantação da Política Estadual de Educação Profissional, derivada dos compromissos inscritos no Plano Plurianual Participativo 2008 – 2011;
- b) Explorar a oferta da Educação Profissional e Tecnológica pelo Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Paramirim, em Macaúbas, município sede do Território, e nos seus anexos nos municípios de Boquira, Caturama, Ibipitanga, Paramirim e Rio do Pires;
- c) Correlacionar determinantes do desenvolvimento político, econômico, ambiental e cultural do Território da Bacia do Paramirim, com a oferta da EPT pelo Cetep da Bacia do Paramirim, no período de 2008 a 2023.

Inicialmente, a partir do problema desta pesquisa foram determinadas duas categorias norteadoras, quais sejam: educação profissional e desenvolvimento territorial, as quais foram desenvolvidas a partir desta base teórica principal:

- **Educação profissional** (relação trabalho/educação): Silvia Maria Manfredi (2002; 2016), Álvaro Vieira Pinto (2005), Luís Antônio Cunha (2005), Karl Marx e

Friederich Engels (2008 e 1992), Marise Nogueira Ramos (2011), Alessandro Melo e Sandra Teresinha Urbanitz (2011), Karl Marx (2013), Maria Ciavatta (2014), Lysie Reis (2019), Gaudêncio Frigotto (2001 e 2023), Tiago Fávero Oliveira e Gaudêncio Frigotto (2023).

- **Desenvolvimento territorial:** Milton Santos (2006), Natanael Reis Bonfim (2009), Rafael Echeverri Perico (2009), André Silva Pomponet (2012a e 2012b), Cintya Dantas Flores (2014), Wilson José Vasconcelos Dias (2017).

A pesquisa adota a abordagem qualitativa e utiliza a estratégia de estudo de caso descritivo. Os dados foram produzidos a partir de pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Foram analisados documentos produzidos pelas diversas instâncias governamentais que estabelecem o regramento legal para a Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio (EPTNM), revisada a literatura da área de trabalho e educação que versa sobre o fenômeno estudado. Esses procedimentos, ditos de gabinete, foram complementados por pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos sujeitos envolvidos no processo. A abordagem teórico-metodológica da pesquisa foi orientada pelas categorias de análise do materialismo histórico-dialético, a saber: historicidade, contradição, mediação e totalidade, cuja premissa central consiste na necessidade de compreender e explicar os objetos e fenômenos investigados, tais como eles se apresentam na prática. Para o materialismo histórico-dialético, o conhecimento não se dá pelo imediatismo do pensamento, o que resultaria na captação do óbvio, mas partindo-se da aparência, deve-se chegar à essência por meio da análise e da abstração do pensamento do investigador.

Os sujeitos da pesquisa de campo foram os diretores do Centro e seus Anexos, professores que trabalham nos cursos (notadamente os que lecionam disciplinas de Formação Técnica Específica – FTE⁴), membros do Colegiado Territorial e alguns técnicos formados pelo CETEP, os quais foram abordados em entrevistas semiestruturadas. Os resultados individuais das entrevistas foram interpretados e apresentados aos sujeitos utilizando-se a técnica do grupo de interlocução. Outros dispositivos que se adequam à proposta e que foram efetivamente utilizados são a pesquisa bibliográfica e a análise documental. No decorrer da pesquisa, sentiu-se a necessidade de se buscar informações sobre a história do Território da Bacia do Paramirim acrescentando-se três outros sujeitos.

⁴ A matriz curricular da EPT na forma integrada ao ensino médio (EPI), no período estudado era composta por componentes curriculares organizados em torno da Base Nacional Comum (BNC), Formação Técnica Geral (FTG) e Formação Técnica Específica (FTE), além dos componentes da parte diversificada do currículo. Os componentes da FTE comportavam os conteúdos da formação profissional dos cursos técnicos.

Este trabalho está estruturado em seis seções, quais sejam: Introdução, A Relação Educação e Trabalho e a Educação Profissional, Desenvolvimento Territorial no Território da Bacia do Paramirim, Percurso Metodológico, Contribuições e Contradições da Educação Profissional na Bacia do Paramirim e Conclusão. A primeira seção – esta Introdução – apresenta o objeto, o problema, os objetivos e uma informação geral sobre a metodologia. A segunda seção, intitulada A Relação Educação e Trabalho e a Educação Profissional, discute a primeira categoria desta pesquisa, como sejam as dimensões ontológica e econômica do trabalho e sua importância para a construção da história da humanidade, bem como a preparação para o trabalho de modo formal ou informal, pondo em destaque algumas particularidades da história do trabalho na Bacia do Paramirim. A terceira seção, que tem o título Desenvolvimento Territorial no Território da Bacia do Paramirim, discute a segunda categoria eleita para essa pesquisa, buscando caracterizar determinantes do desenvolvimento do Território da Bacia do Paramirim, partindo-se da definição de território de identidade, historicizando essa forma de regionalização em nível federal e estadual; dados históricos do lento desenvolvimento da técnica são trazidos para explicar o atraso crônico em que vive esse Território de Identidade. A quarta seção intitulada Percurso Metodológico tece comentários sobre a abordagem qualitativa, a partir da abordagem teórico-metodológica ancorada no materialismo histórico-dialético. Nela são apresentados procedimentos de produção e análise de dados, o lócus e os sujeitos e o desenvolvimento da pesquisa. A quinta seção, que traz o título de Contribuições e Contradições da Educação Profissional ao desenvolvimento da Bacia do Paramirim, discute a hipótese que motivou o presente projeto a partir dos três objetivos específicos elencados numa ordem decrescente de abrangência, partindo da estruturação da EP na Bahia, a partir de 2008, passando pelo trabalho pedagógico do Cetep da Bacia do Paramirim com seus Anexos, inclusive, até chegar a alguns determinantes que possam indicar o desenvolvimento territorial resultante do processo educacional. Finalmente, a Conclusão, constante na sexta seção, retoma resumidamente a discussão realizada apresentando um ponto de chegada que, certamente, não é o final, mas momento de pausa para prosseguimento em outros estudos, o que é atitude própria da ciência.

Esta proposta de tese é uma reprodução de um dos três murais em mosaico, que se encontra na alameda de entrada do Cetep da Bacia do Paramirim, em Macaúbas, retratado pela Figura 2.

FIGURA 2 – PAINEL “INSTALAÇÃO DO GINÁSIO DE MACAÚBAS 1960” DE AUTORIA DE HELBERT SANT’ANA, LOCALIZADO NA ENTRADA DO CETEP DA BACIA DO PARAMIRIM



Fonte: Fotografia do autor (2022).

Esses painéis, por si mesmos, são uma representação do trabalho que se espera da Educação Profissional e Tecnológica, pois eles foram montados coletivamente por estudantes dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Edificações, basicamente, com restos de materiais de construção, no ano de 2012. O painel trazido para este trabalho tem por título “Instalação do Ginásio de Macaúbas 1960”, idealizado pelo artista plástico macaubense Helbert Sant’Ana, que o assinou com o pseudônimo Ameba.

Para bem dimensionar a escolha da imagem, será reproduzida a imagem poética descrita por Rodari (1982) para o ato de se jogar uma pedra no pântano:

Uma pedra lançada em um pântano provoca ondas na superfície da água envolvendo em seu movimento, com distâncias e feitos diversos, os golfinhos, as taboas (planta aquática) e o barquinho de papel. Objetos que estavam ali por contra própria, na sua paz ou no seu sono, são como que chamados para a vida, obrigados a reagir, se relacionar. Outros movimentos invisíveis propagam-se na profundidade, em todas as direções, enquanto a pedra se precipita agitando algas, assustando peixes, causando sempre novas alterações moleculares. Quando toca o fundo, revolve a areia,

encontra objetos ali esquecidos, desenterrando alguns e recobrando outros. Em tempo brevíssimo, inúmeros eventos sucedem-se sem que possamos registrá-los (Rodari, 1982, p. 12).

O efeito da formação profissional para uma comunidade é como o produzido pelo ato de se atirar a pedra na água, como bem descrito no fragmento acima. Ninguém consegue abranger todos os seus efeitos, pois até mesmo o que o professor não planeja, aquilo que não é objeto de seu conteúdo, pode ter ressonâncias na vida de seus discentes. Assim, é todo o entorno de uma escola que se modifica, que tem novos valores agregados à sua cultura, é a possibilidade de progresso na vida individual e familiar dos profissionais formados, é, enfim, a abertura de horizontes novos para todos envolvidos direta ou indiretamente no processo.

2 A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Com o passar dos anos me importava que o conhecimento adquirido pudesse me dirigir a um caminho diferente do percorrido por meus irmãos. [...] Eu observava o conhecimento dos padres em contraposição à rudeza dos homens da aldeia, como meu pai, limitado a repetir o que conhecia de seu cotidiano. Se não era lavrador, era pescador [...]. Não queria o mesmo destino.

(Itamar Vieira Júnior – “Salvar o Fogo”)

A epígrafe desta seção nos permite uma aproximação com as possibilidades que a educação profissional proporciona aos filhos dos trabalhadores, notadamente os residentes no campo, pois, sem ela, só lhes restam dois caminhos: continuar na labuta agrícola, trabalhando com as técnicas rudimentares passadas de uma geração para outra, ou ir engrossar as fileiras do subemprego nos grandes centros ou nas colheitas sazonais. Nesse sentido, a educação profissional se apresenta como emancipadora e libertadora.

O trabalho consciente é inerente ao ser humano, isso porque ele não é o único animal que trabalha: as aves fazem seus ninhos, as abelhas fabricam mel, as formigas armazenam seu alimento, por exemplo. Entretanto, Ramos (2011b) afirma que o caráter teleológico da intervenção humana sobre o meio material o distingue dos outros animais, porque somente o homem age com consciência. Marx (2013) já fizera essa distinção afirmando que “no final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalho no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (Marx, 2013, p.188). Lessa e Tonet (2011) afirmam que o trabalho é a forma de articulação dos homens com a natureza e que o homem, ou os homens, por meio do trabalho, “[...] não apenas constroem materialmente a sociedade, como também lançam as bases para que se construam como indivíduos” (Lessa; Tonet, 2011, p. 17), constroem-se e se aperfeiçoam, pois eles buscam sempre o aperfeiçoamento dos meios de produção e dos produtos deles derivados.

Ramos (2011b) distingue duas dimensões do trabalho, quais sejam: a dimensão ontológica – que traduz o entendimento do trabalho como valor na construção do ser humano – e a dimensão econômica – que pode assumir formas diversas na produção de bens ou serviços. Ao afirmar que o homem se projeta para produzir, Vieira Pinto (2005) une essas duas dimensões do trabalho humano, pois o ato de projetar a produção é essencialmente humano e resulta em bens materiais e culturais ou serviços que tenham por objetivo

proporciona-lhe, ao menos em tese, uma vida mais tranquila, atualizando sempre a técnica, que “é a manifestação externa da invenção do homem” (Vieira Pinto, 2005, p. 146).

Para Marx (1982, *apud* Frigotto, 2001), o trabalho tanto é um dever, como é um direito que deve ser aprendido na infância porque, por meio dele, cada homem e cada mulher garante sua sobrevivência sem exploração ou mendicância. Dessa forma, é imprescindível que, por meio de processos formais – como a escola ou situações de aprendizagem planejadas e desenvolvidas por outras entidades socioeducativas – ou por meio de processos informais – como na família ou com a prática necessária à sobrevivência – todas as pessoas humanas aprendam a desenvolver alguma forma de trabalho.

Na sociedade ocidental, a forma privilegiada de preparação para o trabalho é a desenvolvida formalmente nas instituições escolares. Mas essa é uma forma relativamente nova, pois a própria escola como conhecida hoje é uma invenção recente, como fruto da Revolução Francesa (1789). Manfredi (2002) observa que “[...] quanto à formação para o trabalho, durante alguns séculos, ela efetivou-se na própria dinâmica social e comunitária, concomitantemente à própria atividade de trabalho” (Manfredi, 2002, p. 52). Cordão e Moraes (2017) são mais precisos ao marcar uma temporalidade: “Apenas no final do século XX a educação passou a ser considerada como um direito social de todos os cidadãos brasileiros. [...] Até meados dos anos 1970, a maior parte dos trabalhadores recebia prioritariamente apenas treinamento operacional para atividades padronizadas” (Cordão; Moraes, 2017, p. 67).

Nesta seção, será feita uma descrição comentada sobre o trabalho humano e suas formas de apropriação e certificação numa linha de tempo extensa, mas resumida quanto a pormenores, suficientemente para situar a preparação para o trabalho no Território de Identidade da Bacia do Paramirim, como reflexo dos espaços mais amplos, nos quais ele está inserto por derivações histórico-políticas.

2.1 TRABALHO: CASTIGO, VERGONHA OU TRANSFORMAÇÃO?

Ao longo dos séculos, pode-se falar mesmo, dos milênios, a visão de trabalho tem sofrido alterações, até mesmo dentro de uma mesma cultura. Buscar-se-á um diálogo entre as principais culturas tributárias da cultura ocidental, as quais se amalgamaram, no Brasil, com outras culturas que, mesmo inferiorizadas, deixaram sua marca no conceito de trabalho, envolvendo valores e preconceitos. Um fato comum entre essas culturas é que, de início, o trabalho é vivido como uma força produtiva comunitária. A exploração do trabalhador não é uma característica das sociedades primitivas, mesmo entre os gregos que viviam a considerar

o trabalho intelectual superior ao trabalho braçal. Cunha (2005) mostra que entre os séculos VI a V a.C., no período pré-socrático, também chamado de Idade Heróica da Ciência, o progresso técnico e a especulação abstrata conviviam harmoniosamente. Sem ainda distinguir o humano do divino, ou conseguir explicar os mistérios do universo, o controle da natureza pela técnica fez surgir uma classe baseada no artesanato, na manufatura e no comércio que assumiu o poder nas cidades gregas. Sólon, representante dessa nova classe dirigente, modernizou Atenas e a legislação, determinando que “[...] o filho não tinha a obrigação de sustentar o pai na velhice, se este não lhe houvesse ensinado um ofício” (Cunha, 2005, p. 8). Por essa época, o trabalho manual não inferiorizava o artífice e a palavra *sophia* significava tanto habilidade técnica quanto especulação abstrata. Paulo Apóstolo, escrevendo aos Tessalonicenses, assume postura semelhante à lei de Sólon ao recordar-lhes o que ensinara pessoalmente: “Quem não quiser trabalhar, não tem o direito de comer” (Bíblia, 1993, 2 Tes 3, 10b. p. 1758), apesar de os judeus terem o trabalho como um castigo pela desobediência dos primeiros pais.

Entre os romanos, o conceito de labor continha um valor positivo. Somente após o século II a.C., o cultivo da terra passou a ser trabalho para os escravos capturados em suas guerras de conquista e o conceito de labor foi substituído pelo de trabalho, expressão derivada de *tripalium*, instrumento de castigo ou usado em bois, como uma espécie de canga. Como entre os romanos, também entre os gregos, foi a intensificação da força escrava que depreciou o valor do trabalho enquanto esforço físico.

A colonização portuguesa no Brasil adotou a força do trabalho escravo como meio de produção. Inicialmente, o índio foi preado para os trabalhos servis, mas depois juntou-se a mão de obra escravizada importada da África. Na ocupação da costa brasileira, reproduziu-se a mesma estratificação social europeia. Entretanto, a colonização do sertão brasileiro, dedicada à atividade pastoril, difere da praticada na região litorânea. Em amplos espaços, longe da civilização litorânea, “[...] o contato direto que estabelecia o sistema de trabalho, entre os trabalhadores, geralmente poucos, e o patrão colocados em plano de igualdade ou, ao menos de camaradagem [...] reduziram consideravelmente a distância social entre os criadores de gado e seus servidores” (Azevedo, 1963, p. 172). Este foi o modelo de ocupação do Território da Bacia do Paramirim, em que reideiros da Casa da Ponte⁵ trabalhavam

⁵ Morgado instituído por Antônio Guedes de Brito e sua mulher Maria Guedes, no século XVII. As concessões de sesmarias e as conquistas de terras aos índios criaram um enorme latifúndio que abrangia a região central da Bahia à margem direita do São Francisco, desde o Morro do Chapéu até o rio das Velhas, em Minas Gerais. Os proprietários arrendavam sítios e fazendas, do que auferiam lucro.

diuturnamente com seus escravos para montarem uma estrutura social. Mas ao lado dos pequenos produtores, havia alguns potentados detentores das melhores terras, ou mesmo administradores das fazendas do senhorio. Com a melhoria das condições de produção, também no Alto Sertão da Bahia⁶ abisma-se o relacionamento entre senhores e escravos e, depois, entre patrão e empregado, cabendo aos primeiros o mando absoluto e explorador e, aos segundos, a obediência cega, como forma de ganhar a sobrevivência própria e de sua família.

O trabalho, mesmo que imposto por uma classe dominante, é um aspecto cultural e, como tal, precisa ser ensinado/aprendido. Nas próximas subseções serão apresentados alguns dados históricos sobre a formação para o trabalho e controle sobre seu exercício. Inicialmente, serão abordados alguns aspectos do processo de aprendizagem desenvolvido fora do ambiente escolar estatal, com destaque para a Bacia do Paramirim e, posteriormente, a formação escolar para o trabalho, tomando-se como marco temporal o ano de 1909, quando da criação da rede federal de Escolas de Aprendizes Artífices, gérmen dos atuais Institutos Federais.

2.2 PERCURSO DA FORMAÇÃO E CONTROLE DE PROFISSIONAIS NA BACIA DO PARAMIRIM: DAS MUNICIPALIDADES ÀS PRIMEIRAS ESCOLAS NORMAIS

A noção de capital cultural desenvolvida por Pierre Bourdieu refere-se ao conjunto de recursos, conhecimentos e aptidões que os indivíduos podem dominar, de forma e grau sempre diferenciados. Bourdieu afirma que o capital cultural pode existir sob três formas: 1) no estado incorporado; 2) no estado objetivado; 3) no estado institucionalizado. Relativamente ao exercício de uma profissão, os três estados se intercomplementam, embora o terceiro ganhe maior destaque, pois ele é concretizado pela concessão de um certificado que confere ao seu detentor o reconhecimento social de sua aptidão para o exercício profissional. O estado incorporado refere-se a todo conhecimento que uma pessoa incorpora, o que pode lhe facilitar a fruição do capital cultural em estado objetivado. Este, por sua vez, se verifica em suportes materiais (livros, esculturas, pinturas). A acumulação do capital cultural

⁶ Erivaldo Fagundes Neves dá estas explicações acerca da divisão não oficial Alto Sertão Baiano: “(2005, p. 18) desta forma: “A utilização do termo ‘alto sertão’ revelaria ‘uma região imaginária na geografia do extremo sudoeste da Bahia’ [...] sem contornos precisos, embora haja quem estenda seus limites ao sul, por parte do atual Estado de Minas Gerais e, ao norte, para além da Chapada Diamantina, abrange o território angulado pelos rios Verde Grande e São Francisco, onde se estende a Serra Geral, extensão da cordilheira do Espinhaço, inclusive os sub-vales das Rãs, Santana, Santa Rita, Santo Onofre e Paramirim, da bacia sanfranciscana, e São João, do Antônio, Gavião e Brumado, tributários do rio de Contas. [...] Não coincide, apesar de se aproximar, com as divisões geográficas de ‘microrregiões e mesorregiões’, definidas pelo IBGE, nem se iguala a qualquer outra” (Neves, 2005, p. 19 – 20). A expressão Alto Sertão Baiano será utilizada sempre que a análise ou os fatos utilizados extrapolarem o Território de Identidade da Bacia do Paramirim.

incorporado inicia-se com o nascimento e tem continuidade ao longo da vida de cada pessoa, seja sob a forma de capital institucionalizado, seja nas diversas formas de relação social.

As sociedades humanas sempre determinaram alguma forma de concessão de um documento legal que ateste o capital cultural institucionalizado. As diversas formas que esse reconhecimento assumiu ao longo dos séculos – certidão passada pelas câmaras municipais, diplomas escolares, certificados – conferem um reconhecimento institucional que permite ao seu titular o estabelecimento de um “[...] valor no plano do capital cultural do detentor de determinado diploma em relação aos outros detentores de diplomas e, inseparavelmente, o valor em dinheiro pelo qual pode ser trocado no mercado de trabalho” (Bourdieu, 1999, p. 79).

As corporações foram responsáveis pela formação de trabalhadores e, conseqüentemente, pelo reconhecimento profissional até o advento da Revolução Industrial (século XVIII), a partir de quando foram sendo abolidas gradualmente pelas legislações nacionais. Em sua formação inicial, tomou como modelo as organizações de artesãos de Roma, os quais eram escravos ou estrangeiros livres e não possuíam terras para cultivar por serem estrangeiros. Os trabalhadores livres organizavam-se em corporações com regimento próprio, sede, cemitério, constituindo-se, assim, em “[...] uma associação de ajuda mútua e de formação de identidade sociopolítica frequentemente reforçada em eventos sociais, como funerais e banquetes” (Cunha, 2005, p. 10).

Com o colapso do Império Romano, o antigo modelo de associação dos trabalhadores livres passou a ser orientado pelos monges beneditinos, cujo lema *ora et labora* inspirava uma nova visão para o trabalho, valorizando-o como virtude. Em contrapartida, o ócio passou a ser definido como vício. No século XI, dentro do processo de reflorescimento da vida urbana, as corporações de ofício ganham um novo destaque ao abrigar os servos que escapavam da dominação feudal. Marx e Engels (2008) ensinam que “[...] tais trabalhadores, que chegavam isoladamente, dificilmente podiam chegar a ser uma força, visto que, se seu trabalho fosse do tipo corporativo e tivesse de ser aprendido, os mestres da corporação os submetiam às suas normas e os organizavam conforme os seus interesses” (Marx; Engels, 2008, p. 84). As atividades afins organizavam-se juridicamente, elaborando estatutos com base nos antigos costumes. Cunha (2005) informa que esses estatutos regulavam as relações da classe com o poder público e entre os próprios trabalhadores “[...] do número e da idade dos aprendizes, da duração da aprendizagem, do pagamento pelo aprendizado, e da ‘obra prima’, uma espécie de

prova final prática, pela qual o aprendiz era recebido entre os mestres e podia exercer seu ofício autonomamente” (Cunha, 2005, p. 11 – 12).

Em Portugal, os mesterais (também chamados oficiais mecânicos) foram agraciados, em 1384, por Dom João I com a instituição da “Casa dos Vinte e Quatro”, um órgão colegiado com assento na Câmara Municipal de Lisboa, a fim de representar os interesses dos diversos ofícios. Reis (2005) esclarece que os mesterais são os trabalhadores que “[...] transformam matéria prima e artefato e os vendem nas suas tendas e feiras” (Reis, 2005, p. 237). O ato de Dom João I foi um reconhecimento pelo apoio dos mesterais na resistência contra a invasão do rei de Castela (Cunha, 2005).

Ao longo de seus 450 anos de história, a Casa dos Vinte e Quatro foi a responsável pelo exame dos mestres de cada ofício. Vários regimentos sucederam-se e o processo de avaliação sofreu alterações em seu rito, mas a carta passada pelos examinadores deveria ser registrada na Câmara Municipal. Reis (2019) informa que “[...] até o século XIV, o Conselho da Câmara da cidade [Lisboa] não se intrometia nos exames, apenas observava a qualidade das obras e a ética profissional na comercialização” (Reis, 2019, p. 100), mas se torna soberana a partir de 1572.

O modelo da Casa dos Vinte e Quatro foi implantado em outras cidades de Portugal como o Porto e Braga. Cunha (2005) informa que a instituição chegou também ao Brasil, embora sem esse nome e número, a partir de Salvador, em 1641, com a eleição de doze mestres por seus pares. Entretanto, Reis (2019) afirma que a cultura corporativa importada para a administração de Salvador “[...] não foi semelhante, conquanto tenha procurado seguir os mesmos princípios normativos que regiam a Casa dos Vinte e Quatro” (Reis, 2019, p. 20).

Essas informações sobre a Casa dos Vinte e Quatro são aqui evocadas para ilustrar o papel que as câmaras municipais tinham no controle do exercício de uma profissão no Reino Português e que o Brasil recebeu por herança em seu ordenamento jurídico após sua independência política.

A respeito do papel regulador das câmaras municipais sobre o trabalho, Manfredi (2016) informa que “[...] a regulamentação das práticas de ofícios no Brasil variava de uma cidade para outra, tendo as câmaras municipais flexibilidade para a elaboração dos nomes” (Manfredi, 2016, p. 48). Assim é que, buscando-se as orientações das câmaras municipais na primeira metade do século XIX sobre profissões no atual Território da Bacia do Paramirim, chega-se a uma variedade de posicionamentos. A pesquisa iniciou-se pelas Posturas das Vilas de Minas do Rio de Contas (criada em 1724 e da qual desmembrou-se Paramirim) e Santo

Antônio do Urubu de Cima (criada em 1745, da qual desmembrou-se Macaúbas, em 1832). Em ambos os códigos, há a previsão, de forma direta ou indireta, da autorização da câmara municipal para o exercício profissional da área médica. As Posturas do Urubu de 1830, em seu artigo 16 declara:

Ninham Cirurgião, Medico, Boticario, Sangrador, nem Parteira poderá usar de sua Arte, sem que tenha primeiro appresentado suas cartas a Camara, para serem reconhecidas, e mandadas cumprir; e o que curar, sangrar, partejar ou compuzer remedios, sem obsrvar o que aqui se determina, será condemnado pela 1ª vez em 10\$000 reis, em 20\$000 reis pela 2ª vez, pela 3ª vez em 30\$000 reis, e assim por diante até 60\$000 reis” (Bahia, 1830).

No ano em que essas posturas foram compostas, a Vila do Urubu funcionava no então “Arrayal de Macahubas”, para onde fora transferida em 1823 (Figueiredo, 2015).

As Posturas de Rio de Contas de 1840 preveem a multa pelo exercício das funções de curar, nestes termos: “Art. 45 Exercer função de curar, sem que mostre título, e por elle obtenha licença da Camara: preparar remedio sem estar habilitado para isto. Multa de 20\$000 reis” (Bahia, 1840).

Cabe aqui alguns esclarecimentos sobre o uso da palavra “arte” nas Posturas da Vila do Urubu, anteriormente apresentada. Cunha (2005) ensina que “a antiga distinção de atividades nobre e ignóbeis foi refeita no âmbito das corporações entre os que cultivavam as *artes liberais* e as *artes mecânicas*” (Cunha, 2005, p. 12; grifos do autor). As artes mecânicas eram as que transformavam matéria prima em outros produtos, como apontado anteriormente, e os profissionais liberais seriam “[...] os da saúde, do direito, do ensino privado ou municipal das artes cênicas e das musicais” (Reis, 2005, p. 237). Ainda com relação ao uso da palavra arte como sinônimo de profissão, Cunha (2005) arremata o assunto ensinando que

[...] o Renascimento produziu a diferença entre o artista e o artífice. O primeiro era garantido pelo trabalho individual e pela genialidade pessoal, além da capacidade de trabalhar em qualquer lugar, independentemente de uma associação profissional. Já o segundo – o artífice – continuava em seu trabalho anônimo, restrito ao âmbito de sua corporação de ofícios [...] (Cunha, 2005, p. 12).

Entretanto essa distinção não chegou ao Alto Sertão da Bahia, como se pode deduzir do mencionado artigo das Posturas do Urubu e ainda hoje o termo artista é largamente utilizado para trabalhadores artesanais. Luz (2000), em sua monografia sobre a Lira dos Artistas, é categórico com esta afirmação: “Esclareça-se que em Rio de Contas o termo ‘artista’ equivale a ‘artesão’ e que o artesanato era a ocupação principal dos rio-contenses naqueles dias [1927]: todos os músicos eram ‘artistas’ ” (Luz, 2000, p. 16).

Outro termo, cujo uso persistiu por estas plagas, é o de “mestre”, ainda hoje em uso franco na expressão “mestre de obras”, utilizado para construtores mais experimentados que assumem obras da construção civil, sem formação específica. O mestre ou oficial, à época das corporações de ofício, era o trabalhador que passava pelo período de aprendizagem sob a supervisão de um mestre daquele ofício e que, após ser examinado e “[...] confirmado o correto emprego dos métodos e do ferramental descritos nos regimentos [...], recebia a certidão que, depois de confirmada pela Câmara, admitia os vereadores lhe passassem sua carta” (Reis, 2019, p. 97 – 98), habilitando-o para o exercício de um ofício. Há pouco, ainda se dizia mestre carpina, mestre de obras, mestre de música, como se pode ver na Figura 3, que apresenta sobrescrito de um envelope que contém um felicitação de Páscoa enviado da Alemanha, no final da década de 1940 ou início da seguinte. Diferentemente do título concedido pelas antigas corporações que assumia a forma de capital cultural no estado institucionalizado, o saber dos artistas e mestres que perduraram no Alto Sertão Baiano representa o capital cultural no estado incorporado (Bourdieu, 1992).

FIGURA 3 – SOBRESCRITO DE ENVELOPE



Fonte: Arquivo do autor.

Voltando aos resultados da pesquisa sobre o tratamento que as câmaras municipais com jurisdição sobre o atual Território da Bacia do Paramirim davam ao controle do trabalho,

apresentaremos os achados sobre a Câmara de Macaúbas. Ainda em uma alusão aos códigos de posturas de Urubu e Rio de Contas, ressalva-se que, entre o espaço temporal dos dois códigos, está o código da Vila de Macaúbas, de 1835. Esse município é o mais velho do Território da Bacia do Paramirim, criado em 6 de julho de 1832 e instalado em setembro do ano seguinte. Esse código, praticamente, inaugura o processo legislativo do novo município e traz uma postura bastante interessante no que diz respeito à formação profissional, ao determinar que os pais se responsabilizassem pela formação profissional de seus filhos, nestes termos:

16 Todo Pay ou May de familia que tiver para mais de hum filho varao sera de ora em diante obrigado a mandar ensinar um officio para o qual este tenha inclinação tendo este a idade de dose anos anos advertindo que tendo um só filho, o Pay ou May o deve manter ocupado [sob] pena de ser obrigado pelo Juiz de Paz ao mestre por tempo suficiente para aprender exeptuando-se porem aquelles que forem applicados em artes liberaes, ocupaçoens de negócios, lavouras e criaçoens de gado.

17 O Decipulo de qual quer officio sera obrigado a estar com o mestre três anos com a pena de ser reentregue pelo Juiz de Paz ao mesmo Mestre sendo tão bem esta obrigado a trasele sempre preocupado no mesmo officio (Bahia, 1835).

A leitura dessas posturas nos permite perceber que o tempo estipulado para a aprendizagem de uma profissão era de três anos, a partir dos doze anos. Há nelas a classificação implícita dos ofícios mecânicos e liberais, embora sem sobreposição de valor. Essa medida dos legisladores macaubenses, visando ao desenvolvimento interno, encontra um paralelo em medidas tomadas pelas então colônias de Massachusetts e da Virgínia, nos Estados Unidos da América, em meados do século XVII. A primeira obrigava cada família a ter ao menos um fiandeiro em contínua atividade, enquanto cada condado da Virgínia estava obrigado a selecionar crianças para instruí-las na indústria têxtil. Entretanto, nas colônias latino-americanas “[...] as únicas atividades em expansão eram aquelas que pendiam para a exportação; e assim foi também nos séculos seguintes: os interesses econômicos e políticos [...] nunca coincidiam com a necessidade de um desenvolvimento para dentro” (Galeano, 2021, p. 268) e, mesmo que a postura da Câmara de Macaúbas tenha sido posta em prática, não se chegou a um resultado vultoso no sentido de transformar o município em um polo de desenvolvimento econômico. Entretanto, na cultura local geralmente não há distinção acentuada entre trabalhadores braçais e intelectuais. Sem dúvida estes são vistos com mais distinção, mas podem-se apontar na história local exemplos de alfaiates e costureiras vindos de famílias com destaque social, ou seleiro, sapateiro e pedreiro participando sem nenhum impedimento da vida social, em pé de igualdade com as pessoas mais aquinhoadas e

dominantes na sociedade. Nesses casos, o valor a ser considerado é ter uma ocupação honesta que permita aos trabalhadores o sustento familiar.

A música é a arte de que se tem notícia de ser ensinada em Macaúbas nos meados do século XIX, pois em 1849, a Câmara Municipal informou ao Governo Provincial que o professor Antônio Inocêncio Soares mantinha uma escola particular com 45 alunos, entre os quais havia quatro adiantados nos estudos musicais, incluindo a pequena Ursulina das Neves. Outro músico desse período é Inocêncio Marques do Brasil. Natural de Minas Novas (MG), radicou-se em Lagoa Clara (sede de um distrito de Macaúbas), onde faleceu em 1868, deixando muitas coleções de música (Figueiredo, 2003).

Seguindo a cronologia dos registros de ofícios desempenhados na Bacia do Paramirim, tem-se os livros com anotações dos impostos de indústria e profissões, que eram cobrados pelas municipalidades, do século XIX e início do seguinte. O primeiro deles é o que registra os profissionais que pagavam impostos na antiga vila de Água Quente. Esse município foi criado por Ato Estadual de 1890 e instalado no ano seguinte. Entretanto teve existência efêmera, pois a Lei Estadual 460, de 16 de agosto de 1902 transferiu a sede do termo para a povoação de Paramirim. O município original foi novamente criado em 1962 e, atualmente, recebe o nome de Érico Cardoso (Martins, 2002). O livro aberto em 1898 para o alistamento dos contribuintes do município, classifica-os em negociantes, empregados e artistas e proprietários de engenhos e alambiques. Para esta pesquisa foram considerados somente os artistas, distribuídos pelos distritos que, então, compunham o município. Esclareça-se que algumas pessoas exerciam mais de um ofício. O Quadro 2 apresenta as profissões dos artesãos do Município de Água Quente (Atual Paramirim), em 1898.

QUADRO 2 – ARTESÃOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA QUENTE (ATUAL PARAMIRIM) - 1898

| TERMO | PROFISSÕES | QUANTIDADE |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Água Quente (sede) | Carpina | 02 |
| | Ferreiro | 01 |
| | Funileiro | 01 |
| | Ourives | 02 |
| | Sapateiro | 04 |
| | Seleiro | 01 |
| Paramirim | Alfaiate | 04 |
| | Caldeireiro | 01 |
| | Carpina | 09 |
| | Ferreiro | 03 |
| | Fogueteiro | 04 |
| | Funileiro | 01 |
| | Modista | 04 |
| | Sapateiro | 05 |
| | Seleiro | 01 |
| | Canabrinha | Carpina |
| Ferreiro | | 01 |
| Fogueteiro | | 01 |
| Sapateiro | | 03 |
| Santa Maria do Ouro (Ibiajara) | Alfaiate | 02 |
| | Ferreiro | 02 |
| | Funileiro | 01 |
| | Ourives | 02 |
| | Sapateiro | 01 |
| | Seleiro | 01 |

Fonte: elaborado pelo autor.

Atualizando a toponímia apresentada no Quadro 2, tem-se nele representação de quase a metade dos municípios que compõem a divisão política do Território de Identidade da Bacia do Paramirim: Água Quente é o município de Érico Cardoso, Canabrinha está no município de Paramirim e Santa Maria do Ouro, atual Ibiajara, integra o município de Rio do Pires. Com relação às profissões, são dez as apresentadas, sendo somente uma feminina – modista (costureira) – indicada somente no então arraial de Santo Antônio do Paramirim. De forma indireta, encontrou-se outro ofício feminino no recenseamento de crianças em idade escolar, que é o de fiandeira, indicado para a ocupação de algumas mães responsáveis pelas crianças recenseadas (Prefeitura, 1890). Cumpre fazer aqui um questionamento: quem costurava para as mulheres nas demais povoações? Todas sabiam costurar e faziam suas próprias roupas ou, pelo fato de ser uma ocupação feminina era tão desvalorizada que não merecia ser inscrita nos livros das municipalidades? Em contrapartida, os alfaiates constam dessa relação em maior número bem como no Quadro 3, adiante apresentado, referente ao município de Macaúbas, ano de 1922.

QUADRO 3 – ARTESÃOS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS – 1922

| DISTRITO | PROFISSÕES | QUANTIDADE |
|-----------------|-------------------|-------------------|
| Macaúbas (sede) | Alfaiate | 04 |
| | Cabeleireiro | 01 |
| | Carpina | 08 |
| | Curtidor | 04 |
| | Ferreiro | 04 |
| | Fogueteiro | 07 |
| | Funileiro | 04 |
| | Ourives | 05 |
| | Pedreiro | 13 |
| | Sapateiro | 10 |
| | Seleiro | 02 |
| | Boquira | Carpina |
| Curtidor | | 01 |
| Ferreiro | | 01 |
| Sapateiro | | 01 |
| Botuporã | Ferreiro | 01 |
| | Sapateiro | 01 |
| Caturama | Alfaiate | 01 |
| | Carpina | 05 |
| | Ferreiro | 01 |
| | Fogueteiro | 04 |
| | Funileiro | 01 |
| | Ourives | 01 |
| | Pedreiro | 01 |
| | Sapateiro | 01 |

Fonte: elaborado pelo autor.

O livro que forneceu dados para a elaboração do Quadro 3 não apresentava a divisão por distritos como o livro utilizado para a elaboração do Quadro 2; a divisão em distritos para aquele Quadro foi feita pelo conhecimento do autor na divisão atual das localidades integrantes dos municípios nele citados, de forma que se tenha, com esses dois Quadros um panorama histórico, embora com certeza parcial, das profissões no Território da Bacia do Paramirim, pois somente o município de Ibipitanga não é referido por ter-se desmembrado de Ibitiara.

A formação dos profissionais no Território da Bacia do Paramirim se dava por meio da educação não formal ou extraescolar, ou da educação informal ou difusa. Romanowski (2010) caracteriza a educação não formal como aquela desenvolvida nas organizações sociais e a educação informal como a que se realiza em casa, no trabalho, no lazer, ou seja, de forma assistemática. Contrariamente, a educação formal ou escolar realiza-se em instituições criadas para esse fim. As corporações de ofício, a quem cabia a sistematização da formação dos novos mestres – e que, portanto, ofereciam uma educação formal – não chegaram ao sertão bravo da

Bahia, mesmo porque essas instituições foram extintas pela constituição outorgada de 1824 (Cunha, 2005).

Morais (2002) dá informações sobre a formação dos fogueteiros, em Macaúbas, por tradição familiar, ou seja, de forma difusa:

Pelos idos de 1924, Antônio Lula da Silva, que trazia consigo a herança de seu pai José Joaquim da Silva Lula, a habilidade de fazer foguetes, demonstrou em praça pública para o Governador da Bahia, Góes Calmon, a sua arte de fazer surgir de uma nuvem de foguetes, imagens de santos. [...] A família Moraes se esmerou na arte dos foguetões (de um tiro) e foguetinhos (dois tiros ou arrojado). (Morais, 2002, p. 24 - 25).

Também por aqui, no século XX, ainda se registrava a prática de o aprendiz morar na casa do mestre enquanto aprendia o ofício, embora sem o caráter de semisservidão (Cunha, 2005). Figueiredo (2013) registrou em trabalho monográfico a transmissão da arte de sapateiro nessa modalidade, na década de 1930. Por essa mesma época, o Grêmio Lútero Recreativo e Beneficente de Macaúbas oferecia aulas de bordado e pintura (Figueiredo, 2012) e o polígrafo Zezinho Trindade (natural de Rio de Contas) “[...] inaugurou a 1ª aula particular de pintura, além de ministrar aulas de bailados que equivaliam a uma introdução às danças (Mota, 2003, p. 12); no Museu Regional de Macaúbas está exposta uma tela de uma de suas alunas. Talvez a única forma de educação para um ofício que se poderia classificar como formal em tempos passados fosse a formação de músicos para a composição das filarmônicas, pois os aprendizes seguiam uma ordem de aprendizagem preestabelecida que consistia na memorização dos conceitos elementares, seguida das lições de solfejo. O material utilizado para essas aulas compunha a *Artinha*, copiada a mão, a qual seguia o mesmo esquema daquela composta por Francisco Manuel da Silva para uso dos estudantes do Colégio Pedro II, em 1838. Entretanto, observa-se que os músicos não constam nas relações dos artistas que pagavam impostos às municipalidades, certamente porque nenhum deles tinha a música como meio de subsistência, mas a praticava de forma diletante. A educação formal para a laboralidade só chegou ao Território da Bacia do Paramirim na década de 1960, com a criação da Escola Normal de Macaúbas, anexa ao Ginásio Estadual de Macaúbas (Figueiredo, 2013) e do Colégio Normal de Paramirim (Silva, 2018).

Na próxima subseção, apresentar-se-á um resumo do percurso da formação para o trabalho no Brasil, que permita a sua compreensão no Território da Bacia do Paramirim, de forma integrada às esferas maiores da administração pública.

2.3 FORMAÇÃO PARA O TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Não há unanimidade entre os estudiosos para o estabelecimento de um marco da educação profissional no Brasil. Há quem o situe em 1549, quando da fundação do Colégio dos Jesuítas em Salvador – como é o caso de Manfredi (2002) –, há quem o situe em outras datas dos séculos XVII ao século XX – como Cordão e Moraes (2017) e Ramos (2011a), respectivamente. Essa discrepância se dá em função do objetivo de se formar trabalhadores, deixando de se observar a estruturação do ensino. Poder-se-ia começar uma tentativa de unificação desse marco fazendo-se uma distinção entre formação para o trabalho e educação profissional e mesmo entre esta e a educação profissionalizante propugnada pela Lei 5.692/1971.

Essas três denominações têm por foco o preparo de indivíduos para a execução de alguma atividade produtiva, seja ela intelectual ou manual. A concepção e organização do período de formação é que divergem. A formação para o trabalho, entendida como um treinamento para a prática de determinados procedimentos para a produção de um bem, foi a forma que predominou ao longo dos séculos: aprendia-se em família ou no convívio social, como também na oficina, onde os aprendizes eram formados, enquanto serviam seus mestres e poderiam tornarem-se oficiais, mas o domínio cognitivo era voltado para sua área de produção com prejuízo para outros aspectos da formação do trabalhador.

A oferta de formação para o trabalho no Brasil, ao longo dos séculos, apresenta duas características principais que são o caráter filantrópico e a desvinculação com os ensinos secundário e superior. No Brasil colonial, como faltassem artesãos, os padres da Companhia de Jesus trouxeram irmãos oficiais de sua ordem “[...] para ensinarem seus misteres a escravos e homens livres, fossem negros, mestiços ou índios” (Cunha, 2005, p. 32). A instalação de algumas Casas de Educandos e Artífices em diversas capitais provinciais, na década de 1840, e a criação de alguns Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, em 1854 (Cordão; Moraes, 2017), ilustram o perfil de formação para o trabalho no Brasil há pouco mencionado. Essas iniciativas também exemplificam o que Cunha (2005) chama de “trabalho e aprendizagem compulsórios: ensinar ofícios a crianças e jovens que não tivessem escolha” (Cunha, 2005, p. 23).

A criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, e que representam o primeiro projeto nacional voltado para a formação de trabalhadores, não voltavam seu trabalho para uma formação que fosse além do aspecto laboral restrito, sem perder sua aura beneficente e filantrópica. O artigo 2º do Decreto 5.766, de 23 de setembro de 1909, que as

instituiu, declara o objetivo dessas escolas nestes termos: “[...]se procurará formar operarios e contra-mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretenderem aprender um officio [...]”, sendo que a epígrafe traz o nível de ensino a ser oferecido: “Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito” (Brasil, 1909).

Um modelo de formação profissional que buscou incorporar aspectos da formação acadêmica geral delineou-se no Brasil com o Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931, que organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências, o qual, segundo Cordão e Moraes (2017) “foi o primeiro instrumento normativo brasileiro a prover a estruturação profissional” (Cordão e Moraes, 2017, p. 67). Pelas letras desse Decreto, o ensino comercial passou a organizar-se em curso elementar do comércio, no nível inferior, passando pelo curso propedêutico e cursos técnicos (secretaria, guarda-livros, perito-contador, entre outros) e o curso superior de administração.

As Leis Orgânicas do Ensino, publicadas entre 1942, sob a coordenação do Ministro da Educação Gustavo Capanema, durante o Estado Novo, e concluídas em 1946 sob a coordenação do Ministro Raul Leitão da Cunha, deram organicidade a todos os ramos do ensino primário e secundário (industrial, secundário, normal, agrícola e reforma do comercial).

A década de 1930 marca a revolução burguesa, no Brasil, com a instauração do modo de produção capitalista e, em consequência, o processo de industrialização. A formação dos trabalhadores perde sua aura beneficente e torna-se uma necessidade econômica (Ramos, 2011a). Na década seguinte, quando o Brasil vivia seu primeiro período de desenvolvimento nacionalista, foram formuladas as Leis Orgânicas do Ensino sob a coordenação de Gustavo Capanema. Essas leis davam organicidade aos diversos níveis de ensino, mas não promoviam articulação coerente entre eles, privilegiando o colegial para acesso irrestrito ao Ensino Superior. Pimentel (2015) observa que naquele momento histórico, “[...] o importante era formar a mão de obra especializada, com isso aumentando cada vez mais o distanciamento entre as classes” (Pimentel, 2015, p. 19 – 20). E a mesma autora se expande em sua análise sobre a dualidade do ensino médio sob a égide da lei:

Nessa conjuntura social e política, o ensino profissional era visto, no primeiro momento, como um propósito do governo para a mudança social e econômica do Brasil. Mas a intenção revelada pelo texto do legislador era distinguir os indivíduos ente duas categorias: a intelectual, destinada aos mais favorecidos, e a manual, que visava aos menos favorecidos. Evidencia-se, assim, uma educação limitada e pré-

determinada, constituída pelo exercício de um ensino que contribuía para exclusão e discriminação no processo educacional. (Pimentel, 2015, p. 20).

Nos anos que se seguiram à promulgação das Leis Orgânicas do Ensino, legislação complementar foi derrubando limites e instituindo um processo de equivalência entre os cinco ramos do ensino médio (colegial, normal, comercial, industrial e agrícola). A equivalência plena só foi estabelecida com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a 4.024/61, que, em seu artigo 34 a divisão do Ensino Médio em dois ciclos – o ginásial e o colegial – abrangendo este ciclo os cursos secundário, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário. Boynard, Garcia e Robert (1971) expressam bem sobre a equivalência entre duas escolas nestes termos:

[...] e “quem diz equivalência não admite identidade”. A escola secundária era ainda a escola e a outra [técnica e normal] apenas equivalente a ela, o que outra vez dava margem à interpretação de cunho social discriminador: a escola acadêmica, a “estrada real” dirigida exclusivamente para a continuidade de estudos em nível superior, para nossos filhos; os ramos do ensino técnico voltados para a terminalidade no trabalho ao fim de sete anos “para os filhos dos outros” e onde se escreve “outros” deve-se ler também “pobres” (Boynard; Garcia; Robert, 1971, p. 77)

Com a Lei 5.692/71, que reformulou os ensinos primário e secundário, ajustando-os ao quadro político que o Brasil vivia, aparentemente pôe-se fim ao dualismo no ensino médio ao se implantar a profissionalização obrigatória no 2º grau – sendo esta a nova denominação para o antigo 2º ciclo do Secundário. A proposta original era dar identidade a esse nível de ensino já que o 2º ciclo do Ensino Médio propunha a conclusão da formação do 1º ciclo (ginásial) e preparo do discente para o Ensino Superior. Não se tratava, portanto, de mudança de nomenclatura, mas sim de concepção. A escola de 2º Grau seria uma escola dinâmica atenta aos interesses da juventude e, às necessidades da mão de obra para o desenvolvimento socioeconômico do país (Brasil, 1979). Visto assim, o ensino de 2º Grau teria sido uma revolução no ensino médio brasileiro, mas sua implantação sofreu carências, principalmente de recursos humanos, pois não havia professores formados para a nova concepção de ensino. Dessa forma, não se chegou à escola unitária, o que aconteceu foi a abertura de cursos com resultados medíocres na rede pública e a dissimulação na rede particular que continuou a ofertar cursos propedêutico para as classes altas. Ramos (2011a) observa ainda que “a Lei nº 5.692/71 carregou em si a função de conter essa demanda [acesso à universidade] mesmo que tal propósito não apareça claramente” (Ramos, 2011a, p. 45) A profissionalização obrigatória

em nível médio caiu definitivamente com a Lei 7.044/82 que substituiu o termo “qualificação para o trabalho” por “preparação para o trabalho”, visando à “formação integral do aluno”. Pimentel (2015), ao comentar essas alterações, destaca que “ao abordar a relação escola/trabalho, a Lei 7.044/82 postula a educação para a vida laboral em consonância com um dos objetivos da educação brasileira, que viriam a ser expressos na Constituição de 1988 e confirmados na LDBEN de nº 9.394/96” (Pimentel, 2015, p. 36)

A segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de número 9.394/1996, passa a tratar a formação para o trabalho como “Educação Profissional”, dedicando a essa modalidade de educação o terceiro capítulo do Título V. Para efeito de contraponto, a primeira LDB da Educação Nacional (4.024/1961) refere-se a Ensino Técnico enquanto a Lei 5.692/1971 refere-se aos cursos profissionalizantes tão somente como Ensino de 2º Grau. Ao adotar a denominação “educação profissional”, a legislação brasileira dá um grande salto no conceito de formação escolar para o trabalho de nível médio rumo à construção de uma educação unitária que consiga abranger trabalho, ciência e cultura, superando a histórica dualidade da educação nacional. O modelo proposto se inspira na educação politécnica esboçado por Karl Marx em meados do século XIX – que representa sua concepção de educação – envolvendo três aspectos, quais sejam: educação intelectual, educação corporal e educação tecnológica. Rodrigues (2008) assinala que “nessas indicações, encontra-se o embrião fundamental do trabalho como princípio educativo, que busca na transformação radical da sociedade sua última finalidade” (Rodrigues, 2008, p. 169).

A construção da Lei 9.394/1996 foi um trabalho que envolveu especialistas em educação, sindicatos, organizações sociais, forças políticas, refletindo assim o momento de abertura democrática que o Brasil viveu no final da década de 1980. A comunidade educacional realizou em 1986 a IV Conferência Brasileira de Educação em Goiânia, cujo certame publicou a “Carta de Goiânia”, em que foram apresentadas as propostas dos educadores para a nova Constituição que se ia elaborar. Instalada a Assembleia Constituinte, a mobilização continuou com vistas à elaboração de uma nova LDB. O primeiro projeto para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi organizado por Dermeval Saviani e apresentado à Câmara dos Deputados por Octávio Elísio, deputado pelo PSDB mineiro, em dezembro de 1988. Este projeto teve como relator o deputado Jorge Hage. Outros sete projetos foram anexados ao Substitutivo Jorge Hage, além de 978 emendas de deputados de diferentes partidos. Este processo é caracterizado por ter tido origem no Legislativo e pela ampla participação de diferentes frentes. Seu redator dá este testemunho: “Talvez tenha sido o

mais democrático e aberto método de elaboração de uma lei que se tem notícia no Congresso Nacional” (Saviani, 2011, p. 68).

Nesse contexto de discussão dos novos rumos da educação nacional pelas forças políticas, acadêmicas e sindicais, um outro projeto para a nova LDB foi apresentado, dessa vez ao Senado Federal pelo Senador Darcy Ribeiro, o qual suplantou o Substitutivo Jorge Hage e, após alterações resultantes de discussões e negociações políticas, foi aprovado em 1996, sendo promulgado como Lei nº 9.394/1996, em 20 de dezembro de 1996. Este texto, como dito, consagrou a expressão “Educação Profissional”, a ser desenvolvida, conforme o Artigo 39, “[...] integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia” (Saviani, 2011, p. 197).

Na década de 1990, houve uma grande mobilização de vários setores da sociedade brasileira em torno na reestruturação do ensino médio e profissional. Era um momento de grandes transformações econômicas, sociais e políticas decorrentes do processo de internacionalização da economia e do desenvolvimento acelerado das tecnologias sendo necessário, portanto, inserir as novas gerações e as classes trabalhadoras na nova realidade produtiva que se iniciava. No âmbito do Governo Federal, existia um projeto do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Ensino Técnico (Senete) e outro do Ministério do Trabalho, por meio da Secretaria de Formação de Desenvolvimento Profissional (Sefor). O MEC elaborou, em 1991, a proposta do Sistema Nacional de Educação Tecnológica que atendia desde os jovens e adultos que não tiveram acesso à educação básica regular, até os que cursavam o nível superior, contemplando a formação de tecnólogos e cursos plenos oferecidos pelas universidades. Os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) exerciam papel central na execução desse projeto, articulando-se com universidades, escolas isoladas de ensino de engenharias, escolas agrotécnicas e técnicas estaduais e municipais e o com o Sistema S. Esse projeto orientou a elaboração dos projetos de reforma do ensino médio e técnico, após a posse do ministro Paulo Renato Souza (1995). Por seu turno, o Ministério do Trabalho traçou o Plano Nacional de Educação Profissional destinado à qualificação e requalificação de trabalhadores jovens e adultos e à sua formação continuada, buscando superar a visão de treinamento. Dessa forma, “[...] como política pública, a educação profissional era vista como parte de um plano nacional de desenvolvimento econômico e tecnológico sustentado e articulado a outras propostas de emprego, trabalho e renda” (Manfredi, 2016, p. 83).

No âmbito da sociedade civil, várias entidades profissionais e de educação e de outros setores se organizaram no Fórum em Defesa da Escola Pública, travando discussões e apresentando outras propostas e projetos. A discussão também ocorreu entre setores empresariais. O projeto do Fórum em Defesa da Escola Pública postulava uma escola de base unitária, sustentada pela justificativa de construção de um sistema nacional integrado que propiciasse a unificação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura com vistas à formação do homem omnilateral. Os empresários brasileiros defendiam uma educação profissional que superasse o descompasso entre a formação e as necessidades reais do setor, em um momento de modernização produtiva e de globalização econômica aceleradas.

O debate nas centrais sindicais se deu mais tarde, mas prestou valorosas contribuições, inclusive a expressão “educação profissional” tem certidão de nascimento datada de 1992, como resultado das discussões do Grupo de Trabalho criado na Secretaria Nacional de Políticas Sociais da Central Única dos Trabalhadores, cujo objetivo era estudar as questões relativas à educação. Assim as três maiores centrais sindicais do país – CUT, Força Sindical e CGT – formularam propostas e estratégias a partir das experiências acumuladas que se diferenciavam, mas que convergiam no sentido de se dar uma formação ao trabalhador que o tornasse apto para as novas demandas do mundo do trabalho e que lhe possibilitassem a fruição da ciência e da cultura, de forma integrada. A 7ª Plenária da CUT (1995) define como objetivo da educação profissional “[...] a formação de trabalhadores tecnicamente competentes e politicamente comprometidos pela transformação da sociedade” (Manfredi, 2016, p. 198).

Entretanto, o Decreto nº 2.208/97 que tinha por objetivo dar uma identidade ao ensino médio regulamentando o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da nova Lei de Diretrizes e Bases adiou a implementação desse projeto inovador voltado para a formação do trabalhador brasileiro. Ao legitimar um entre os vários projetos de educação profissional então discutidos, o Decreto estabeleceu “[...] uma separação entre os ensinos médio e profissional, gerando sistemas e redes distintas e contrapondo-se à perspectiva de uma especialização profissional como etapa que ocorreria após a conclusão de uma escola básica unitária” (Manfredi, 2002, p. 133). Manfredi (2002) e Ramos (2011a) são unânimes em apontar como uma das causas para a atribuição da educação profissional à iniciativa privada o fato de que essa modalidade de ensino tem um custo mais elevado que o ensino médio regular. Manfredi (2016) aponta ainda que “[...] a ampliação da rede de ensino médio de formação mais generalista funcionaria, também, como um freio para o ingresso no mercado formal de trabalho, atuando como um

mecanismo ‘compensatório’ e regulador de tensões sociais” (Manfredi, 2016, p. 99) ante a exigência de maior qualificação técnica, cuja tendência era a restrição do trabalho a uma reduzida parcela da população, como consequência dos processos de reorganização do trabalho implementado a partir da década de 1990. Concluímos com Manfredi (2016) essa análise sucinta dos efeitos do Decreto 2.208/97, quando ela afirma que “[...] legitimou um projeto não consensual, o qual, de um lado, instaurou o dissenso sobre sua implementação e, de outro, a desestruturação das redes de ensino pré-existentes” (Manfredi, 2016, p. 102).

Com a mudança ideológica do Governo Federal em 2003, o mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) abriu-se à participação dos diferentes atores sociais (gestores, pesquisadores, professores, trabalhadores e empresários) em eventos como fóruns, simpósios e conferências no intuito de se reconstruir a política pública de educação profissional e tecnológica. Essa atitude de escuta tem seu ponto de destaque na substituição do Decreto 2.208/1997 pelo Decreto 5.154/2004 que dá início a uma discussão sobre a regulamentação da educação profissional e tecnológica a qual, mesmo apresentando contradições, representa “[...] a consolidação da base unitária do ensino médio. Tenta restabelecer as condições jurídicas, políticas e institucionais que se queria assegurar na disputa da LDB na década de 1980” (Pimentel, 2015, p. 42). Um dos principais pontos desse ato entre os que Ramos (2011a) apresenta, está a “superação de se integrar curricularmente o ensino médio e a formação técnica, desde que atendida a formação básica do educando, conforme prevê o parágrafo 2º do artigo 36 da LDB” (Ramos, 2011a, p. 101). Manfredi (2016) avalia como positiva essa ampla discussão que, além de favorecer a edição do Decreto 5.154/2004, permitiu que “[...] muitos temas e problemas trabalhados nessas manifestações foram incorporados à agenda das políticas, sendo objetos de desenvolvimento por meio de documentos e ações programáticas”. (Manfredi, 2016, p. 247).

Essa mudança nas diretrizes para organização da articulação entre a educação profissional em seus diversos níveis, determinada pelo Decreto 5.154/2004, aplica, no Brasil, as orientações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, através da Recomendação nº 195/2004, enfatiza que a Educação Básica “[...] deve ser garantida de forma integrada com a orientação, a formação e a qualificação profissional para o trabalho” (Brasil, 2013, p. 211). Essa política pública objetiva proporcionar autonomia intelectual a fim de que cada cidadão consiga atualizar-se e aprimorar-se profissionalmente. Abrangem-se, assim, as dimensões que integram uma formação politécnica dos sujeitos: trabalho, ciência e cultura. Resumidamente, Ramos (2011b) comenta os elementos acima nestes termos:

O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológica) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade Ramos (2011b, p. 24).

O Decreto 5.154/2004 admitiu o desenvolvimento da educação profissional nas formas articulada com o ensino médio (integrada numa mesma matriz curricular ou concomitante com matrículas diversas) e subsequente ao ensino médio; reconheceu a validade nacional dos diplomas registrados; delimitou três níveis para a educação profissional: formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional de nível técnico e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Esses dispositivos foram posteriormente incorporados à própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pela Lei nº 11.741/2008, ampliando o marco regulatório da Educação Nacional.

No desenvolvimento de uma política pública de reestruturação e ampliação da educação profissional de nível básico, vários programas foram instituídos pelo MEC, entre os anos de 2003 a 2011. Machado e Ferreira (2019) destacam a importância do Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto nº 6.302/2007, na expansão das matrículas da EPT na educação básica, de maneira que esse dispositivo legal “[...] contribuiu para impulsionar diferentes estados da Federação a ofertar esta modalidade de ensino” (Machado; Ferreira, 2019, p.101). Efetivamente, esse foi o programa que mais impulsionou a reestruturação da Educação Profissional no estado da Bahia. O Brasil Profissionalizado fomentava também a expansão do ensino médio integrado à EP na rede federal. O investimento foi de 1.829.891.426,35 em equipamentos, mobiliário, laboratórios, aquisição de livros e formação e capacitação de profissionais da educação. Em todo o Brasil, foram atendidos 190 municípios, sendo que o maior número deles se concentrou na região Nordeste, com 87 municípios contemplados (Manfredi, 2016, p. 255).

O estado da Bahia aproveitou-se dessa conjuntura para reorganizar e ampliar sua diminuta rede de educação profissional, de sorte que o ano de 2007 foi de intensa mobilização. Em dezembro desse ano, o governo Jaques Wagner publicou o documento “Princípios e Eixos da Educação na Bahia” no qual fazia uma análise da educação no estado, dividido em três partes, a saber: 1 – O cenário atual da Educação (com levantamento das fraquezas e potencialidades); 2 – Princípios e 3 – Eixos (entre os quais merecem destaque a Gestão Democrática, em Rede, com Efetividade Social e Garantia do Direito à Educação

Profissional). Na apresentação desses Princípios e Eixos, firmava-se o convite a um amplo debate entre governo e sociedade (Bahia, 2007), cuja culminância foi a 1ª Conferência Estadual de Educação, precedida de conferências municipais e regionais, as quais realizaram debates e estudos conduzidos por oito eixos previamente estabelecidos. O texto de referência para o eixo “Construindo uma política de Educação Profissional para o Estado da Bahia” apresentava aquele momento de superação da herança neoliberal o esforço do Governo Federal para a retomada da educação profissional como uma política pública:

Nesse sentido, a educação profissional tem ocupado no Brasil contemporâneo, cada vez mais espaço nas discussões dos vários níveis de governo, entre os empresários, trabalhadores e movimentos sociais, ultrapassando o campo tradicional dos ministérios da Educação e do Trabalho e se tornando prioridade na agenda estratégica vinculada ao desenvolvimento econômico e social. Também está sendo gradativamente superado o caráter instrumental e tecnicista, sendo introduzidos conteúdos vinculados a uma formação técnica geral, que permite falar de uma qualificação social e profissional (Lima; Melo, [2007], p. 20).

No que se refere ao estado da Bahia, o referido texto de referência informa que, quando da realização dos seminários de discussão do primeiro Plano Plurianual Participativo,

A demanda “educação profissional” aparece em todos eles, vinculada aos seguintes setores: educação, trabalho, ciência e tecnologia, agricultura, cultura, saúde, direitos humano/etnia/gênero, meio ambiente, gestão pública, indústria e comércio etc. Para atender a tais demandas não apenas é necessário construir uma política de educação profissional de caráter transversal, voltada tanto para o presente imediato quanto para os próximos dez anos, como é fundamental considerá-la prioridade de governo (Lima; Melo, [2007], p. 21).

Em janeiro de 2008, foi instalada a Superintendência de Educação Profissional – Suprof – para administrar a expansão pretendida da educação profissional no estado, que fora instituída pela Lei nº 10.995, de 21 de dezembro de 2007. O “Plano de Educação Profissional da Bahia”, então elaborado, teve um caráter pioneiro ao contemplar, através dos Territórios de Identidade, todo o estado (564.693 km²), as potencialidades e a sustentabilidade das unidades e cursos implantados. O ponto central dessa proposta era que a Educação Profissional deixasse de ser um conjunto de ações pontuais e se integrasse ao projeto de desenvolvimento social e econômico incluído do estado. Naquele momento, a Educação Profissional estava presente em apenas 22 dos 417 municípios baianos, com o total de 4.016 matrículas, excluindo-se dessa estatística o Curso Normal. Em contrapartida, a meta para o primeiro ano do Plano era oferecer dez mil vagas já naquele ano e atingir 21 Territórios, alcançando a totalidade deles no ano seguinte (Bahia, [2008]). O projeto de expansão da EP foi exitoso, de

forma que “[...] no segundo semestre de 2013, a rede de educação profissional do estado da Bahia já era reconhecida nacionalmente como a segunda maior rede estadual do Brasil” (Kavalkievicz, 2020, p. 25). Entretanto, ao acompanharmos a classificação dos estados no desenvolvimento da Educação Profissional pela ótica de Duarte (2023), é-nos possível atribuir à Bahia o primeiro lugar em educação profissional integrada, pois, segundo esse autor, “[...] em que pese o Estado de São Paulo liderar o *ranking* da matrícula, esse patamar alcançado está concentrado nos cursos de curta duração” (Duarte, 2023, p. 197). Esse autor destaca ainda que o projeto de expansão da EP na Bahia “[...] revela assertividade e importância da interiorização da educação profissional e a diversidade das formas de articulação, como também o desenvolvimento das matrículas segundo a modalidade da oferta” (Duarte, 2023, p. 197). A partir de 2016, todavia, a oferta de EPT na Bahia sofre de descontinuidade como consequência das mudanças políticas no cenário nacional com o golpe que destituiu a Presidenta Dilma Roussef e que reverberou em mudanças na própria Secretaria da Educação da Bahia.

Alguns pontos da proposta de implantação da Educação Profissional na Bahia, em rede, merecem destaque: do ponto de vista pedagógico, o trabalho foi assumido como princípio educativo e a pesquisa/intervenção social, como princípio pedagógico; na relação trabalho-ciência-tecnologia-cultura está a base da matriz curricular. Do ponto de vista administrativo, assumiu-se o modelo de gestão democrático e socialmente justo, item que inclui a “formação de professores, gestores e técnicos e o respeito às culturas e vocações regionais e o atendimento às populações excluídas” (Bahia, [2008], p. 9). Com esse modelo, buscava-se atender às demandas sociais e econômicas da Bahia relativas à formação de trabalhadores. O Plano da Educação Profissional destaca que

[...] a atenção às demandas econômicas permite potencializar as cadeias produtivas e desenvolver o território, dando-lhe ferramentas fundamentais para que desenvolva seu trabalho com tecnologia e dignidade. Já o respeito às demandas sociais, permite prover de trabalhadores qualificados os crescentes investimentos em saúde, educação, saneamento, cultura e outras políticas públicas. (Bahia, [2008], p. 9).

A compatibilidade de pensamentos nos permite fazer um diálogo com Anísio Teixeira que, há muito, anunciara uma nova cultura escolar conectada com a tecnologia, formadora de cidadãos produtores e não somente contemplativos da cultura acumulada pelos antepassados. Segundo ele,

Tudo mudou com a cultura econômica e científica de nossos dias. [...] Hoje, todos têm de produzir. [...] A técnica se terá identificado, então, com uma verdadeira cultura e desaparecerá o dissídio atual entre a cultura de ontem e a técnica, ainda muito mecânica, de hoje. As escolas conquistarão uma nova unidade e a educação se enriquecerá com o espírito de uma nova, uma outra civilização, íntegra e harmoniosa, como foram harmoniosas e íntegras as grandes civilizações de outros tempos. (Teixeira, 2007, p. 46 – 47).

Da mesma forma, contrapôs o controle das forças sociais na administração escolar ao controle exercido inicialmente pela Igreja e depois pelo estado. Segundo ele, o controle social é o “mais favorável à livre e plena expansão das instituições educativas.” (Teixeira, 2007, p. 56). Melo e Urbanitz (2011) apontam as escolas de formação profissional como espaço de formação cidadã e de gestão democrática, desde que “os pais e outros membros da comunidade escolar, trabalhadores em educação possam, juntos, definir os rumos da escola, seu projeto e seu cotidiano” (Melo; Urbanitz, 2011, p. 25). Assim o Decreto 11.355/2008, que dispôs sobre a instituição dos Centros Estaduais (CEEP) e dos Centros Territoriais de Educação Profissional (Cetep) no âmbito do Sistema Público de Ensino do Estado da Bahia, instituiu que a gestão democrática da Educação Profissional seria realizada com a criação de conselhos escolares compostos por representantes da direção, dos professores, dos pais, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos – como já acontecia com os colegiados escolares – mais representantes da comunidade local dos segmentos trabalhadores, empresários, integrantes da sociedade civil organizada e poder público local, com atribuições de caráter deliberativo, consultivo, avaliador e mobilizador nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras dos Centros de Educação Profissional. (Bahia, 2008a).

Nesse contexto de inovações na formação profissional de nível médio, ocorreu a 1ª Conferência Estadual da Educação, realizada em fins de 2007, quando a Direção do antigo Colégio Estadual Aloysio Short (CEAS) em Macaúbas se inteirou do projeto de expansão da Educação Profissional na Bahia. Em janeiro seguinte, o Colegiado Escolar deliberou por solicitar a implantação de Cursos Técnicos em Arte Dramática, em Meio Ambiente e em Vendas, conseguindo a autorização para os três cursos. Entretanto, o primeiro dos cursos citados não pôde ser implantado por falta de candidatos em número suficiente para se formar uma turma. O ano de 2008 foi de avanços na Educação Profissional da Bahia: encontros, seminários, emissão de Instruções, Portarias, formação.

Em 2009, a Portaria 8.677/2009 transformou algumas Unidades Escolares que ofereciam Educação Profissional em Centros Territoriais. Dessa forma, o antigo CEAS passou a ser denominado Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Paramirim (Bahia,

2009). Neste mesmo ano, o Cetep da Bacia do Paramirim ampliou a oferta com novas vagas para as modalidades subsequentes (PROSUB) e integrada à Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Em 2013, foram implantados anexos nos Colégios Estaduais das cidades de Boquira, Caturama, Ibitipanga e Paramirim. Posteriormente foi aberto um quinto anexo em Rio do Pires.

A Unidade Escolar objeto de estudo desta pesquisa, ao ser criada, teve por objetivo: Tornar-se uma referência em seu Território de Identidade, oferecendo educação de excelência com a contribuição de toda a comunidade escolar de forma solidária e responsável, valorizando o respeito mútuo e a cooperação de todos no meio social tendo em vista a formação de cidadãos éticos e profissionais competentes.

Ao longo dos anos, o Cetep da Bacia do Paramirim ampliou e diversificou a sua oferta, atento às demandas apresentadas e /ou percebidas. Alguns cursos tiveram somente uma turma, outros como Técnico em Administração e em Enfermagem são sempre procurados. O Quadro 4 apresenta a relação de cursos ofertados pelo Cetep da Bacia do Paramirim, por Eixo Tecnológico. Nele, pode-se perceber uma retração na diversidade da oferta de cursos técnicos, em função de diversas causas, desde a dificuldade para contratação de professores para disciplinas específicas até a falta de candidatos às vagas disponibilizadas ou porque saturou ou porque não é interessante para a população.

QUADRO 4 – RELAÇÃO DE CURSOS OFERTADOS PELO CETEP DA BACIA DO PARAMIRIM POR EIXO TECNOLÓGICO (CONTINUA)

| EIXO TECNOLÓGICO | CURSO | MODALIDADE/ FORMA DE OFERTA | OFERTA | | STATUS |
|--------------------------------------|---------------------|-----------------------------------|--------|------|---------|
| | | | Início | Fim | |
| Ambiente, Saúde e Segurança | Meio Ambiente | EPI | 2008 | 2014 | Inativo |
| Gestão e Negócios | Vendas | EPI | 2008 | 2019 | Inativo |
| Ambiente, Saúde e Segurança | Enfermagem | PROSUB | 2009 | 2022 | Inativo |
| Infraestrutura | Edificações | EPI | 2009 | 2014 | Inativo |
| Ambiente, Saúde e Segurança | Enfermagem | EPI | 2010 | 2014 | |
| Gestão e Negócios | Contabilidade | PROSUB | 2010 | 2020 | Inativo |
| Desenvolvimento Educacional e Social | Secretaria Escolar | EPI | 2011 | 2020 | Inativo |
| Gestão e Negócios | Administração | EPI | 2011 | n/a | Ativo |
| Recursos Naturais | Agroecologia | EPI | 2011 | 2017 | Inativo |
| Recursos Naturais | Agroecologia | PROEJA | 2012 | 2015 | |
| Produção Cultural e Design | Instrumento Musical | PROEJA | 2012 | 2014 | Inativo |
| Desenvolvimento Educacional e Social | Secretaria Escolar | PROSUB | 2012 | 2016 | Inativo |

QUADRO 4 – RELAÇÃO DE CURSOS OFERTADOS PELO CETEP DA BACIA DO PARAMIRIM POR EIXO TECNOLÓGICO (CONCLUSÃO)

| EIXO TECNOLÓGICO | CURSO | MODALIDADE/ FORMA DE OFERTA | OFERTA | | STATUS |
|-----------------------------|--------------------|-----------------------------------|--------|------|---------|
| | | | Início | Fim | |
| Ambiente, Saúde e Segurança | Meio Ambiente | PROSUB | 2013 | 2015 | Inativo |
| Infraestrutura | Edificações | PROEJA | 2013 | 2016 | Inativo |
| Recursos Naturais | Agroecologia | PROEJA | 2013 | 2015 | Inativo |
| Recursos Naturais | Agroecologia | PROSUB | 2013 | 2015 | Inativo |
| Ambiente, Saúde e Segurança | Análises Clínicas | PROEJA | 2014 | 2016 | Inativo |
| Gestão e Negócios | Vendas | PROEJA | 2014 | 2018 | Inativo |
| Gestão e Negócios | Vendas | PROSUB | 2014 | 2016 | Inativo |
| Gestão e Negócios | Secretariado | EPI | 2014 | 2018 | Inativo |
| Gestão e Negócios | Secretariado | PROSUB | 2014 | 2023 | Inativo |
| Gestão e Negócios | Administração | PROSUB | 2015 | 2022 | Inativo |
| Gestão e Negócios | Comércio | PROSUB | 2016 | 2019 | Inativo |
| Produção Cultural e Design | Turismo | PROSUB | 2016 | 2019 | Inativo |
| Gestão e Negócios | Logística | PROSUB | 2018 | 2020 | Inativo |
| Gestão e Negócios | Serviços Jurídicos | PROSUB | 2018 | n/a | Ativo |
| Produção Alimentícia | Agroindústria | PROSUB | 2018 | 2020 | Inativo |
| Informação e Comunicação | Informática | PROSUB | 2018 | 2022 | Inativo |
| Gestão e Negócios | Administração | PROEJA | 2019 | 2023 | Inativo |
| Informação e Comunicação | Informática | EPI | 2020 | n/a | Ativo |

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Parecer CNE/CEB 11/2012 afirma que “o futuro do trabalho no mundo dependerá da Educação Profissional esteada em sólidos programas formativos para os jovens em processo formativo e seus adultos em busca de requalificação para o trabalho” (Brasil, 2013, p. 212). É esta requalificação, ou mesmo uma primeira qualificação, que alimenta os cursos subsequentes, pois as pessoas que os procuram, muitas vezes, cursaram o Ensino Médio regular, ou um curso profissional, com o qual o estudante não consegue meio de subsistência, pois a conversão entre capital cultural em capital econômico pode se alterar na dependência de sua raridade ou valorização em determinado contexto. Bourdieu (1999) afirma que “o investimento escolar só tem sentido se um mínimo de reversibilidade da conversão que ele implica for objetivamente garantido” (Bourdieu, 1999, p. 79).

A fala da Técnica em Contabilidade Heloyse Cândida Silva, que voltou ao CETEP da Bacia do Paramirim para uma segunda formação, é emblemática para ilustrar a importância da formação técnica: “A qualificação nos leva a acreditar que somos capazes de romper barreiras. Com este conhecimento, pude ver que sou capaz de ir longe e sei que vou conseguir

uma vida melhor. É prazeroso estar sendo reconhecida como profissional, ainda mais na minha cidade” (Bahia, 2013, p. 48).

Essa busca por disponibilizar oportunidade diversificada de formação profissional média representou esperança para as cidades mais distantes dos grandes centros urbanos. Da mesma forma que se espera bons resultados da Educação Profissional na Bacia do Paramirim, a professora Moema Freitas de Alencar Wanderley, Diretora do Colégio Estadual Ernesto Carneiro Ribeiro, na cidade de Saúde, em seu estudo sobre a baixa demanda para os Cursos Técnicos em Agroecologia e em Agropecuária, anota:

A proposta de implantação destes cursos se deu com o intuito de possibilitar aos nossos jovens mais uma alternativa de formação, em virtude da falta de perspectivas quando concluem o ensino médio e da carência de formação técnica específica com base na proposta da Educação Profissional da Bahia, implantada em 2008, cujo diferencial é o trabalho como princípio educativo, visando à formação do sujeito como ser humano integral, através do desenvolvimento de suas potencialidades. (Wanderley, 2015, p. 283 – 284).

Também a professora Maria Gorete de Miranda Alves, Diretora do Colégio Estadual Reinaldo Teixeira Braga, de Xique-Xique, destaca a importância da formação profissional de nível médio para o desenvolvimento humano e econômico, com estas observações:

Acreditando que os cursos profissionais podem contribuir com condições necessárias para romper o ciclo de desigualdade que aflige nossa sociedade e promover a inclusão dos jovens brasileiros, foi implantado nesta unidade de ensino o curso técnico de nível médio em Agropecuária e Agroecologia que, além de elevar o grau de escolaridade e desenvolvimento humano, prepara os jovens para o mundo do trabalho e/ou ocupações alternativas geradoras de emprego e renda. (Alves, 2015, p. 462).

A formação proposta para a Educação Profissional vai além de uma integração superficial de conteúdos. Dado o valor do trabalho para o ser humano como visto resumidamente nas linhas anteriores, na Educação Profissional, o trabalho é o princípio educativo e a pesquisa, o princípio pedagógico. A pesquisa instiga o espírito investigativo do estudante, comprometendo-o “[...] com a produção de conhecimentos, saberes, bens e serviços que tenham como finalidade melhorar as condições de vida coletiva e não apenas produzir bens de consumo para fortalecer o mercado” (Ramos, 2011b, p. 34). Silva e Silva (2018) corroboram essa ideia ao afirmarem que “[...] o aluno vivencia e atua em várias situações sociais, para compreender a dimensão social de sua profissão e ainda dá um retorno à sua comunidade, conjuntamente com a instituição escolar” (Silva; Silva, 2018, p. 69). Essa

produção, ou retorno à comunidade gera tecnologia social e promove a intervenção social. O PPP do CETEP da Bacia do Paramirim reproduz um trecho do Ofício Circular nº 04/2015 da SUPROT para conceituar esses termos:

Intervenção Social e Tecnologia Social são conceitos que remetem a uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva em todas as etapas, desde a observação do problema até a implementação do Projeto. Um Projeto de Tecnologia Social precisa basear-se na disseminação de soluções para problemas relacionados a demandas de alimentação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras demandas sociais. (Bahia, 2016, p. 30)

A título de ilustração, podem-se citar estes exemplos de intervenção e de tecnologia social desenvolvidos pelos estudantes dos cursos técnicos no CETEP da Bacia do Paramirim:

- Criação de um cortador de palmas e de uma prensa para produção de feno com aproveitamento de materiais descartados – Agroecologia;
- *Guia Turístico de Macaúbas/2016* e *Guia Turístico da Bacia do Paramirim/2017* – Turismo;
- *Guia do Contador da Bacia do Paramirim* – Contabilidade;
- Urbanização de uma praça na cidade de Boquira – Meio Ambiente;
- Distribuição de mudas de aroeira, uma das árvores que integram a lista das espécies ameaçadas de extinção na Bahia – Meio Ambiente;
- Montagem de três painéis em mosaico com restos de revestimentos, retratando fatos históricos de Macaúbas – Edificações e Meio Ambiente;
- Realização de duas edições da FLIMAC – Festa Literária de Macaúbas – (2018 e 2019), envolvendo agentes culturais de municípios do próprio Território de Identidade e de outros, com teatro, música, lançamento de livros, palestras, mesas redondas e oficinas.

A quinta seção desta tese buscará desenvolver esses pontos e outros mais como forma de validar a hipótese apresentada na primeira seção, em processo dialógico com os atores da pesquisa desencadeada para este trabalho, tendo presente, o quanto possível, as categorias do materialismo histórico-dialético, quais sejam: historicidade, contradição, mediação e totalidade.

3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TERRITÓRIO DA BACIA DO PARAMIRIM

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos.

(Paulo Freire, *Educação e Mudança*)

Ao longo dos anos, o estado da Bahia passou por diversas regionalizações que foram-se alterando de acordo com programas de governo ou com a temática e o foco havendo, em um mesmo momento, mais de uma divisão regional. Desde 2007, adotou-se a divisão do estado para fins administrativos em Territórios de Identidade que, de política de governo, tornou-se política de estado em 2014, abrangendo todas as esferas administrativas.

O conhecimento das origens, desenvolvimento e consolidação da política territorial nos permite *saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos*, conforme o alerta que Paulo Freire nos faz na epígrafe desta seção, como condição para que aconteça uma transição entre velhas práticas político-administrativas autoritárias para um modelo plenamente participativo. Esse é o cerne da dinâmica da territorialização, a começar pela definição de cada unidade, que se deu de forma mista, pois que só se consolidou após as interferências dos atores sociais. Certamente que esse conhecimento motivará o envolvimento cidadão na construção de um espaço mais justo, integrador e coeso sob múltiplos aspectos.

Nesta seção, buscar-se-á caracterizar determinantes do desenvolvimento político, econômico, ambiental e cultural do Território da Bacia do Paramirim. O ponto de partida será a definição de “território de identidade”, buscando também apontar elementos que historicizem essa forma de regionalização em nível federal e estadual. Na sequência, serão apresentados dados históricos da Bacia do Paramirim, com destaque para seu lento desenvolvimento, pondo-se em relevo a técnica como resultado e, ao mesmo tempo, auxiliar do trabalho na construção e transformação desse Território de Identidade, que luta contra os reveses do tempo, sua difícil localização geográfica e, sobretudo, contra os esquecimentos (para não dizer abandono) das esferas administrativas superiores.

3.1 TERRITÓRIO E TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

A noção de território tem sido bastante estudada sob diversos ângulos e campos do conhecimento. Buscando uma síntese, pois este espaço não se propõe a uma ampla discussão sobre o termo, valemo-nos do estudo de Bomfim (2009) que resume em duas vias as propostas das ciências humanas a respeito da noção de território, quais sejam: uma de natureza política, que associa o conceito ao poder exercido institucionalmente sobre uma determinada área, e outra de caráter naturalista, relacionada à apropriação multidimensional de um espaço por uma determinada população. Para esta noção, ele esclarece que “o território seria, antes de tudo, um produto cultural e patrimonial, e suas fronteiras seriam sempre remarcadas, de acordo com o deslocamento das forças inerentes aos indivíduos e aos grupos” (Bomfim, 2009, p. 20). Nessa mesma linha de pensamento, Silva e Silva (2018) fornecem mais argumentos para o entendimento de território como um espaço em contínua transformação ao dizerem que

O território não pode ser considerado uma forma decisiva e organizada do espaço, mas sim um lugar com contexto onde se realizam atividades humanas, criadas a partir da herança de um povo. De tal forma, os indivíduos compõem e caracterizam o território para além do espaço, gerando valores de múltiplas naturezas, tais como: culturais, antropólogos, econômicos, sociais e financeiros, caracterizando assim, suas próprias identidades e se fortalecendo enquanto poder social. (Silva; Silva, 2018, p. 62).

O documento “A Política Territorial do Estado da Bahia” (2021) elaborado pela Secretaria de Planejamento (Seplan) informa que a Bahia foi o estado pioneiro na implantação de uma rede de Territórios de Identidade como unidades de planejamento reconhecendo, dessa forma, “a diversidade e as potencialidades espacialmente distribuídas no território baiano, introduzindo a participação e articulação social, desenvolvendo políticas públicas mais efetivas e afins às necessidades e possibilidades de cada Território” (Bahia, 2021, p. 3). Entretanto, a origem da utilização de território de identidade como forma de atendimento às carências regionais, em especial sua adoção pelo estado da Bahia, não é amplamente conhecida. A observação que Flores (2014) faz traduz a realidade da maioria tanto dos atores envolvidos na dinâmica territorial como das pessoas comuns: “ainda permanece nebuloso entender como se estabeleceu um recorte territorial com base no sentimento de pertencimento da população”. (Flores, 2014, p 38). O governo Jaques Wagner optou por esse recorte territorial no início de sua administração (2007) e, a partir dela, realizou a consulta popular para elaboração do PPA 2008 – 2011, o primeiro documento dessa natureza a ser construído

coletivamente na Bahia. Naquele momento de sintonia partidário-ideológica, o governo estadual buscou alinhar as políticas locais às políticas do Governo Federal, que iniciara com o processo de revelação dos Territórios de Identidade em 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), órgão do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

A construção dos espaços de focalização da SDT iniciou-se pela microrregionalização do Brasil, realizada pelo IBGE, com a criação de microrregiões homogêneas tomando-se por base critérios geoambientais, econômicos, sociais e institucionais. Naquele momento, foram identificadas 556 microrregiões. Esse total foi subdividido em 449 microrregiões rurais – que estariam no âmbito de atuação da SDT –, 63 microrregiões intermediárias e 44 microrregiões urbanas. Os critérios para definição de microrregião rural foram os seguintes: população de até cinquenta mil habitantes e densidade demográfica inferior a oitenta habitantes por quilômetro quadrado. As microrregiões que apresentassem valores superiores aos indicados acima relativos aos dois critérios seriam consideradas urbanas e aquelas que ultrapassassem o valor em apenas um dos critérios seriam consideradas intermediárias (Perico, 2009).

Perico (2009) observa que “a regionalização é um processo técnico realizado com base em critérios e indicadores estatísticos, padrão aplicado pelo IBGE na criação das microrregiões” (Perico, 2009, p. 112). Essa observação permite concluir que a revelação dos Territórios de Identidade foi um processo misto, pois o ponto de partida foi realmente um estudo técnico que, posteriormente, foi apresentado aos atores sociais os quais manifestaram sua adesão em alguns aspectos, contestaram outros e foi-se chegando a consensos. Dias (2017) relata que, mesmo no momento inicial de construção da proposta de definição de microrregiões homogêneas que a SDT/MDA deflagara, “[...] foram mantidos diversos contatos com organizações sociais, setores governamentais, universidade e outros grupos profissionais para expor a proposta de política que estava sendo construída” (Dias, 2017, p. 30).

Após a regionalização, iniciou-se a processo de territorialização com a convocação dos atores locais e estaduais com o objetivo de se implantar as estratégias. Perico (2009) descreve a territorialização como um processo dinâmico de construção dos territórios resultante da ação política dos atores do território. Esse processo conduziu à apreciação do trabalho técnico e resultou na redefinição das áreas delimitadas inicialmente. O momento seguinte foi marcado pela percepção dos atores diante de suas próprias interpretações sobre a definição de uma unidade espacial, em um exercício que “mudou a definição e a seleção inicial das

microrregiões em favor dos territórios por ser o resultado de distintas possibilidades de combinações das microrregiões originais” (Perico, 2009, p. 107). Dias (2017) informa que, na primeira oficina estadual realizada na Bahia, para avaliar as primeiras ações da SDT e buscar referências para aprimoramento, entre os dias 16 e 17 de julho de 2003, houve intensas manifestações de entidades da sociedade civil, em especial as ligadas à agricultura familiar, que imprimiram “[...] uma atuação diferenciada no Estado em relação às demais Unidades da Federação, já que os presentes na oficina não aceitaram pacificamente a seleção dos 5 Territórios já identificados em detrimento de outros que poderiam ser também atendidos” e acrescenta que “[...] havia interesse e disposição de uma ação mais abrangente no Estado” (Dias, 2017, p. 37).

No momento de revelação dos territórios – 2003/2006 – o Governo da Bahia fazia oposição ao Governo Federal. O processo deu-se no estado em parceria com a Seplan e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. A Seplan realizou a intermediação entre os sujeitos locais e o Governo Federal, mobilizando organizações da sociedade civil e instituições estaduais na discussão a partir das propostas do MDA para construção da nova formação territorial (Flores, 2014). Apesar de o Governo Estadual não se furtar a colaborar com o Governo Federal, não chegou a alterar as regionalizações vigentes no estado, somente se beneficiou do repasse de recursos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), que objetivava a promover o planejamento e autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia. A adoção de territórios configurava-se como eixo central de uma política voltada para o desenvolvimento, na busca por caminhos que melhorassem a qualidade do gasto público com a participação ativa e efetiva dos atores sociais. Naturalmente, uma política que se pauta pela inserção da população não interessava a um governo conservador e autoritário. Somente com a ascensão de um governo popular houve o alinhamento entre as esferas estadual e federal.

No processo de revelação dos Territórios, em 2003, foram definidos critérios para se atender inicialmente os territórios rurais, determinando-se os números mínimo e máximo por estado, fixados entre um e cinco. No estado da Bahia, foram identificados inicialmente cinco territórios rurais para participarem do Pronat, a saber: Sisal, Chapada Diamantina, Litoral Sul, Velho Chico e Irecê. O Nordeste foi atendido, nesse momento inicial, com 28 territórios, do número total de 63 para todo o país. A homologação dos cinco territórios iniciais na Bahia pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) ocorreu em

setembro de 2003. Na ausência de um plano de desenvolvimento territorial, os Colegiados Territoriais foram chamados de Comissão de Instalação de Ações Territoriais (CIAT) (Dias, 2017).

No primeiro ano de surgimento dos Territórios, começaram a se formar, na Bahia, os Pré-Territórios, constituídos por localidades ou agrupamentos de municípios que já apresentavam algum “[...] embrião organizativo regional e queriam participar do Pronat e do diálogo com a SDT para serem reconhecidos como Território” (Dias, 2017. p. 36), pois ficara definido, nas oficinas realizadas no ano de 2003, que, a partir do ano seguinte, outros territórios poderiam ser aprovados, inclusive formou-se um Grupo de Trabalho composto por representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da SDT/MDA para coordenar a discussão que visava à determinação de outros Territórios. De forma que, em 2004, já estavam definidos 23 Territórios, apesar de que nesse ano somente outros oito Territórios foram habilitados para o Pronat, a saber: Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Corrente, Sertão Produtivo, Itaparica, Baixo Sul, Piemonte do Paraguaçu e Bacia do Jacuípe (Dias, 2017).

No espaço que veio a se revelar como Território de Identidade da Bacia do Paramirim, os movimentos sociais, principalmente os ligados à agricultura familiar e aos sindicatos de trabalhadores rurais, movimentaram-se desde o primeiro momento de apresentação da proposta de territorialização. Os nove municípios originais⁷ ficavam espremidos e esquecidos entre os Territórios do Velho Chico e da Chapada Diamantina. A escassez de documentos relativos ao Território da Bacia do Paramirim obrigou-me a encetar mais uma entrevista semiestruturada, que se desenrolou quase como um depoimento. Rangel (2024) afirmou que as primeiras reuniões para se buscar a consolidação de um Território deram-se em 2003. De fato, Dias (2017) informa que

A maioria dos nomes dos Territórios da Bahia foram definidos entre a 2ª oficina realizada em novembro de 2003 e a 3ª oficina realizada em abril de 2004, quando o Grupo de Trabalho, na segunda oficina, apresentou o primeiro exercício de agrupamento dos municípios que teriam “coesão territorial” representada por um ou mais elementos que indicasse a identidade. (Dias, 2017, p. 46).

⁷ Originalmente, o Território de Identidade da Bacia do Paramirim era constituído por Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires e Tanque Novo. Em 16 de dezembro de 2014, a migração do município de Tanque Novo para o Território do Sertão Produtivo foi aprovada em Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial, 2014).

Dos 24 Territórios então revelados, seis definiram o nome pela influência do rio que passava na maioria dos municípios, três foram definidos pelo relevo, um pela combinação de rio e relevo, quatro pela posição geográfica do Ponto Cardeal, três pela influência de uma cidade polo, dois por conta do Bioma, um por conta de uma cultura agrícola predominante e um pela influência da circunscrição da Diocese da Igreja Católica. A Bacia do Paramirim está no primeiro grupo indicado anteriormente, muito embora o subvale do Paramirim, em consórcio com o do Santo Onofre, ocupe uma área muito maior que a descrita pelo Território, conforme a Figura 1. Rangel (2024) corrobora que “na fundação do Território, os gargalos principais eram água, escoamento da produção e a própria produção pela falta de água”. Estes elementos de “coesão territorial” bem descrevem a situação histórica de desvantagem do Território, contra a qual era preciso buscar alternativas.

Em 2004, o conjunto de Territórios da Bahia já contava com 23 unidades. Então, o 12º lugar era ocupado pelo Oeste Baiano (atual Bacia do Rio Grande), enquanto a Bacia do Paramirim era designado pelo número 14. Em 15 de março de 2005, foi constituído o Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável (Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável, 2015), o que indica atividades do Território da Bacia do Paramirim. O Mapa dos Territórios publicado em 2006 apresenta 24 Territórios de Identidade (Dias, 2017) sendo que, a partir desse momento, o Território da Bacia do Paramirim fixa-se como o número 12.

Os anos iniciais foram de construção coletiva, de modo que houve ajuste na nomenclatura de “Território Rural” para “Território de Identidade”, num movimento de expansão de atividades para além das questões ligadas ao espaço rural. A partir de 2006, a qualificação “rural” desapareceu, “[...] isso, no entanto não foi feito com nenhum aparato legal, mas tão somente passando a utilizar a terminologia em documentos e nas atividades nos estados, numa espécie de ajuste de linguagem” (Dias, 2017, p. 51).

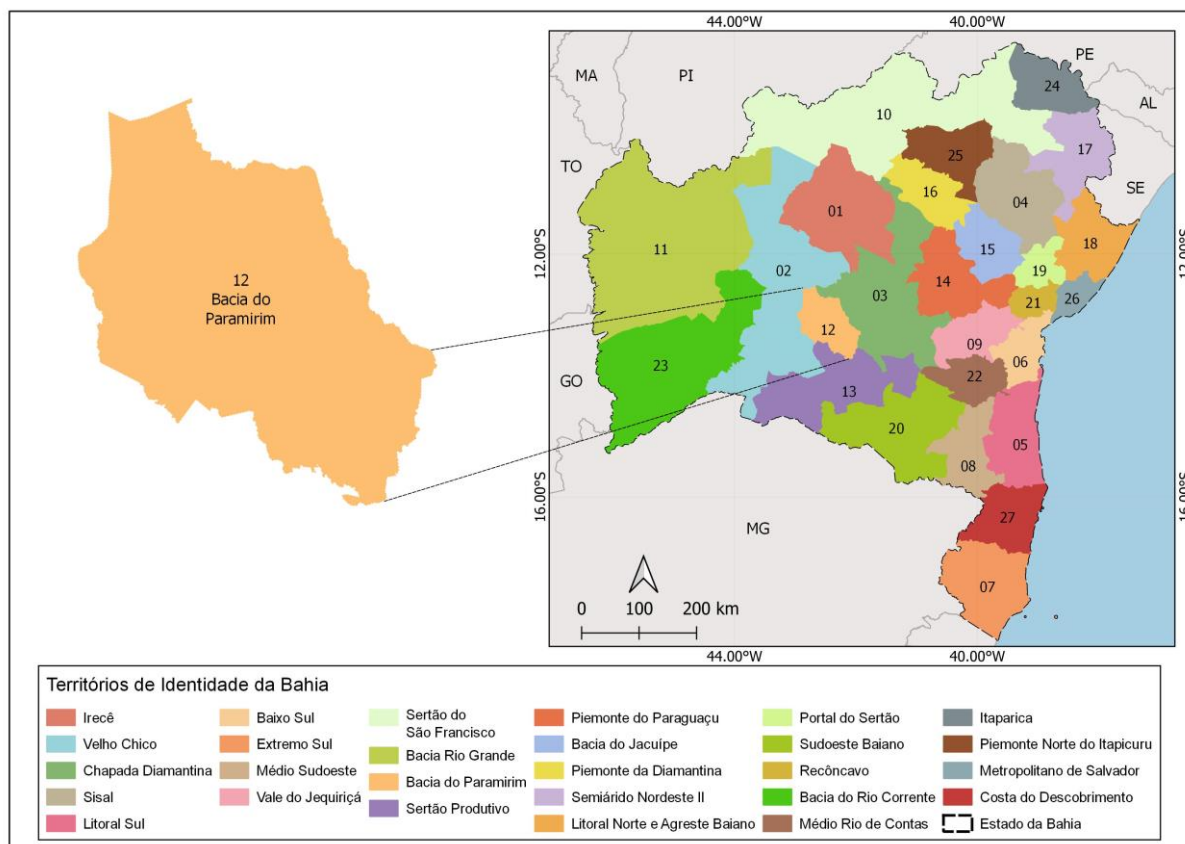
Em fins de 2006, durante a transição do governo Paulo Souto para o governo Jaques Wagner, os representantes da Coordenação Estadual dos Territórios (CET) defendiam a importância da adoção dos 26 Territórios que se haviam revelado como unidade de planejamento e execução das políticas públicas. Essa opção inovadora disputava com a expansão do Projeto “Nossa Região”, concebido pelo governo anterior e já implantada no Baixo Sul e no Litoral Norte. Em abril de 2007, o governo estadual anunciou a opção pelos Territórios de Identidade, “[...] ao tempo que se deflagrava a elaboração do Plano Plurianual (PPA) [...]. As Secretarias passaram, então, a se interessar e compreender o que significava os

Territórios” (Dias, 2017, p. 54). Quando da opção do governo da Bahia pelos Territórios de Identidade, treze Territórios estavam sendo apoiados pela SDT/MDA e, para dar equidade às ações dos atores territoriais, o Governo do Estado assessorou os outros treze Territórios; a Bacia do Paramirim estava neste grupo. Dias (2107) observa que

[...] o apoio dado pelo governo estadual foi fundamental para estimular a constituição dos colegiados territoriais e para intensificar a mobilização dos agentes públicos e privados locais, relativizando o desnível existente entre os Territórios que tinham apoio da SDT/MDA para suas atividades, dos que não tinham (Dias, 2107, p. 58).

Como visto anteriormente, entre 2003 e 2006 foram realizadas várias atividades visando à revelação de territórios. Em 2007, quando o Governo da Bahia validou a divisão territorial, como unidade espacial de planejamento, fez-se necessário a ampliação da representação social e escopo das políticas trabalhadas, acrescentando ao rural as temáticas e as entidades urbanas, o que possibilitou a inclusão do 26º território, eminentemente urbano: Território Metropolitano de Salvador, consagrando-se, por conseguinte, a denominação de “territórios de identidade” em substituição a “territórios rurais”. Para o PPA 2012 – 2015 foi definido um novo Território de Identidade, o da Costa do Descobrimento, originário do Território do Extremo Sul (Bahia, 2021). Desde então, a configuração do mapa do estado da Bahia subdividido em Territórios de Identidade tomou a forma expressa na Figura 4.

FIGURA 4 – MAPA DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE – BAHIA



Fonte: Elaborado por Karolina Teixeira Silva (2024), a partir de dados do IBGE, ANA e do Governo da Bahia disponíveis no site oficial.

Flores (2014) refuta a afirmação consagrada de que a Bahia adotou o conceito da SDT/MDA, ou mesmo que este adotara o conceito oriundo dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, alegando que o Pronat instituiu os “territórios rurais” e, posteriormente, os “territórios de cidadania”. Da mesma forma, taxa de equivocada a interpretação de Rafael Perico que endossou o conceito de território de identidade no documento “Identidade e Território no Brasil”, realizado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA/Brasil), solicitado pela SDT/MDA. Entretanto é de se notar, como ficou registrado acima, que o conceito de território de identidade não nasceu pronto, a partir de estudos técnicos. Ele nasceu em gabinete como território rural e desenvolveu-se com a efetivação do controle social, conforme registra o documento Política Territorial do Estado da Bahia: “A adesão original da Bahia a uma territorialização rural foi facilitada pelo conceito difundido pelo MDA e adotado ao longo das oficinas do Programa Pronat, no qual não se fazia distinção do mundo rural e urbano” (Bahia, 2021, p. 5). Ao comentar a alteração de nomenclatura como uma espécie de “ajuste de linguagem”, Dias

(2017) destaca que “[...] no caso da Bahia, o ajuste foi mais rápido e ocorreu logo a partir de 2007” (Dias, 2017, p. 52).

O processo de revelação envolveu múltiplos aspectos, desde os tradicionais geoambientais, político-institucionais e econômicos, até os aspectos culturais, estes a grande novidade dessa forma de regionalização. Perico (2009) estabelece um diálogo sucinto entre cultura e identidade que permite a compreensão da supremacia do pertencimento na adesão aos territórios de identidade: “A cultura é síntese definida historicamente pela tradição de todos os componentes do espaço geográfico. [...] A cultura é o que une um grupo social. [...] A identidade se fundamenta na cultura, mas não é a cultura. [...] A cultura une um grupo; a identidade o diferencia de outros” (Perico, 2009, p. 63).

A adoção dos territórios de identidade representou um avanço para o planejamento das ações governamentais na Bahia não somente por considerar a diversidade do estado, mas também por estabelecer um novo paradigma no trato da coisa pública com a participação da sociedade civil. Isso confere aos Territórios de Identidade uma “ação política ou expressão política”, embora eles não “[...] disponham de status político administrativo, mas formam uma unidade consolidada de planejamento, participação e gestão” (Perico, 2009, p. 63; 108) que se realiza por meio de diversos instrumentos que foram sendo criados em um processo participativo e dialógico com o correr dos anos, como se verá a seguir.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – Cedeter – é um órgão de caráter consultivo e de assessoramento instituído pela Lei 13.214/2014, que oficializou a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia; fora instituído inicialmente pelo Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010. O Cedeter tem composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, através da representação de oito Secretarias de Estado, entre as quais a Seplan e a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) cujos titulares exercem a presidência e vice-presidência, respectivamente. Na composição do Cedeter foi definido um Comitê de Acompanhamento do Plano Plurianual (Cappa) formado por Conselheiros representantes da sociedade civil. A prática da discussão e de participação social foi fazendo surgir outras instâncias: Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável (Codeter), a Escuta Social, os Planos Plurianuais, os Diálogos Territoriais, o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) e os Consórcios Públicos. O documento “A política Territorial do Estado da Bahia” indica categoricamente: “Este é um modelo pioneiro no país, sendo a Bahia o primeiro estado a institucionalizar esse tipo de espaço de gestão participativa” (Bahia, 2021, p. 6 – 7).

Mesmo com todo esse aparato legal que garante a participação social na administração pública no estado da Bahia, o envolvimento da população é mínimo, até porque decorrida uma década e meia da implantação da política territorial, ela é enormemente desconhecida pela população. Flores (2014) observa que a realização das primeiras plenárias de consulta popular em 2007 para a construção do PPA 2008 - 2011 representou uma realidade duplamente nova porque a população não estava a par do novo recorte, tampouco habituada com o processo participativo. Sem dúvida, a tradição escravista, oligárquica e patrimonialista na base da sociedade brasileira pode ser apontada como causas do distanciamento cultural do cidadão comum em participar da gestão pública. Se o brasileiro vota maciçamente, o faz por força de lei e, após cumprido o dever do voto, não se interessa muito pela condução da coisa pública. Essa atitude alimenta o paraíso dos políticos profissionais.

Outro fator que colabora com o alheamento do cidadão brasileiro em relação ao orçamento público foi a sequência de governos ditatoriais que o país teve desde a implantação do regime republicado. A Constituição Federal de 1988 criou mecanismos de participação popular na forma de conselhos ou novos instrumentos orçamentários e de planejamento que se estruturam nesta cadeia: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias – que resultam na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) –, e os Orçamentos Anuais – que resultam na Lei de Orçamento Anual (LOA)⁸. Pomponet (2012a) destaca o fato de que “mesmo constituído através de legislação, o envolvimento social permanece escasso, apesar de alguns avanços, em função da ausência de uma cultura participativa mais sólida dos brasileiros” (Pomponet, 2012a, p. 5).

Sendo o sentimento de pertencimento o principal elemento catalizador para a efetiva constituição dos territórios, há um desafio imediato para as forças sociais, em especial a escola como responsável pela educação formal, que é o de despertar para o caminhar juntos em atitude dialógica para se chegar a um patamar de convivência social em que um maior número de vozes se possa ouvir e ser valorizado. Deve-se reconhecer que a pouca participação existente é resultado da educação não formal desenvolvida em sindicatos, associações e nas comunidades eclesiais, de forma direta ou indireta. Infelizmente as escolas que, quase sempre fazem constar de seu Projeto Político Pedagógico um objetivo vazado mais

⁸ Segundo Ávila (2011, p. 23), “o Plano Plurianual constitui-se no principal instrumento de planejamento das ações do gestor público [...] tem por característica abranger todas as metas que serão desenvolvidas em todo o mandato governante”. A Constituição Federal não torna compulsória a consulta à sociedade para a construção do PPA ou dos demais instrumentos de planejamento dele decorrentes, inclusive os três primeiros da Bahia foram construídos por técnicos, havendo uma abertura tímida na elaboração do quarto, mas somente o quinto, para o quadriênio 2008 – 2011, foi elaborado com ampla participação popular.

ou menos nestes termos – “formar cidadãos conscientes e participativos” –, não tem sabido formar protagonistas sociais. Um dos informantes extra desta pesquisa lamenta a omissão da escola na formação do jovem que desconhece sua história e, por consequência, não se reconhece como agente em seu espaço:

Alan, a maior culpa de tudo isso que está acontecendo, foi a escola! A escola e mais ninguém! A escola... porque a escola não cultivou. Eu nunca vi um professor, eu já vou... não vou falar da... do primeiro, do fundamental... falar do fundamental 2, vou falar do Fundamental 1. Eu nunca vi um professor dar uma aula sobre a história Regional, ou de Paramirim. Como é que você vai inculcar na cabeça do aluno? [...] Você é único, talvez você é único lá! E aqui não tem nem o único... (Silva, 2023a).

Marx e Engels (2008) ensinaram que “[...] só na comunidade com outros é que cada indivíduo encontra os mecanismos para desenvolver suas faculdades em todos os aspectos” (Marx; Engels, 2008, p. 112) Parece ser essa a ideia motriz do conceito de território, entendido como um espaço de convivência em constante transformação pela ação de todos que o compõem e que partilham uma história e uma cultura em comum, carregadas de significações particulares e de contradições. O conhecimento desse acervo é elemento com potencial para provocar o envolvimento de um número crescente de atores sociais, por isso na próxima subseção serão apresentados elementos histórico-geográficos, econômicos e culturais que, de alguma forma, lançam luzes para uma melhor compreensão do que hoje é o Território de Identidade da Bacia do Paramirim.

3.2 DADOS SOBRE O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA DO PARAMIRIM

Feita essa introdução aos conceitos de território e de Território de Identidade, torna-se oportuno apresentar alguns dados que permitam uma visão geral do Território da Bacia do Paramirim, com seu desenvolvimento lento em relação a outros, o que revela a potencialidade que a educação profissional pode apresentar para o seu desenvolvimento multidimensional, mormente o de identidade e de identidade e de pertencimento. Castells (2006) afirma que “[...] toda e qualquer identidade é construída” a partir “da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e pelas fantasias pessoais, pelas pompas do poder e por revelações de cunho religioso” (Castells, 2006, *apud* Perico, 2009, p. 61 – 62). Da mesma forma, Santos (2006) afirma que “[...]a memória coletiva é apontada como cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor de permanência e da elaboração do futuro” (Santos, 2006, p. 329).

Faz-se oportuno, neste ponto, tecer algumas considerações distintivas e relacionais ente história e memória. Tomando por base Nora (1993), pode-se dizer que a memória é viva e a história é reconstrução do passado por meio de critérios e métodos científicos próprios de seu campo de estudo. Apesar de serem realidades diversas, elas se complementam e se constroem mutuamente como se verá a seguir. Fontoura (2016) ensina que “[...] memórias podem ser valorizadas, criadas, esquecidas e também disputadas” (Fontoura, 2016, p. 177). Nesse processo de construção da memória, a história desempenha um importante elemento aglutinador, pois seus estudos trazem à tona eventos, momentos, pormenores positivos que podem fortalecer ou criar memórias, da mesma forma que podem provocar o esquecimento de outras ao revelar fatos e atitudes que vão de encontro a valores éticos de um determinado momento posterior ao fato histórico. Dessa realidade deriva o conceito de memória enquadrada em substituição ao de memória coletiva, já que a memória não é tão natural como pode parecer a princípio (Pollak, 1989). Dessa forma, Perico (2009), ao propugnar a necessidade de se fortalecer a identidade de um território, conclui que “[...] torna-se necessário resgatar o processo histórico de ocupação da região, a constituição de seus grupos sociais e formas de organização social e política” (Perico, 2009, p. 62), observando-se a dinâmica de qualquer espaço geográfico: conflitos, migrações, formas de produção, relações de trabalho, comércio, acesso à terra.

O espaço ocupado pelo Território da Bacia do Paramirim compreendeu basicamente, até o início da década de 1960, os municípios de Macaúbas e de Paramirim, mais parte do município de Ibitiara, que é o município de Ibipitanga, emancipado em 1961. Pertenceram a Macaúbas os atuais municípios de Boquira (1962), Botuporã (1962) e Caturama (1989), sendo que este emancipou-se de Botuporã. Ao município de Paramirim pertenceram Rio do Pires (1961) e Érico Cardoso (1962), que se chamou inicialmente Água Quente (Bahia, 2001). Perico (2009) destaca alguns aspectos especiais na formação da identidade, entre eles “as condições culturais, étnicas ou religiosas [que] têm peso definitivo na identidade (de acordo com o caráter que os articulam) e determinam as associações com características dos processos históricos em que se desenvolvem” (Perico, 2009, p. 153). Assim, podem-se mencionar elementos que se destacam na Bacia do Paramirim, considerando-se a bipolaridade que exerceram Macaúbas e Paramirim que seriam a religião e a educação. Durante muitas décadas, dois sacerdotes atendiam ao vasto território, os quais, mesmo após as emancipações políticas, continuaram atendendo às novas paróquias correspondentes à sua antiga circunscrição por absoluta falta de sacerdotes com quem pudessem dividir o trabalho pastoral.

Da mesma forma, a Escola Normal e Ginásio Estadual de Macaúbas e a Escola Normal e Ginásio de Paramirim polarizaram a formação secundária por muitos anos, e seus egressos permitiram a expansão das redes municipais de ensino primário e foram eles que integraram, majoritariamente, os corpos docentes dos colégios que foram sendo criados em cada município integrante do Território.

Os oito municípios que compõem o Território de Identidade da Bacia do Paramirim somam 10.155 km², o que representa apenas 1,8% do território baiano, sendo o 20º em extensão e o menor em população com 136.357 habitantes. A Bacia do Paramirim apresenta a menor taxa de urbanização entre os Territórios da Bahia, com menos de 40% da população residindo na área urbana, contra a média de 71% da média estadual. Faz-se necessário informar ainda que a taxa total de analfabetismo no Território é de 25,1%, ocupando o penúltimo lugar no *ranking* estadual, sendo o único Território de Identidade da Bahia onde não há oferta de curso superior presencial. (Bahia, 2023a). O anúncio, em março de 2024, de que a cidade de Macaúbas foi contemplada com a criação de um *campus* do Instituto Federal da Bahia traz esperança à população da Bacia do Paramirim de que essa carência está próxima de ser superada e foi apontada por Rangel (2024) como uma das conquistas do coletivo territorial.

A presença do colonizador na Bacia do Paramirim remonta o primeiro século da ocupação portuguesa, pois há informação de que a expedição de Belchior Dias Moreia tenha passado pela região no final do século XVI ou início do seguinte, chegando à aldeia dos Tubajaras (Magalhães, 1978). Apesar dessa informação abalizada sobre a expansão do colonizador europeu, há uma confusão na determinação da(s) tribo(s) que habitavam originalmente a região, registrada em documento oficial: “Originalmente, os índios Tuxás e Tupinambás habitavam essas terras” (Bahia, 2015, p. 111). Possivelmente, essas informações tiveram início com a memória apresentada ao 5º Congresso Brasileiro de Geografia (1916) pelo promotor de Macaúbas, doutor Cícero Campos, ao se registrar que “[...] seus originários habitantes [Macaúbas] foram os índios da tribo tuchá (*sic*) vindos das margens do São Francisco” (Campos, 1918, p. 504). Entretanto, o professor Ático Mota contesta a informação “[...] de que seria ‘Tuxauas’ o nome de uma hipotética tribo que, até o presente momento, não tem amparo científico” (Mota, 2003, p. 6) e, ao mesmo tempo, apresenta a hipótese de que os habitantes originários pertenciam ao grupo dos tupinaé, do ramo dos tupinambás. Certo é que por serem “[...] mansos e trabalhadores, foram, pouco a pouco, estabelecendo commercio com os bandeirantes que vinham de Minas á cata de ouro e diamantes” (Campos, 1918, p. 504) ou

porque os bandeirantes agiram com ferocidade, como foi comum na colonização do Brasil, o autóctone desapareceu no Território, a não ser na memória das famílias com ascendência indígena. Tanto é que em ofício de 8 de abril de 1870, a Câmara de Macaúbas informou ao governo provincial que não havia no município aldeamento indígena ou índios vivendo isoladamente (Bahia, 1870). Entretanto, poucos anos depois, Durval Vieira de Aguiar (1979) registra em suas descrições a existência de duas velhas indígenas que “[...] viviam escondidas nas serras, de onde só saíam nos dias de feira para virem vender uma ou duas oitavas de ouro, de origem nunca confessada; comprando, com o produto da vendagem, o abastecimento da semana” (Aguiar, 1979, p. 171).

Outro documento que atesta a presença do colonizador na Bacia do Paramirim é a rota da expedição de Joaquim Quaresma Delgado (século XVIII), quando ele subiu o Paramirim, a partir de sua foz no São Francisco, na qual consta várias localidades que conservam a mesma toponímia, a exemplo de serra da Palmeira e Lagoa dos Patos (Boquira), Pé da Serra, Santa Apolônia e Quebra Focinhos (Macaúbas) (Pinho, 2007). Não obstante essa presença antiga do colonizador, o desenvolvimento econômico e social foi muito lento, o que pode ser explicado, sumariamente, por fatores como a posição geográfica distante do litoral sem a presença de um rio perene e caudaloso que permitisse a navegação e com relevo “[...] formado pelas depressões Sertaneja e de Paramirim e pelas Serras Alinhadas do Espinhaço [oeste] e Ocidentais da Chapada Diamantina [leste]” (Bahia, 2015, p. 91). Descer as altas montanhas da Chapada Diamantina representava um trabalho árduo, demorado e arriscado. Uma carta do padre Sallustio, jesuíta europeu que foi um dos fundadores do Colégio São Luís de Caetité, em 1912, descreve pormenorizadamente ao Padre Antunes o que era, ainda no início do século XX, fazer o trajeto de Salvador ao Alto Sertão da Bahia. Quase que a título de curiosidade, seguem alguns trechos dessa carta:

Não sei se lhe escrevo do outro mundo ou para outro mundo: tal é a distância que medeia entre nós. [...] Do alto da Serra do Sincorá a vista é bella como deve ser bello o Ceu tendo passado pelo Purgatorio e escapado ao Inferno. [...] Os animais fazem prodígios para descê-la com a vida dos cavaleiros. O P. Macedo desanimou ao ver as dificuldades e preferiu descer esse abysmo a pé [...].

Ainda faltava a ladeira de Rio de Contas. Rio de Contas! Cidade bonitinha com seu theatro galante e razoavel para o sertão. Fomos alli tratados como Christo após as tentações, mas o diabo ainda tornou. Começamos a idefinida ladeira de apertados zigzags, que ia dar a Villa Velha [Livramento de Nossa Senhora]. Foi assim que descemos quase a prumo, uma montanha de mil metros de altura. Dahi todo o trabalho. [...] Emfim como não ha tentação vencida sem consolação, deparou-se-nos cá muito em baixo e de repente, a linda scena da cascata do Brumado despenhando-se com todo o seu volume de agua numa queda de uns 500 metros (Cartas Edificantes, 1913, p. 1 – 2).

À época desse relato, o transporte ferroviário já havia se instalado ligando Salvador a algumas cidades da Chapada Diamantina. O próprio Padre Sallustio informa que das 180 léguas que separavam Caetité – seu destino – a Salvador, o pior trecho foram as últimas sessenta léguas vencidas a cavalo. Entretanto a malha ferroviária não avançou em direção à região central da Bahia, como se verá na próxima subseção. Em consequência, na Bacia do Paramirim e regiões adjacentes, o transporte de mercadorias era feito em lombo de animais. Machado (2011) pormenoriza os agrupamentos de muares: “Formava-se uma *tropa* com nove burros e, abaixo de nove, denominava-se *puxada*” (Machado, 2011, p. 20 – 21; grifos no original).

Marx e Engels (2008) ensinam que “[...] a história não é outra coisa senão a sucessão de diferentes gerações, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações que antecederam” (Marx; Engels, 2008, p. 77). Dessa sorte, o Território de Identidade da Bacia do Paramirim é hoje um espaço que “não tem destaque no cenário estadual”, mas com um “[...] comportamento socioeconômico similar dos municípios [que] denota a facilidade na construção e implementação de projetos para o desenvolvimento do território de identidade” (Bahia, 2015, p. 95).

À luz do ensinamento de Marx, serão apresentados a seguir alguns dados estatísticos que ilustram a realidade atual do Território da Bacia do Paramirim. O documento “Perfil dos Territórios de Identidade” informa que o Território não apresenta vocação para as atividades do setor secundário, possuindo poucos estabelecimentos nos municípios de Macaúbas e Paramirim. O setor de predominância é o terciário, com índices superiores a 70% de participação do PIB em todos os municípios do Território. A pecuária, como representante do setor primário, em 2012, detinha somente 1,3% dos rebanhos do estado. O mesmo documento dá uma proeminência a Macaúbas no cenário territorial a partir dos dados apresentados à época de sua elaboração (Bahia, 2021). Entretanto, os dados do Censo de 2022 revelam algumas alterações, como se poderá ser conferido no Quadro 5.

QUADRO 5 – DADOS DO CENSO 2022 SOBRE OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A BACIA DO PARAMIRIM

| Município | População | Densidade demográfica | IDH | PIB <i>Per capita</i> (R\$) | Porcentagem de receitas oriundas de fontes externas | Salário médio mensal dos trabalhadores formais (salário-mínimo) | IDEB/anos iniciais EF | IDEB/anos finais EF | Esgotamento sanitário (2010) |
|------------|-----------|-----------------------|-------|-----------------------------|---|---|-----------------------|---------------------|------------------------------|
| Boquira | 19.322 | 13,55 | 0,603 | 8.414,85 | 94% | 1,6 | 5,2 | 4,4 | 3,1% |
| Botuporã | 11.024 | 17,56 | 0,575 | 10.545,06 | 95,9% | 2 | 5,3 | - | 29,4% |
| Caturama | 8.841 | 12,34 | 0,571 | 7.543,71 | 93,1% | 1 | - | 4,6 | 16,5% |
| É.Cardoso | 10.604 | 14,42 | 0,584 | 6.888,23 | 95,8% | 1,3 | 4,5 | - | 0,8% |
| Ibipitanga | 13.863 | 14,53 | 0,584 | 7.289,23 | 96,1% | 1,3 | 5,8 | - | 1,6% |
| Macaúbas | 41.859 | 17,02 | 0,609 | 8.169,24 | 89,9% | 1,9 | 5,5 | 4,7 | 24,7% |
| Paramirim | 20.347 | 18,72 | 0,615 | 10.636,57 | 95,9% | 1,8 | 4,8 | 4,9 | 39% |
| R.do Pires | 10.497 | 16,00 | 0,594 | 7.965,20 | 96,7% | 1,7 | 4,4 | 3,4 | 2,9% |

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

Parece natural que, sendo Macaúbas o município com maior extensão territorial, também seja o que apresenta maior população com 41.859 habitantes, mais que o dobro do segundo colocado que é Paramirim com 20.347 habitantes. Da mesma forma, Macaúbas lidera positivamente no quesito “porcentagem de receitas oriundas de fontes externas” com apenas 89,9% contra 96,7% de Rio do Pires; Boquira ocupa o segundo lugar com 94%. Entretanto, Paramirim ocupa o primeiro lugar no IDH com o índice de 0,615, sendo que Macaúbas ocupa o segundo lugar com 0,609. Da mesma forma, Paramirim lidera o PIB *per capita* (2020) com 10.636,57. Botuporã é o município que ganha destaque nos dados atuais do IBGE, ocupando a segunda colocação neste último indicador, bem como no quesito esgotamento sanitário com 29,4%, enquanto Paramirim lidera com 39% e, finalmente, Botuporã apresenta o maior salário médio mensal dos trabalhadores formais com dois salários mínimos, em cujo item Macaúbas ocupa a segunda posição com 1,9. No quesito IDEB/séries iniciais do ensino fundamental, a liderança é de Ibipitanga com nota 5,8, seguido de Macaúbas com 5,5; enquanto a primeira posição para a nota do IDEB/séries finais do ensino fundamental é ocupada por Paramirim com 4,9, ocupando a segunda posição, novamente, Macaúbas com 4,7.

3.3 A TÉCNICA NA BACIA DO PARAMIRIM

Como já anunciado, o homem transforma o seu território por meio do trabalho e o faz com a utilização da técnica resultante de sua capacidade de projetar, pois, do contrário, ele seria um mero consumidor como os demais animais, e não um produtor. Assim é que Vieira Pinto (2005) afirma que “[...] a técnica, de qualquer tipo, constitui uma propriedade inerente à ação humana sobre o mundo e exprime por essência a qualidade do homem” (Vieira Pinto, 2005, p. 136). Dessa forma, há uma simbiose entre trabalho e técnica, ou mesmo uma

sinonímia, pois Handricourt (2022), estribado em Marcel Mauss, apresenta o conceito de “técnicas corporais”, como sendo a capacidade de o homem usar as forças de seu próprio corpo na medida necessária para executar algum trabalho. O próprio Handricourt afirma que a origem e evolução das ferramentas está no prolongamento do gesto humano. E, finalmente, Santos (2006) afirma que “[...] a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica” (Santos, 2006, p. 29).

Assim, o volume de técnicas – ou a tecnologia, aqui tomada como o conjunto de técnicas⁹ – e sua atualização determinarão o índice de desenvolvimento de um determinado espaço, em um determinado recorte temporal, permitindo um conhecimento histórico e dialético de um território. Essa lógica é corroborada por Santos (2006) ao afirmar que “o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios, desde os albores da história até a época atual” (Santos, 2006, p. 171). Destarte, buscar-se-á traçar um percurso da técnica, ao menos por amostragem de elementos que possam parecer mais significativos e, ao mesmo tempo, ilustrativos, para o foco principal deste trabalho.

Antes, porém, da apresentação de dados da “história da técnica” na Bacia do Paramirim, fazem-se necessários alguns esclarecimentos sobre um conceito presente na última citação de Milton Santos, ampliando-a com outro conceito, também valendo-se de seus ensinamentos; trata-se de sistema técnico e de macrossistema técnico, conforme a relação de dependência entre um maior ou menor volume de técnicas considerados em um determinado conjunto. A própria etimologia permite a compreensão dos dois conceitos acima apresentados, de forma que macrossistema técnico deve ser compreendido como “[...] sistemas técnicos sem os quais outros sistemas técnicos não funcionam e constituem o fundamento material das redes de poder” (Santos, 2006, p. 178). Exemplificando, uma malha viária seria um macrossistema técnico que permite sistemas técnicos relacionados à saúde, à educação, ao transporte de mercadorias ou de pessoas funcionarem efetivamente. Adiante, este macrossistema e os da energia elétrica e da comunicação na Bacia do Paramirim serão discutidos, mas antes será apresentado, para efeito comparativo com a realidade aqui explorada, o Quadro 6, que resume cinco estudos sobre o desenvolvimento da técnica em nível mundial.

⁹ Haudricourt (2022, p. 20) defende a tecnologia com “ciência das atividades humanas”.

QUADRO 6 – COMPARATIVO DE ESTUDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA TÉCNICA

| AUTOR | PERÍODOS TÉCNICOS | | |
|--|--------------------------------|--|-------------------------------------|
| Ortega y Gasset (1939) | Técnica do acaso | Técnica do artesão | Técnica do técnico ou do engenheiro |
| J. Rose (1974) | Revolução neolítica | Revolução industrial | Revolução cibernética |
| J. Attali (1982) | Técnicas do corpo | Técnicas das máquinas | Técnica dos signos |
| C. Mitchan (1991) | Não há método para transmissão | Destreza dos artesãos, ausência da ciência | Estudo consciente, tecnologia |
| Heidegger (<i>apud</i> Mitchigan, 1991) | Técnica dos antigos | | Técnica dos modernos |

Fonte: elaborado pelo autor com base em Santos (2006, p. 171 – 172)

Em todas as periodizações do Quadro 6, observar-se-á um descompasso com a técnica utilizada na Bacia do Paramirim que, apesar de ter seu território explorado desde o início da colonização do Brasil, teve seus núcleos urbanos atuais formados a partir do século XIX. Neste período, a revolução industrial (J. Rose) ou a técnica das máquinas (J. Attali) estavam em curso, mas no Território em estudo, a única força utilizada para mover os engenhos de cana de açúcar ou as casas de farinha era a animal. Até mesmo as carroças equipadas com molas demoraram a chegar à região; os morosos e desconfortáveis carros de bois eram os meios de transporte para cargas maiores ou para transportar famílias. Em entrevista concedida na fase de levantamento de dados para esta pesquisa, Silva (2023a) põe em relevo a importância deste meio de transporte para a região: “no rastro do carro de boi, desbravou-se o sertão, construíram-se cidades” (Silva, 2023a). Se se tomar a última coluna de todas as periodizações, ter-se-ão dados comparativos que parecem exagero literário como o transporte de doentes em redes ou em camas suspensas por varas conduzidas por homens fortes em busca de auxílio médico, ou o desconhecimento do arado – sim, do arado – em Macaúbas, que só chegou na década de 1930, trazido pelo senhor João Rodrigues de Araújo, que o conheceu trabalhando com japoneses em fazendas de Tupã – SP (Araújo, 2023). Até esse período, praticamente todo o trabalho dependia da força do homem no manejo de ferramentas como a enxada, o enxadão, o machado e a foice. Neste espaço, o trabalhador praticamente desconhecia a máquina que ameniza o uso da força humana e a potencializa.

Uma técnica que merece destaque são as barragens primitivas, construídas com lascas de aroeira, pedras e terra no curso inicial do Paramirim, entre os municípios de Érico Cardoso e Paramirim, nos trechos mais estreitos de seu leito. Silva (2023a) afirma que “o processo de irrigação das terras do Vale do Paramirim se dava, fundamentalmente, em cima da inundação.

Não havia outra técnica diferente”. (Silva, 2023a) Os proprietários das terras que seriam beneficiadas se cotizavam, mandavam construir uma dessas barragens e tinham direito a horas de água regularmente, de acordo com seu investimento na obra. Das pequenas barragens, partiam os “regos mestres”, do qual se derivavam outros menores que conduziam a água, por gravidade, às plantações. Silva (2023a) calcula que havia em torno de uma dezena de barragens até a divisa com o município de Caturama, sendo que a atual barragem do Zabumbão foi, inicialmente, uma delas. Em anos de grandes cheias, “[...] esses açudes rompiam e a água carregava madeira rio abaixo. Aí eles [os ribeirinhos] tornavam se reunir [...] e tornavam erguer o açude. De forma que tinha pessoas que carregavam a tradição de como construir o açude, tinha a técnica própria de construir” (Silva, 2023a).

Voltando à descrição dos três macrossistemas técnicos anteriormente anunciados de que o Território da Bacia do Paramirim sofreu a falta, cita-se em primeiro lugar a carência de estradas de boa qualidade, ou mesmo carroçáveis. Havia muitos caminhos que passavam pelas propriedades particulares, obrigando os viajantes a abrirem e fecharem um sem-número de porteiros. Silva (2023a) relata que quando da implantação da linha telegráfica ligando Paramirim a Rio de Contas, não havia uma “estrada” em cuja margem os postes pudessem ser fincados, os técnicos iam-se guiando pelos capuchos de algodão que grudavam nas pontas das unhas-de-gato, que margeavam o caminho: “olhe aqui é o caminho, aqui passou uma carga de algodão” (Silva, 2023a). O trabalho de Campos (1918), escrito a partir das observações *in loco* descrevem com fidelidade a situação de Macaúbas e, de resto, de toda a Bacia do Paramirim:

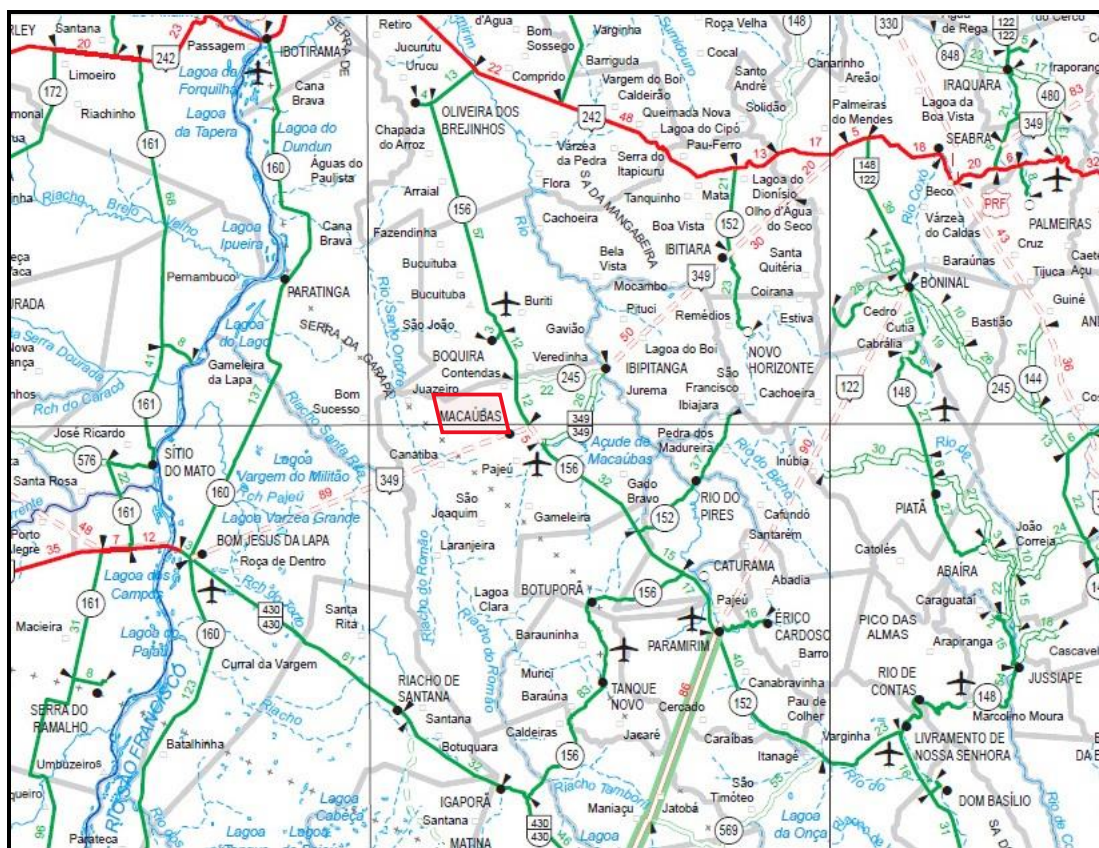
São pessimas as nossas vias de comunicação, especialmente as que vão ter á Capital; por via Juazeiro, 108 kilometros descendo e subindo altíssimas serras, bordadas de terríveis precipícios até a cidade de Rio Branco [Paratinga], onde se melhora de condição tomando os vapores da Navegação de São Francisco até aquella cidade, em busca da Estrada de Ferro que alli tem seu ponto terminal; ou se terá de fazer 300 kilometros, em lombo de burro, por estradas pouco convidativas, até Machado Portella, d’onde partem os trens da Estrada de Ferro Central que vão ter a São Felix, em rápida comunicação com a Bahia, por via maritima (Campos, 1918, p. 508).

A década de 1920 marca a chegada dos primeiros automóveis a Macaúbas e a Paramirim. Silva (2023a) relata que “o primeiro automóvel a chegar a Paramirim se deu de uma forma festiva, isso por volta de 1924 ou 1925” (Silva, 2023a.), sendo o momento saudado com o discurso de um estudante da terra que morava em São Paulo. As estradas iam sendo abertas por particulares ou com escassos recursos das municipalidades, como a que foi

inaugurada em 2 de julho de 1953, ligando Macaúbas ao distrito de Canatiba, no alto da Serra Geral, cuja abertura fez-se sem um estudo ou acompanhamento técnico, mas empreitada a um prático que ia procurando os melhores caminhos (Figueiredo, 2006).

Somente na década de 1970, começou-se a delinear uma verdadeira malha viária (Figura 5) no Território da Bacia do Paramirim, mas em etapas, de modo que as melhorias a cada estação chuvosa ou a pavimentação de trechos servissem “[...]como instrumento para silenciar as manifestações da consciência política das massas” (Vieira Pinto, 2005, p. 43). Atualmente, a principal rodovia do Território é a BA 156, que liga as BR 242 e 430, envolvendo diretamente as sedes municipais de Boquira, Macaúbas e Botuporã. A BA 152 é a segunda em importância, ligando as sedes municipais de Rio do Pires, Caturama, Paramirim, e Érico Cardoso – esta, via BA 903 – à BA 156. Por fim, a BA 349 liga a sede de Ibipitanga à BA 156; a recente pavimentação do trecho da BA 349 entre Ibipitanga e Ibitiara oferece uma segunda possibilidade de acesso à BR 242, encurtando o caminho à capital do estado para alguns municípios. Na sequência da BA 152, viajando-se pelas BA 148 e 262, faz-se a ligação do Território da Bacia do Paramirim a Vitória da Conquista. O prometido asfaltamento da BA 579 oferecerá uma opção vantajosa para alguns municípios de se ligarem à BR 430, cortando o município de Macaúba, conforme Figura 5, que traz um recorte do Mapa Rodoviário da Bahia para a Bacia do Paramirim.

FIGURA 5 – RECORTE DO MAPA RODOVIÁRIO DA BAHIA PARA A BACIA DO PARAMIRIM



Fonte: <http://www.bahia-turismo.com/mapas/mapa-rodoviario.htm>. Acesso em 21/04/2024.

Atualmente, toda essa malha está pavimentada, com pontes construídas e alambrados instalados. Entretanto a imagem com que se deparava há mais ou menos quarenta anos, era uma réplica fiel da afirmação de Galeano (2021), feita a adaptação de linhas férreas por malha rodoviária. O autor uruguaio denuncia que “as linhas férreas não constituíam uma rede que unisse as diversas regiões interiores entre si: conectavam os centros de produção aos portos” (Galeano, 2021, p. 264). Na realidade da Bacia do Paramirim, o que se via era o seguinte: entre Boquira e a BR 242, ao ser aberta a BA 156, foram construídas sete pequenas pontes. Entretanto, partindo-se dessa cidade em direção a Paramirim, nenhuma ponte foi construída. Na época das chuvas, o Riachão do Leite (Macaúbas) e o Riachão dos Novatos (Caturama) impediam a passagem de automóveis. A percepção para essa realidade é bem simples: o município de Boquira foi o maior produtor de chumbo do Brasil e os caminhões carregados levavam o minério bruto para Santo Amaro, portanto o trânsito, mesmo em estrada cascalhada não era interrompido em momento algum. Já as parturientes ou pessoas com necessidade de tratamento médico especializado que precisassem se dirigir ao Hospital José Américo, em

Paramirim, ficavam sem a assistência médica adequada, com risco de morte para a mãe, para o nascituro e para qualquer outro enfermo.

Parece oportuno mencionar a existência de duas pistas de pouso pavimentadas nos municípios de Macaúbas e Paramirim (Bahia, 2015). Ambas tiveram origem na ação de atores locais para facilitar a assistência médica às respectivas populações. Em Paramirim, a iniciativa partiu do mestre de obras sergipano José Valério Filho, que chegara à região para trabalhar na construção da Catedral de Caetité, a convite do primeiro Bispo do Alto Sertão da Bahia, também sergipano. José Valério fixou-se em Paramirim após desposar-se com uma moça do lugar. O casal perdeu um filho por falta de recursos médicos. O mestre de obras decidiu, então, empreender a abertura de um campo de pouso que pudesse facilitar a saída de enfermos ou a chegada de médicos para a dispensa de tratamento adequado; o trabalho iniciou-se em 1941. Posteriormente, a Prefeitura assumiu o projeto e deu uma maior extensão ao campo, inaugurado a 27 de abril de 1946 ou 1947 (Silva, 2023a). Em Macaúbas, o Padre Francisco Maximiliano Rastetter inaugurou o campo de pouso “Aza Branca” em 8 de agosto de 1948, construído em mutirão. O que motivou este empreendimento foi a necessidade de um avião jogar medicamentos mantidos sob refrigeração, em voo rasante, para salvar uma parturiente. Em 5 de julho de 1950, a Prefeitura de Macaúbas, que fazia oposição ao Pároco, inaugurou o campo de pouso “Cruzeiro do Sul” (Figueiredo, 2000). Atualmente, os dois aeródromos foram transferidos de local, ampliados e modernizados. O de Paramirim homenageia o idealizador, o de Macaúbas homenageia a mãe do empresário que o construiu e fez permuta do espaço com a municipalidade.

Outro macrossistema técnico eleito para ser abordado na Bacia do Paramirim é o da energia elétrica, indispensável à instalação de vários sistemas técnicos como uso de máquinas na produção de bens e de serviços, diversificação do lazer, produção e conservação de alimentos, uso de equipamentos médicos que amenizem o sofrimento dos pacientes e permitam diagnósticos mais precisos. Os primeiros contatos com a energia elétrica foram episódicos através de circos que possuíam geradores. É elemento da memória macaubense que à época da Segunda Guerra, o prefeito da cidade adquiriu um rádio o qual, à noite, era colocado em uma das janelas de sua residência para uma multidão postada à frente ouvir as “notícias da guerra”. O aparelho era ligado a uma bateria que acumulava energia durante o dia pela movimentação de uma manivela adaptada para esse fim. Afora os contatos episódicos com a energia elétrica, o Padre Francisco Rastetter adquiriu um gerador que fornecia energia para a casa paroquial e para a Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, cuja

inauguração ocorreu em 29 de novembro de 1949. No ano seguinte, a Prefeitura de Macaúbas inaugurou o serviço de fornecimento de energia para a população urbana. O município de Macaúbas inaugurou a Usina Hidrelétrica dos Tinguís em 27 de janeiro de 1959, ampliando o fornecimento de energia elétrica para a vila de Canatiba (Figueiredo, 2000). Essa usina hidrelétrica aproveitou o riacho Tinguís, tributário do Santo Onofre, numa área de difícil acesso e, certamente não poderia ter sido construída não fosse a estrada aberta a picaretas poucos anos antes. Essa realidade ilustra a consideração de Santos (2006) sobre a complementariedade entre as técnicas. A energia hidráulica de fonte própria colocava o município de Macaúbas em uma posição de destaque entre os municípios do Alto Sertão. Finalmente, a 7 de dezembro de 1975, o município foi interligado ao sistema estadual, passando a receber energia da hidrelétrica de Correntina.

Silva (2023a) fornece dados sobre o fornecimento de energia elétrica para Paramirim e outros municípios. O marco inicial, segundo esse pesquisador, deu-se a 26 de fevereiro de 1952, “antes disso, eram duas ou três lâmpadas petromax em pontos estratégicos da vila, nada mais que isso” (Silva, 2023b). Sem curso d’água de planalto, Paramirim permaneceu contando com a energia termoelétrica por muitos anos. Era um fornecimento limitado a algumas horas por noite e restrito a algumas ruas. Durante décadas, os políticos alimentavam o sonho do paramirinhense, entretanto era necessário que a rede fosse se ampliando gradativamente passando pelas cidades que estivessem entre a linha geral e Paramirim chegando, finalmente, a 13 de junho de 1981. Macaúbas foi privilegiada nesse sentido pela proximidade com a cidade de Boquira que, como se disse, explorava chumbo. Na mesma data da inauguração de Paramirim, a cidade de Érico Cardoso e a então vila de Caturama (Botuporã) receberam energia hidráulica. Silva (2023a) vê nesse acontecimento um “pontapé para o progresso para Paramirim, porque a partir desse momento, começou alguém a montar uma serralheira, uma geladeira funcionando durante o dia, que antigamente só funcionava durante a noite ou então funcionava só a querosene” (Silva, 2023a). Por essa mesma época, a cidade de Ibipitanga também recebeu energia elétrica hidráulica (Oliveira; Souza; Santos, 2017). Silva (2012) informa que a cidade de Botuporã recebeu energia gerada a partir de um motor a diesel no mandato do primeiro prefeito do município, entre 1963 e 1967, substituída pela energia hidráulica gerada pela CHESF, na Cachoeira de Paulo Afonso, durante a quinta administração municipal, no período de 1977 a 1983.

Antes de se concluir a explanação sobre o macrossistema da energia elétrica, seguem mais dois fatos ilustrativos. O primeiro era a impossibilidade de o Hospital de Paramirim,

pioneiro na região, funcionar plenamente, impossibilitando a realização de alguns procedimentos, entre eles o uso de incubadora para salvar crianças prematuras. Outra situação era com relação à transmissão de canal de televisão durante o dia. Em 9 de abril de 1978, os municípios de Érico Cardoso (então Água Quente), Botuporã, Boquira, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim e Rio do Pires assinaram o Consórcio de Televisão do Vale do Paramirim (CONVALE) para retransmissão da TV Aratu, à época filial da Rede Globo, com sede em Paramirim (Figueiredo, 2000). As retransmissões televisivas ficavam restritas ao horário de funcionamento do gerador local, não faltando ocasiões em que o aparelho avariava e demoravam dias para voltar a funcionar. Essa foi uma situação que vivi, quando criança. Após as dezessete horas, ligávamos o aparelho de televisão aguardando o canal ofertado entrar no ar para assistirmos a uma das versões do “Sítio do Pica-Pau Amarelo” que a Rede Globo rodou. Entretanto, nem sempre podíamos assistir ao capítulo do dia.

Conforme anunciado, o terceiro macrossistema técnico da Bacia do Paramirim a ser comentado é o das comunicações. O município de Macaúbas contou com um agente dos correios desde seus primórdios, nomeado em maio de 1836, pela Câmara Municipal, menos de três anos após sua instalação (Figueiredo, 2011b). Campos (1918) dá informações precisas da situação dos correios e do telégrafo no ano de 1916:

Há uma Agência do Correio que expede 10 malas mensaes para a Capital; ás segundas-feiras, via Bandeira de Mello e São Felix, passando por Santa Maria do Ouro [atual Ibiajara, Rio do Pires], Remédios, Bom Jesus do Rio de Contas e São João do Paraguassú; ás sextas-feiras, via Morpará e Juazeiro, passando por Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas e Jordão.

A linha telegráfica em construção, entre esta villa e a cidade de Caetité, já tem bastante adiantados os seus trabalhos, devendo ser inaugurada até Fevereiro do anno próximo [1917]. (Campos, 1918, p. 511).

A linha telegráfica de Macaúbas foi a única da região durante algumas décadas, de forma que, havendo urgência de comunicação, um próprio deslocava-se a cavalo até essa cidade para despachar um telegrama. Havia pessoas que faziam disso meio de vida. A cidade de Paramirim teve sua agência telegráfica instalada em 1946 cuja linha ligava-se à de Rio de Contas (Silva, 2023a).

Em 1954, o município de Macaúbas apresentou uma proposta para ampliação dos serviços postal e telegráfico que consistia em ligação do serviço a Paratinga e Bom Jesus da Lapa, abrindo-se uma agência na vila de Canatiba; criação de manutenção de agências postais em Boquira e em Bucuituba com prosseguimento a Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama e Brotas

de Macaúbas e, por fim, ligação telefônica às vilas de Botuporã, Caturama e Tanque Novo, então distritos de Macaúbas. Este programa, acrescido de outros itens ligados a outras áreas, foi encaminhado por ofício ao Diretor de Orçamento da União, ao Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios e ao próprio Presidente da República, em abril de 1954 (Prefeitura, 1949). Entretanto o suicídio de Vargas em agosto seguinte matou todas as possibilidades de atendimento a, pelo menos, alguns dos itens.

No início da década de 1980, a Telebahia (Telecomunicações da Bahia) ampliou sua rede, instalando postos telefônicas em Ibipitanga (Oliveira, Souza; Santos, 2017) e em outras cidades do Território. Paramirim e Macaúbas tiveram um serviço de telefonia local na década de 1970, até a chegada do sistema DDD (discagem direta a distância) no início da década de 1980, com telefones em domicílio. Essa ampliação só foi possível em Paramirim após a chegada da energia hidráulica (Silva, 2023a). A cidade de Botuporã passou a contar com rede telefônica domiciliar no ano de 1984 (Silva, 2012)

O município de Boquira experimentou progresso mais acelerado por conta da exploração do chumbo, iniciada na década de 1950. Fazia-se necessário uma estrutura técnica moderna para exploração e comercialização do minério, mas também para oferecer conforto aos diretores da empresa exploradora, quase sempre estrangeiros.

Esta subseção, mais ou menos longa, teve o objetivo de descrever, para explicar, processo de lento desenvolvimento do Território da Bacia do Paramirim, ao longo das décadas, conforme este comentário de Santos (2006): “[...] o que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicar, que supõe a existência prévia de um sistema” (Santos, 2006, p. 18). Naturalmente, muitos pormenores e fatos deixaram de ser citados por falta de publicações mais completas sobre os municípios que compõem o Território de Identidade, ou mesmo pela ausência absoluta delas. Acredita-se, porém, que as narrações e descrições utilizadas permitem que se tenha uma imagem do espaço aqui estudado: por um lado vemos as populações locais lutando para que pudessem desfrutar das benesses de que as populações de lugares mais avançados já se utilizavam e, por outro, o abandono dos políticos profissionais que o explorava e retribuía com migalhas. Para fortalecer a imagem de abandono desta região, pode-se usar uma imagem que Galeano (2012) utiliza para as cidades portuárias dos países da América Latina: “[...] os portos e as capitais queiram se parecer com Paris e Londres e, na retaguarda tinham o deserto” (Galeano, 2012, p. 239). O deserto, com relação a capital do estado da Bahia, era a Bacia do Paramirim!... É de se notar que a França chegou a Lençóis com um consulado no apogeu da exploração de diamantes (Moraes, 1984), mas a

Bacia do Paramirim ainda ficava muito além, abaixo das altas Serras Ocidentais da Chapada Diamantina, as Serras das Almas e da Mangabeira.

Nesse cenário de dualidade de interesses, a política territorial implementada pelo governo petista em 2007 representa esperança para superação das carências históricas do Território de Identidade que se consolidou como a Bacia do Paramirim. Seus atores – que sofrem na carne as consequências do abandono crônico em que vive esse espaço – conforme descrito nas páginas anteriores, reconheceram que o grande problema é a carência de água, por falta de represamento em cursos naturais e sua equânime distribuição o que, consequentemente, afeta a produção e distribuição. Rangel (2024) reconhece que há morosidade do poder público no atendimento às indicações do Colegiado Territorial, mas, ao mesmo tempo, indica conquistas consolidadas como as cooperativas de Caturama, de Paramirim e a de Macaúbas, a entrega de veículos para as Escolas Família Agrícola de Boquira e de Paramirim e de um outro para o Território que ficou sob a guarda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibipitanga. Aponta como “vitória fe-no-me-nal” a constituição do Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Alto Sertão da Bahia, constituído por municípios que integram os Territórios da Bacia do Paramirim, do Sertão Produtivo e do Velho Chico, quando se conseguiu unir as forças sociais contra a tentativa de um parlamentar (cujo nome não citou) com o mesmo intuito. Ao mesmo tempo em que cita projetos estruturantes encaminhados como a construção das barragens do Rio da Caixa e dos Remédios e a conquista do Instituto Federal da Bahia, que terá sede em Macaúbas. E arremata o depoimento afirmando: “Nós hoje somos respeitados, nós hoje somos chamados para as reuniões (nós, Território). Como Território, somos convocados para todas as decisões que o Estado vai tomar. Então, é uma coisa maravilhosa [...]” (Rangel, 2024).

4 PERCURSO METODOLÓGICO

*A consciência se reflete e vai para o mundo que conhece:
é o processo de adaptação. A consciência temporalizada.
O homem consciente e, na medida em que conhece, tende
a se comprometer com a própria realidade.*

(Paulo Freire, *Educação e Mudança*)

Conforme a epígrafe desta seção alerta, o conhecimento de uma realidade conduz ao compromisso de aperfeiçoá-la. Na busca de determinado conhecimento, é sempre necessário um planejamento dos caminhos a percorrer, pautando-se pelas orientações metodológico-científicas. Dessa forma, como anunciado resumidamente na Introdução, a presente pesquisa adota a abordagem qualitativa e utiliza a estratégia de estudo de caso, cujos dados foram produzidos a partir de pesquisa de campo, documental e bibliográfica. A abordagem teórico-metodológica da pesquisa foi orientada pelas categorias de análise do materialismo histórico-dialético, a saber: historicidade, contradição, mediação e totalidade, cuja premissa central consiste na necessidade de compreender e explicar os objetos e fenômenos investigados, tais como eles se apresentam na realidade concreta. Marx (2008b) afirma que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2008b, p. 19) Esse pensamento lapidar põe em destaque o protagonismo do ser humano na construção e/ou reconstrução de seu espaço em meio a uma realidade concreta que tanto pode ser-lhe favorável como adversa. É nessa totalidade que o homem, mediado pelo trabalho vive, produz conhecimento, bens e serviços.

Para o materialismo histórico-dialético, a compreensão de um fenômeno não se realizada pelo imediatismo do pensamento, o que resultaria na captação do óbvio, mas partindo-se da aparência, deve-se chegar à essência, por meio da análise dos seus determinantes mais complexos aos mais simples e, de forma contrária, do mais simples ao mais complexo, reproduzindo, por meio da abstração, o concreto pensado. Temos, assim, a fundamentação do princípio da contradição que, segundo Tozoni-Reis (2020) é a própria lógica dialética, indicando que “[...] para pensar a realidade é possível aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que ela é essencial” (Tozoni-Reis, 2020, p. 74) Martins e Lavoura (2018) ensinam que: “Analisar e investigar um objeto ou fenômeno é ir à busca dos traços essenciais de que o mesmo é portador, operando o sujeito investigador com graus cada vez maiores de abstração que permitem chegar a unidades de análise cada vez mais tênues e

simples” (Martins; Lavoura, 2018, p. 228). Vieira (2007) faz comentário semelhante referindo-se à reflexão de Marx, em torno do método da economia política: “Na compreensão de uma determinada realidade se parte de uma ‘visão caótica do todo’ e através da análise se chega aos ‘conceitos cada vez mais simples’.” (Vieira, 2007, p. 54).

É por meio da abstração que se chega aos conceitos simples. Essa ação, utilizada pelo pesquisador, consiste em isolar determinado elemento a fim de examiná-lo em sua totalidade, movimentos e contradições internas, até a saturação da análise que conduzirá à essência do objeto da pesquisa. Netto (2011) frisa que, para Marx “a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador.” (Netto, 2011, p. 44). Tem-se aqui uma das premissas básicas do materialismo histórico-dialético que é a superação de enfoques dicotômicos.

Creswell (2014) apresenta diversas razões que podem exercer influência em um pesquisador no momento da elaboração de um projeto e levá-lo a optar por uma pesquisa qualitativa. Em forma de paráfrase, apresentaremos algumas delas, as quais estão mais relacionadas ao problema e objetivos delineados nesta pesquisa. A principal dessas razões é a inexistência de um estudo verticalizado sobre a relação educação/trabalho/desenvolvimento do Território de Identidade da Bacia do Paramirim. Nessa questão, pode-se considerar a existência de teorias parciais relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica como fator de desenvolvimento local ou regional de forma geral ou aplicada à realidade de outro(s) Territórios(s). Uma segunda razão, complementar à anterior, é a consulta à população para se chegar além dos números apresentados nos relatórios da Secretaria da Educação da Bahia, pois técnicos foram efetivamente formados, mas fez-se necessário conhecer o que a formação técnica foi capaz de modificar positivamente na vida dos cidadãos e no Território de Identidade como soma de todos os seus habitantes. Enfim, “[...] precisamos de uma compreensão *complexa* e detalhada da questão. Esse detalhe só pode ser estabelecido falando diretamente com as pessoas” (Creswell, 2014, p. 52; grifo no original).

4.1 SOBRE USO DA ESTRATÉGIA ESTUDO DE CASO NESTA PESQUISA

Yin (2001), Creswell (2014) e Gomes Neto, Albuquerque e Silva (2024), citam, cada um, cinco estratégias de investigação qualitativa. Nos estudos de Yin (2001) e Gomes Neto, Albuquerque e Silva (2024), há coincidência de estratégias, sendo apresentadas: levantamento (*survey*), análise de arquivo ou documental, experimento, pesquisa histórica e estudo de caso. Creswell (2014), por sua vez, apresenta quatro estratégias diferentes daquelas apresentadas

anteriormente, havendo coincidência apenas com o estudo de caso, como se pode verificar a seguir: pesquisa narrativa, pesquisa fenomenológica, teoria fundamentada, pesquisa etnográfica e estudo de caso. Assim, chegam-se às nove principais estratégias de investigação qualitativa, a saber: experimento, levantamento (*survey*), análise de arquivos, pesquisa histórica, pesquisa narrativa, pesquisa fenomenológica, teoria fundamentada, pesquisa etnográfica e estudo de caso.

Dentre as estratégias elencadas, nesta pesquisa optou-se pelo estudo de caso descritivo pelas razões ora declinadas. A primeira deve-se à contemporaneidade de seu objeto. Yin (2001) e Creswell (2014) são concordes em indicar o estudo de caso para a exploração de temas da vida real e coetânea do pesquisador. Gomes Neto, Albuquerque e Silva (2024), entretanto, ampliam essa orientação e oferecem elementos mais precisos ao indicarem os estudos de caso para “a resolução de problemas de pesquisa empírico-qualitativa que questionem *motivo, explicações, processos e causas (Como? Por quê?)* relacionado (*sic*) o fenômeno fático (*o caso*), sem exigência de controles e com ênfase em objetos observados no tempo presente” (Gomes Neto; Albuquerque; Silva, 2022, p. 48; grifos no original). Estes autores põem em destaque a característica de pesquisa empírica aplicada estudo de caso quando afirmam que, ao se trabalhar com essa estratégia, “[...] buscam informações em fatos concretos para responder perguntas de pesquisa sobre fatos concretos”. Também são taxativos ao dizerem que “se as informações empíricas retiradas do caso não estão sendo usadas, naquela ocasião, para responder ao problema de pesquisa, simplesmente não há ali um estudo de caso” (Gomes Neto; Albuquerque; Silva, 2022, p. 33). O estudo de caso descritivo caracteriza-se pelo interesse em se entender um fenômeno sobre o qual se tenha alguns dados, sem que se queira, contudo, apresentar descrições analíticas profundas sobre a ocorrência estudada, realizar comparações entre grupos ou fazer afirmações causais (Gomes Neto; Albuquerque; Silva, 2024).

A despeito da contundente afirmação de que o estudo de caso trabalha com temas atuais, há a necessidade de se trabalhar com fatos passados, na medida em que possam colaborar com a compreensão do caso em estudo, razão pela qual, nesta pesquisa, há muitas informações históricas. Essa escolha encontra lastro nas orientações marxianas, quando o autor destaca como importante que “[...] a forma pela qual os homens produzem seus meios de vida depende sobretudo da natureza dos meios de vida já encontrados e que eles precisam produzir” (Marx, 2008a, p. 44). Perseguindo essa orientação, chegou-se a várias descobertas no curso desta pesquisa, o que nos permite classificar este estudo de caso como histórico-

organizacional, o qual, segundo Trivinos (1987), é aquele em que o interesse da pesquisa recai sobre a vida de uma instituição da qual se conhecem alguns dados e, a partir deles, o pesquisador orienta seu trabalho de aprofundamento.

Outra classificação para o estudo de caso que ora se apresenta, pode ser encontrada em Stake (1999), como sendo um estudo de caso intrínseco, o qual ele define como: “*El caso viene dado. No nos interesa porque con su estudio aprendamos sobre otros casos o sobre algún problema general, sino porque necesitamos aprender sobre ese caso particular*”¹⁰(Stake, 1999, p. 16) e, mais, em seus estudos o autor acrescenta, incisivamente: “*La primera obligacion es comprender este caso*”¹¹ (Stake, 1999, p. 17).

De acordo com os estudos desenvolvidos por Yin (2001), o estudo de caso realizado no âmbito da presente pesquisa deve ser classificado como estudo de caso único holístico. Esse autor opõe a essa modalidade o caso único incorporado, assinalando sua ocorrência “[...] quando, dentro de um caso único, se dá atenção a uma subunidade ou a várias subunidades [...] Em contraste, se o estudo de caso examinasse apenas a natureza global de um programa ou de uma organização” (Yin, 2001, p. 64) ter-se-ia o estudo de caso único holístico. O caso estudado é composto de uma Unidade Escolar com cinco Anexos, entretanto, estes não foram tratados como subunidades, pois não houve preocupação com as características próprias de cada um dos Anexos – embora elas existam – com suas potencialidades e pontos fracos, mas tudo foi tratado sem destaque para nenhuma forma de especificidade. As fontes de evidências foram analisadas indistintamente, considerando-se o conjunto escola-sede e seus Anexos globalmente. Yin (2001) alerta que se constitui um problema para um projeto holístico a percepção de mudanças relevantes que possam alterar o desenho original da pesquisa, no decorrer dos estudos. Nessa situação, ele sugere que se recomece o trabalho com um novo projeto. Tal não ocorreu neste estudo, pois o que aconteceu de novo, neste ano de 2024, na instituição estudada foi o reinício da série de Festas Literárias com resultados favoráveis à hipótese definida na elaboração do projeto desta tese, como será anunciado na quinta seção.

A forma privilegiada para apresentação dos dados de uma pesquisa é a escrita. Entretanto Yin (2001) ensina que um relatório de estudo de caso não precisa ser apenas escrito, mas podem-se usar diversas formas de exposição como conjunto de fotos ou gravação de vídeo. Optando-se pelo relatório escrito, nossa pesquisa apresenta-se como uma tese, por ser esse o gênero acadêmico próprio para conclusão de um doutoramento. O mesmo autor

¹⁰ O caso vem dado. Não nos interessa que com seu estudo aprendamos sobre outros casos ou sobre algum problema geral, se não que necessitamos aprender sobre esse caso em particular (tradução do autor).

¹¹ A primeira obrigação é compreender esse caso (tradução do autor).

(Yin, 2001) informa que a forma escrita para o estudo de caso único, “[...] utiliza-se uma narrativa simples para descrever e analisar o caso. As informações da narrativa podem ser realçadas com tabelas, gráficos e imagens”, bem como que “[...] o relatório de um estudo de caso não segue qualquer fórmula estereotipada, como um artigo de revista na psicologia” (Yin, 2001, p. 166; 159).

4.1.1 Caracterizando o caso Cetep Bacia do Paramirim

Após essas considerações teóricas sobre a estratégia estudo de caso, faz-se necessário determinar o caso que se revela para este estudo que é o Cetep da Bacia do Paramirim, como instituição de oferta da Educação Profissional e Tecnológica da Rede Estadual da Bahia no Território da Bacia do Paramirim. Este Centro de Educação Profissional é o caso dado por ter-se constituído numa “rede territorial”, atendendo diretamente a seis, dos oito municípios que integram o Território de Identidade a que serve, oferecendo uma boa diversidade de cursos técnicos. Ao diversificar os cursos ofertados, o Cetep da Bacia do Paramirim alcançou ofertar cursos técnicos em até oito Eixos Tecnológicos¹², dos treze constantes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (Brasil, 2014), sendo três Eixos além dos que foram determinados, inicialmente, quando do começo da oferta dos cursos na Instituição. Este Centro de Educação Profissional implantou, na Bahia, o Eixo Desenvolvimento Educacional e Social, ao dar uma formatação inicial, ou seja, construir uma proposta curricular para o Curso Técnico em Secretaria Escolar e ofertá-lo nas modalidades EPI e PROSUB, a partir de 2011, cujo projeto foi cedido ao CEEP Isaías Alves para que servisse de parâmetro para a mesma oferta.

O Centro Territorial de Educação Profissional Bacia do Paramirim, está localizado na cidade de Macaúbas – Bahia. A Unidade Escolar foi criada pela Lei 1.240/1959 e instalada a 18 de abril de 1960, como Ginásio Estadual de Macaúbas, sendo-lhe anexada a Escola Normal de Macaúbas, criada pelo Decreto 18.154, de 13 de outubro de 1961. Em 1971, recebeu nova denominação e tornou-se o Colégio Estadual Aloysio Short (CEAS). Ainda como CEAS, por meio da Resolução CEE nº 1.370, de 03 de outubro de 1984, foi autorizado a ofertar o curso profissionalizante de Técnico em Contabilidade, nos moldes do previsto na Lei Federal 5.692/1971, colimada com a Lei Federal 7.044/1982. Em 2009, no bojo da

¹²A sistemática de organização das mais de duzentas titulações de cursos técnicos reconhecidos no Brasil agrupados em treze Eixos Tecnológicos. Essa classificação foi instituída pela Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008, em substituição às antigas Áreas Profissionais. O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos teve uma primeira atualização pela Resolução CNE/CEB nº 04/2012, com base no Parecer nº 03/2012 e uma segunda atualização, em vigor, instituída pela Resolução CNE/CEB nº 01, de 5 de dezembro de 2014, com base na Parecer CNE/CEB nº 08, de 09/10/2014 (Brasil, 2016).

implantação de uma nova política de educação profissional na rede pública estadual de ensino, a adoção pela Secretaria de Estado da Educação da Bahia (SEC-BA) da política de Territórios de Identidade, prevista no PPA 2008/2011 e, sendo Macaúbas sede do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, tornou-se o Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Paramirim (Cetep da Bacia do Paramirim).

Por possuir abrangência territorial, o Cetep da Bacia do Paramirim desde 2009, atendeu, diretamente, estudantes dos municípios de Boquira, Caturama, Paramirim, Rio do Pires e Tanque Novo (no início da territorialização da Bahia, este município integrava o Território da Bacia do Paramirim) com a oferta de cursos de educação profissional, em diferentes etapas da educação básica, formas de oferta e modalidades. A partir de 2008, em Macaúbas foi autorizado a ofertar os cursos técnicos de nível médio em Arte Dramática (não instalado), em Meio Ambiente, e em Vendas. Pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a partir de 2011, ofertou cursos de Formação Inicial e Continuada (cursos de qualificação profissional de curta duração, conhecidos como cursos FIC) em: Auxiliar de Contabilidade, Auxiliar de Vendas, Ilustrador, Representante Comercial e Auxiliar em Saúde Bucal. Em 2012 foi autorizado a ofertar os cursos técnicos de nível médio em Enfermagem, Administração, Secretariado e Contabilidade. A partir de 2013, o CETEP da Bacia do Paramirim ampliou o seu raio de abrangência dentro do Território de Identidade. Assim, a ele foram vinculados cinco anexos, nos municípios de Boquira, Caturama, Ibipitanga, Paramirim e Rio do Pires, quando passou a ofertar cursos técnicos de nível médio na forma subsequente, em outros municípios do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, conforme descrito no Quadro 7.

QUADRO 7 – ANEXOS DO CETEP DA BACIA DO PARAMIRIM, POR MUNICÍPIO, ESCOLA DE VINCULAÇÃO E CURSO OFERTADO

| MUNICÍPIO | ESCOLA | CURSOS |
|--------------|---|--|
| Boquira | Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães, (transformado em Colégio Estadual de Boquira – Tempo Integral) | Meio Ambiente (2013) Administração (2015) |
| Caturama | Centro Educacional São Sebastião | Agroecologia (2013) Administração (2015) |
| Ibipitanga | Colégio Estadual Lúcia Correia (transformado em Colégio Estadual do Campo de Ibipitanga – Tempo Integral) | Meio Ambiente (2013) Administração (2015) |
| Paramirim | Colégio Gov. Antônio Carlos Magalhães, transferido para o Colégio Estadual Paramirim | Agroecologia (2013) Administração (2015) |
| Rio do Pires | Colégio Paulo VI | Agroindústria (2018) |

Fonte: Organizado pelo autor.

Em seu compromisso de oferecer um trabalho pedagógico de base unitária que integrasse trabalho, ciência e cultura, o Cetep da Bacia do Paramirim tornou-se referência cultural para o Território, por desenvolver diversos projetos e ações que complementavam a formação cultural de seus estudantes, com destaque para a Flimac e para os murais construídos por seus estudantes utilizando a técnica do mosaico. A Festa Literária de Macaúbas (Flimac), desde sua primeira edição em 2018, reúne agentes culturais locais e de outros municípios da Bacia do Paramirim, tornando-se um grande evento territorial. O envolvimento dos estudantes em sua organização, seu protagonismo autoral ao participarem de antologias literárias destacam os princípios da formação omnilateral em que se baseia a educação profissional. Os murais expostos na alameda de entrada do Cetep da Bacia do Paramirim, por sua vez, transformaram-no em um lugar de memória monumental (Nora, 1996), ao inaugurar a iconografia de eventos históricos de Macaúbas. Sua construção foi levada a efeito por estudantes dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Edificações, utilizando a técnica do mosaico. Esses eventos buscam preencher uma lacuna existente nos sertões distantes dos grandes centros urbanos no que se refere à oferta de equipamentos culturais para as pessoas que, dificilmente teriam acesso a algo semelhante, acostumadas, ou obrigadas, a viajarem basicamente em busca de serviços de saúde. Eles integram ciência, trabalho e cultura, apresentando e ensinando técnicas culturais.

4.2 A PRODUÇÃO DE DADOS

A abrangência dessa pesquisa levou em consideração a produção de dados na sede do Cetep da Bacia do Paramirim, bem como nos Anexos que funcionaram em escolas dos municípios de Boquira, Caturama, Ibipitanga, Paramirim e Rio do Pires. Para a produção de dados, consideraram-se quatro classes de sujeitos informantes para esta pesquisa, cujos roteiros de entrevista abordaram elementos que experienciaram durante as suas vivências na escola ou como atores territoriais a saber: a) Diretores ou ex-Diretores dos Anexos do Cetep (Apêndice A); b) técnicos formados pelo Cetep nas diversas formações oferecidas (egressos dos cursos de educação profissional) (Apêndice B); c) professores que atuam/ atuaram no Cetep ou em seus Anexos (Apêndice C) e d) os membros do Colegiado Territorial (Apêndice D). As entrevistas são precedidas da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice E).

Os sujeitos indicados nos itens “a” e “d” foram previamente definidos, pelas funções que ocuparam no período estudado. Para os indicados no item c), aproveitei uma reunião de Atividade Complementar (AC) da Unidade Escolar, realizada em 23 de março de 2023, para apresentar a proposta, quando solicitei a cooperação de cinco colegas que pudessem colaborar com esta pesquisa. Os egressos foram procurados diretamente nos seus municípios de origem, contando com o auxílio dos ex-diretores dos Anexos para a sua localização. Na sede, a escolha deu-se de forma direta, com ex-estudantes conhecidos, buscando-se fazer uma amostragem por cursos, embora nem todos tenham sido contemplados. Dessa forma foram entrevistados 21 egressos do Cetep, dos quais cinco dos cursos EPI e dezesseis dos cursos PROSUB, sendo nove na sede e sete nas cinco cidades onde houve Anexo. Foram contemplados os cursos de Administração, Agroecologia, Análises Clínicas, Contabilidade, Edificações, Enfermagem, Instrumento Musical, Secretaria Escolar, Secretariado, Turismo e Vendas.

Para preservar o anonimato, foram usadas estas siglas para os quatro segmentos de sujeitos: P = professor, D = diretor, CT = Colegiado Territorial, EI = estudante de curso EPI e ES = estudante de curso PROSUB, acrescentando-se a numeração de 1 a 5 aos quatro primeiros segmentos e de 1 a 16 ao último segmento, independentemente de o curso ter sido feito na sede ou nos Anexos.

Triviños (1987) ensina que uma pesquisa de orientação qualitativa não se prende rigidamente ao projeto inicial, sendo possível que as informações recolhidas por meio das técnicas utilizadas, “permitirá esboçar novas linhas de inquirição, vislumbrar outras

perspectivas de análise e de interpretação no aprofundamento do conhecimento do problema” (Trivinos, 1987, p. 132). Dessa forma, fez-se necessária a solicitação e realização de duas entrevistas suplementares e de um relato a pessoas residentes no Território da Bacia do Paramirim e conhecedoras de pormenores ainda não publicados da história local. Aos dados produzidos, foi dado um tratamento narrativo-descritivo por uma tendência natural do pesquisador, envolvido com a história local e regional. Por outro lado, essa tem sido uma tendência recente no Brasil no tocante à História da Educação. Turmena (2014) informa que “[...] tem aumentado o número de pesquisas em educação de caráter historiográfico e, conseqüentemente, o levantamento de fontes para tais” (Turmena, 2014, p. 29), razão pela qual buscaram-se dados referentes principalmente à formação para o trabalho e o controle exercido sobre ele pelas autoridades municipais no atual Território da Bacia do Paramirim, adormecidos no Arquivo Público da Bahia, nos Arquivos Públicos Municipais de Macaúbas e de Paramirim e ainda em recordações de relatos ouvidos no passado por testemunhas oculares, já falecidas. Essa atitude de pesquisa com fontes variadas, conforme Turmena (2014), põe a categoria marxiana da totalidade em destaque, estreitando um tratamento dialético aos fatos analisados.

Também Santos (2006) ensina que “descrição e explicação são inseparáveis. O que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicação, que supõe a existência prévia de um sistema. Quando este faz falta, o que resulta são peças isoladas” (Santos, 2006, p. 18). Por essa razão, para explicar o lento processo do progresso de vários aspectos da Bacia do Paramirim, que ainda hoje perduram, fez-se necessário um mergulho histórico desse espaço físico-econômico-cultural. Para essa descrição/explicação pretendida, Santos (2006, p. 22) propõe tratar os conceitos, noções e instrumentos de análise como “verdadeiros atores de um romance, vistos em sua própria história conjunta” (Santos, 2006, p. 22). Salienta que nesse processo de organizar a narrativa, alguns atores – ou personagens como seria melhor para nossa situação – são colocados em destaque e outros assumem posição secundária ou “jogados para fora”, e não há outra maneira de se proceder, pois é impossível que se registrem todos os fatos, todos os nomes, todas as ações em um trabalho de pesquisa, tanto pelo trabalho incomensurável que teria o pesquisador, como pelo resultado que afugentaria leitores. Enfim, a partir de dados produzidos, tenta-se entender e, por consequência, explicar de forma segmentada algum(ns) aspecto(s) da realidade.

4.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA UTILIZADOS

Uma pesquisa qualitativa é caracterizada pela interação entre pesquisador e sujeito(s) da pesquisa em condições naturais da vida destes. Assim, os instrumentos de pesquisa são elaborados e aplicados pelo próprio pesquisador que “passa muitas horas no campo, coleta muitos dados e trabalha sobre questões do campo, tentando obter acesso, *rapport*¹³ e uma perspectiva de inclusão’.” (Creswell, 2014, p. 54). Outra característica da pesquisa qualitativa é a multiplicidade de instrumentos de pesquisa a ser utilizada no intuito de fornecer o maior número possível de informações e impressões ao pesquisador. Para ilustrar este aspecto inerente à pesquisa qualitativa, faz-se oportuno citar a metáfora criada por Creswell (2014) para essa modalidade de pesquisa: “um tecido intrincado composto de minúsculos fios, muitas cores, diferentes texturas e várias misturas de material” (Creswell, 2014, p. 48). Para se chegar a esse resultado metafórico, Creswell (2014) apresenta estes quatro tipos de instrumentos de pesquisa: entrevista, observações, documentos e material audiovisual. Yin (2001), por sua vez, apresenta seis tipos de instrumentos que podem auxiliar na produção de dados para uma pesquisa de abordagem qualitativa, havendo algumas coincidências com a relação anterior, como se poderá perceber: documentos, registro de arquivo, entrevista, observações diretas, observação participante e artefatos físicos. Todas essas indicações atendem ao princípio básico da pesquisa qualitativa de se trabalhar com dados ainda não encontrados em literatura. Essa multiplicidade de instrumentos coaduna com a indicação de Netto (2011) que, ao explicar o materialismo histórico-dialético, orienta para o uso de “instrumentos e também as *técnicas* de pesquisa as mais variadas, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificações, etc” (Netto, 2011, p. 25 – 26; grifo no original). Desse modo, foram elencados os seguintes instrumentos para esta pesquisa: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevista semiestruturada, relato e o grupo de interlocução.

A pesquisa bibliográfica constitui-se em fonte secundária, pois busca “o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse” (Medeiros, 2011, p. 39). A pesquisa do estado da arte utilizada nesta pesquisa, conforme o Quadro 1, contribuiu na fase de balanço da produção na área que se pretende estudar, identificando questões que ainda carecem de estudo ou de aprofundamento (Mutim *et al*,

¹³ Termo equivalente a estabelecer laços fortes com alguém ou algum grupo.

2013). Essa técnica é facilitada atualmente pelos meios tecnológicos e se inscreve na pesquisa bibliográfica por trabalhar com estudos publicados em meio virtual ou físico.

A pesquisa documental constitui-se em fonte primária e trabalha com documentos que ainda não foram utilizados, tais como leis, portarias, decretos, instruções emanadas de órgãos educacionais superiores. Também foram consultados documentos constantes nos arquivos do Cetep da Bacia do Paramirim e seus Anexos, tais como: atas, correspondências, convênios, fotografias, discursos encontrados nos arquivos do Cetep da Bacia do Paramirim e seus Anexos.

A entrevista do tipo semiestruturada constituiu-se no principal dispositivo para a produção de dados. Ornellas (2011), ao comentar os diversos tipos de entrevistas, anota que, nas do tipo semiestruturada, ocorre, na verdade, um diálogo entre entrevistador e entrevistado, “[...] em que se observam perguntas específicas e não específicas com relação ao objeto estudado pelo pesquisador” (Ornellas, 2011, p. 64) A entrevista, segundo Yin (2001), é uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso, mas alerta que ela pode estar sujeita a fatores como: preconceito por determinado tema, memória fraca ou articulação pobre e imprecisa. Por isso, considera que é preciso “[...] corroborar os dados obtidos em entrevistas com informações obtidas através de outras fontes” (Yin, 2001, p. 114). Este autor alerta que o meio eletrônico que poderá ser utilizado para registro da entrevista não pode substituir “[...] o ato de ‘ouvir’ atentamente o entrevistado durante o curso da entrevista” (Yin, 2001, p. 115). Semelhantemente, Ornellas (2011) alerta que “[...] aquele que escuta tenha, de fato, preparo, e que possa escutar até o silêncio, deixando livre a fala do outro” (Ornellas, 2011, p. 32)

Conforme anunciado no subitem 4.2, a fase de levantamento de dados contou com um relato suplementar sobre um ponto específico, que foi a introdução do arado no município de Macaúbas. Sendo a informante pessoa do relacionamento social do pesquisador e ex-colega de trabalho, foi-lhe solicitado uma narração do que ouvira em família de seu falecido pai sobre o tema anunciado acima, ao que ela respondeu com seu relato enviado pelo aplicativo Whats App.

É comum na academia a confusão entre grupo focal e grupo de interlocução. Ferreira, César e Machado (2020) esclarecem que o grupo de interlocução “[...] vai além dessa dimensão [coleta/produção de dados], uma vez que a sua natureza compreende o movimento dialético de produção e análise e sistematização de dados.” (Ferreira; César; Machado, 2020, p. 6) Dessa forma, o pesquisador, após analisar e interpretar as entrevistas, apresenta suas

conclusões iniciais aos sujeitos de pesquisa, como uma forma de dar um retorno aos seus colaboradores e discutir as questões que ainda precisam ser ampliadas, minimizando, assim, as relações de poder que comumente se criam entre um pesquisador e os sujeitos de uma pesquisa (Creswell, 2014). Como dispositivo complementar às entrevistas, o grupo de interlocução surgiu da prática do Grupo Kairós, ligado à Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, cujos campos de pesquisa são Trabalho, Educação e Políticas Públicas (Ferreira, 2014). O grupo de interlocução favorece o “[...] dar sentido à fala que vem do outro”, consciente de que “[...] a fala tem sempre um mais além” (Ornellas, 2011, p. 20 – 21).

O processo de triangulação é especialmente interessante no estudo de caso a fim de garantir que as descobertas dele advindas sejam dignas de crédito. Yin (2001) apontam quatro tipos de triangulação discutidas pela literatura especializada, quais sejam: triangulação de dados, triangulação de pesquisadores, triangulação de teorias e triangulação metodológica. Neste estudo, utilizou-se a triangulação de dados, que permite cotejar entre si, os variados dados levantados a partir das diversas fontes de evidências utilizadas. Dessa forma, “[...] qualquer descoberta ou conclusão de um estudo de caso provavelmente será muito mais convincente e acurada se se basear em várias fontes distintas de informação, obedecendo a um estilo corroborativo de pesquisa” (Yin, 2001, p. 121).

5 CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA BACIA DO PARAMIRIM

Graças às suas obras, professor, descobriu-se que os pobres têm uma pedagogia própria. Eles não produzem cursos abstratos, mas plásticos, ricos em metáforas. Não moldam conceitos; contam fatos.

(Frei Betto, contracapa de *Pedagogia do Oprimido*)

Após a apresentação das categorias que fundamentam este trabalho em uma alongada narrativa histórica, passaremos a discutir a hipótese que motivou o seu delineamento inicial, ou seja, que a Educação Profissional atendeu, mesmo que parcialmente, às expectativas da população do Território de Identidade da Bacia do Paramirim a partir de sua implantação em 2008, especialmente no que diz respeito aos aspectos econômico, político, ambiental e cultural. A discussão será conduzida pelos objetivos específicos elencados na Introdução, pois são eles que dão dinamicidade orgânica ao objetivo geral. Na ordem em que eles foram definidos para este projeto de pesquisa, parte-se de um objetivo mais abrangente, que se refere à estrutura da Educação Profissional implantada pelo Governo da Bahia em 2008. O segundo e o terceiro objetivos específicos têm caráter mais prático que o primeiro e debruçam-se sobre o fazer pedagógico do Cetep da Bacia do Paramirim e os determinantes que possam indicar desenvolvimento territorial resultante do processo educacional.

Na fase de levantamento de dados, foram utilizadas, basicamente quatro técnicas, a saber: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevista semiestruturada e grupo de interlocução, sendo acrescido um relato, conforme comentado na seção 4.3. Na atual fase, os dados serão triangulados para construção da tese proposta, ou seja, de que a Educação Profissional contribuiu com o desenvolvimento recente, em alguns aspectos, do Território de Identidade da Bacia do Paramirim.

Inicialmente, é necessário contrapor o conceito de desenvolvimento sob os pontos de vista do polo hegemônico e do polo contra-hegemônico. O primeiro privilegia o crescimento econômico, conquistado a qualquer custo desvinculado, inclusive, de qualquer preocupação ambiental, enquanto o “[...] polo contra-hegemônico contrapõe uma visão totalizante do desenvolvimento, com ênfase na dimensão social e na formação integral do sujeito” (Lima, 2019, p. 140). cremos que, na formulação do objetivo geral, ficou claro que os determinantes de desenvolvimento que buscamos apreender nesta pesquisa não se referem somente ao

desenvolvimento econômico sem, contudo, excluir esse aspecto, uma vez que ele, quando bem orientado, pode possibilitar o desenvolvimento dos outros aspectos aqui postos em evidência. Portanto, tratamos aqui de um modelo de desenvolvimento multidimensional que considera os aspectos econômico, político, ambiental e cultural. Souza (2018) ressalta que, “em geral a ideia de desenvolvimento confunde-se com, ou ideologicamente assume, a noção de progresso” e que os saltos econômicos ou modernizantes que os países subdesenvolvidos experimentam, “neutralizam as condições concretas do desenvolvimento autêntico” (Souza, 2018, p. 19). E o que seria “desenvolvimento autêntico”? Compreendemos que os quatro aspectos acima mencionados se entrelaçam e se complementam para se chegar a esse modelo de desenvolvimento, mas não negamos a proeminência do aspecto econômico, no sentido de que ele potencializa, via de regra, os outros aspectos, pois alguém bem colocado no mundo do trabalho conquista autonomia política, tem acesso a bens culturais e possibilidade de respeitar o ambiente em que vive, por não necessitar degradá-lo para sobreviver. Mas não desconhecemos uma verdade inversa, embora em nível de exceção, de pessoas que, mesmo sem desfrutar de situação econômica confortável, tem consciência política e ambiental e, portanto, são culturalmente acima da média.

A discussão que se alongará nos parágrafos seguintes trará relatos, testemunhos, análises e sínteses de quatro grupos principais de sujeitos eleitos para esta pesquisa, que são: diretores ou ex-diretores dos anexos do Cetep da Bacia do Paramirim, professores, técnicos formados pelo Cetep e membros do Colegiado Territorial. Naturalmente o olhar de cada segmento traz peculiaridades por conta de seu lugar de fala no processo pedagógico com suas reverberações que aqui estudamos. Essas falas – fortalecidas, contestadas ou questionadas por outros estudos – num processo de triangulação, conforme anunciado anteriormente, fornecerão elementos que permitirão visão panorâmica de como a Educação Profissional contribuiu para o desenvolvimento territorial na Bacia do Paramirim.

5.1 ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM REDE NO ESTADO DA BAHIA

A fim de dar objetividade a esta discussão sobre a implantação e desenvolvimento inicial da Educação Profissional, serão adotadas três categorias, a saber: implantação e expansão da rede, formação para professores e gestores e Programa Primeiro Emprego. Essas categorias sequenciam o projeto de EP na Bahia, ao apresentarem a cronologia dos passos de

sua implantação, passando pelo momento chave de seu sucesso que foi a formação dos professores que nela atuam/atuaram, até a colocação dos egressos no mundo do trabalho.

5.1.1 Implantação e expansão da Educação Profissional e Tecnológica em rede no estado da Bahia

Após as escutas territoriais realizadas no ano de 2007, a Secretaria da Educação apresentou à sociedade baiana um caderno contendo os “Princípios e Eixos da Educação na Bahia”, com o qual apresentava o cenário que então se desenhava para a educação no estado e, ao mesmo tempo apresentava os princípios que a guiariam, rumo a uma educação pública de qualidade. Traziam, entre seus seis eixos, a “Garantia do Direito à Educação Profissional” que,

[...] alinhada às políticas de inclusão e equidade, busca assegurar as condições objetivas para o desenvolvimento humano, como garantia da efetiva integração do ensino profissional ao mundo do trabalho, tendo o desenvolvimento econômico e sustentável como horizonte das ações no campo da educação profissional (Bahia, 2007, p. 27).

Para dar efetividade a esse compromisso, em 21 de dezembro de 2007, o Governo da Bahia criou, no âmbito da Secretaria da Educação, pela Lei nº 10.955/2007, a Superintendência de Educação Profissional (Suprof) que, mais tarde passou a ser denominada Superintendência de Educação Profissional e Tecnológica (Suprot).

Enquanto isso se dava em Salvador, a Direção do Colégio Estadual Aloysio Short de Macaúbas se movimentava para solicitar a liberação de cursos técnicos. Em 2 de janeiro de 2008, o Colegiado Escolar reuniu-se extraordinariamente contando, inclusive, com representantes da comunidade do entorno para deliberar sobre a solicitação de cursos técnicos para a unidade escolar. Em 7 de janeiro, a Direção encaminhou o projeto solicitando três cursos técnicos, a saber: Arte Dramática, Meio Ambiente e Vendas. Na justificativa geral, informava-se que a maioria dos jovens que, então concluíam o Ensino Médio, não tinha perspectiva de continuarem a estudar e que acabavam se contentando com subemprego ou ficando na ociosidade. O projeto declinava como objetivo: “Oferecer o Ensino Médio preparando os jovens para o exercício da cidadania com a possibilidade de continuar os estudos, conferindo-lhes uma profissão de nível técnico, o que possibilitará o ingresso no mercado de trabalho com competência e habilidades específicas” (*sic*) (Bahia, 2008c, 4).

O processo correu com uma celeridade inimaginável graças à forma mais rápida para tramitação de documentos então em uso, que era o fax. Desse modo, o Ofício Suprot nº 075/2008, de 8 de janeiro de 2008, autorizou 360 vagas, divididas equitativamente entre os três cursos solicitados. As vagas não foram preenchidas plenamente, inclusive não se formaram turmas para o curso de Arte Dramática. No dia 29 de fevereiro de 2008 aconteceu, em Salvador, a primeira reunião de muitas que aconteceram, principalmente naquele ano, para organização, estruturação e funcionamento dos cursos que estavam sendo oferecidos por toda a Bahia.

Entre o corpo docente do antigo CEAS houve diversas respostas à implantação dos novos cursos: medo e repulsa diante do desconhecido, vontade de inovar, espírito de colaboração, vontade de aprender. O P3 assim se refere àquele momento inicial:

A gente vinha do ensino médio, né? A gente tinha aquela...aquela... como se diz assim... uma programação há muito tempo [...] Mas... eh... no mais a gente foi adaptando, a gente sentia também que tinha que formar esses profissionais e a gente via que o mundo do trabalho, que assim foi chamado, né? O mundo do trabalho necessitava de um certo conhecimento, e que esse conhecimento teria que ser um pouco diferente daquele do ensino médio. Seria um conhecimento assim... de que teria que ter teoria, mas ter a prática, né? Porque aquele profissional teria que buscar aquele conhecimento para já tentar ter uma visão de aplicabilidade (P3, 2023).

Nessa fala, percebe-se claramente a necessária mudança de paradigma de uma educação desvinculada do mundo do trabalho que, normalmente se pratica fora da educação profissional situação em que os conteúdos são “ensinados” para se cumprir um programa sem uma vinculação necessária com o mundo real do estudante. Materializar a relação dialética entre teoria e prática, com metodologia adequada, tendo em vista um perfil profissional a ser formado, foi um desafio a que muitos se dedicaram. O P4 assim se refere a esse momento:

Não existia uma segurança como a gente deveria trabalhar, de como eh...deveria conduzir as atividades. Mas com o tempo, eh...a experiência, o compartilhamento das experiências de outros colegas, né? Foi modificando a forma de...nossa forma de trabalhar. E eh...até o presente momento, a gente pode considerar que nós avançamos muito, do ponto de vista da forma de trabalhar com a educação profissional, e hoje eu me sinto, assim, mais confortável com esse trabalho (P4, 2023).

O momento inicial, em especial o ano letivo de 2008, foi de experimentação e aprendizagem para todos. O professor Antônio Almerico Biondi Lima, Superintendente que organizou a nova educação profissional na Bahia, diante dos pedidos e queixas que os

diretores lhe apresentávamos nas reuniões, usava a metáfora de que era necessário fazer os ajustes no avião em pleno voo, pois a urgência de se criar uma estrutura desenvolvimentista consistente na Bahia não permitiu que se organizasse tudo calmamente antes de se iniciar a viagem. O Governo tinha pressa e o povo necessitava de sentir que um novo tempo na educação se iniciara. Entre ajustes na fuselagem que proporcionavam voos mais distantes, em 5 de dezembro de 2008, o Diário Oficial da Bahia estampou o Decreto nº 11.355/2008, que instituía os Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional com o objetivo de ampliar e reestruturar a “Educação Profissional no Estado da Bahia, visando ao desenvolvimento social, econômico e ambiental, a interação da educação profissional com o mundo do trabalho e o incentivo à inovação e desenvolvimento científico-tecnológico” (Bahia, 2008a, p.1). Esse decreto que oficializou a rede de Educação Profissional e Tecnológica na Bahia foi bastante ousado, prevendo a oferta de educação tecnológica (superior) pelos Centros Estaduais e ampliação do colegiado escolar para um conselho escolar que ampliava a participação paritária dos segmentos da comunidade escolar e territorial, como forma de tornar concreto o controle social. Infelizmente, o projeto de educação tecnológica não saiu do decreto e o conselho escolar chegou a ser formado, mas não encontrou condições favoráveis para seu funcionamento efetivo.

As Portarias 8.676/2009 e 8.677/2009, publicadas a 17 de abril de 2009, deram efetividade à rede de EPT na Bahia. A primeira versou sobre a estrutura dos Centros de Educação Profissional, estabelecendo funções específicas para os três vice-diretores que deveriam compor a equipe gestora: Vice-Diretor Administrativo Financeiro, Vice-Diretor Técnico Pedagógico e Vice-Diretor de Articulação com o Mundo do Trabalho. A segunda Portaria transformou 29 unidades em 28 Centros Territoriais e 01 Centro Estadual de Educação, sendo que o Território do Piemonte do Paraguaçu recebeu dois Cetep, um em Mundo Novo e outro em Itaberaba.

A transformação do Colégio Estadual Aloysio Short em Centro Territorial de Educação Profissional tinha sido comunicada por mensagem eletrônica em 24 de setembro de 2008, com a previsão de se passar a trabalhar com cinco Eixos, sendo três novos que seriam Recursos Naturais, Infraestrutura e Controle e Processos Industriais; a escola já trabalhava com Gestão e Negócios (Técnico em Vendas) e com Ambiente, Saúde e Segurança (Meio Ambiente). Esses Eixos foram determinados por técnicos da Suprof e do MEC (DIRDEP, 2008). Entretanto, a comunidade macaubense não recebeu de bom grado a nova denominação, conforme a Direção fez ver ao Secretário da Educação da Bahia: “houve um grande clamor

pela alteração da denominação da escola que, há 40 anos tem como patrono Aloysio Short, cuja sigla – CEAS – traz para todos os macaubenses recordações de seus tempos escolares, sendo um nome conhecido e respeitado em toda a região” (Figueiredo, 2009). No mesmo ofício reconhecia-se a transformação como uma continuidade de seu pioneirismo na educação média na região e sugeria-se a denominação de “Centro Territorial de Educação Profissional Aloysio Short”. Entretanto o pleito não foi atendido, visto que a unidade escolar passou a integrar, como um dos polos, a nova rede de EPT que estava tomando corpo.

A alteração da denominação da unidade escolar não alterou o respeito pela instituição, pelo contrário, deu-lhe nova possibilidade de atrair estudantes de municípios vizinhos, embora timidamente, pois os colégios locais faziam campanha para não perderem estudantes do ensino médio regular. Ainda assim, alguns estudantes do município de Boquira, por ser o mais próximo e que apresenta maior facilidade de transporte, matricularam-se para cursos na modalidade EPI. O curso de Enfermagem na modalidade subsequente, que passou a funcionar no segundo semestre de 2009, foi um chamariz. Este foi o curso mais solicitado, inclusive pelas cidades onde, posteriormente, se instalaram Anexos, conforme esta fala do D1: “Enquanto eu estava na gestão do São Sebastião, nós conseguimos o de Administração e parece que estava tentando, assim, a possibilidade de tentar – eles queriam muito, a cidade queria muito – o de Enfermagem” (D1, 2023). A partir do ano letivo de 2013, o Cetep da Bacia do Paramirim ganhou visibilidade com a implantação de quatro Anexos nas cidades de Boquira, Caturama, Ibipitanga e Paramirim. O Reordenamento da Rede 2012/2013 apresentado pela Direc 23 (atual NTE 12) propôs uma variedade de cursos que não foi plenamente atendida, ficando os Anexos de Boquira e de Ibipitanga com o Curso Técnico em Meio Ambiente e os de Caturama e de Pararamirim com o Curso Técnico em Agroecologia. Na solicitação inicial constavam: cursos nas áreas de Mineralogia e de Meio Ambiente para Boquira; área de Técnicas Agrícolas e de Enfermagem para Caturama; área de Agricultura ou Informática para Paramirim; para Ibipitanga solicitou-se genericamente a implantação de “cursos profissionalizantes” (Ferreira, 2012). O projeto de expansão da EPT no Território de Identidade da Bacia do Paramirim foi uma iniciativa da professora Jane Angélica Aparecida Xavier Silva que, à época, respondia pela Direc 23, órgão regional da SEC.

A diversificação na oferta de cursos cresceu rapidamente nas três formas que o Cetep da Bacia do Paramirim poderia oferecer – EPI, PROSUB e PROEJA. No segundo ano, ou seja 2009, implantou-se o curso de Edificações (Eixo Infraestrutura) e ampliou-se o Eixo Gestão e Negócios com o curso de Contabilidade. Em 2011, o Cetep já oferecia oito cursos. Nesse ano,

o Eixo Gestão e Negócios foi contemplado com mais um curso – Administração –, iniciou-se a oferta de Agroecologia (Recursos Naturais) e Secretaria Escolar (Desenvolvimento Educacional e Social). O Cetep da Bacia do Paramirim foi pioneiro neste Eixo, dando grande contribuição na formatação do Curso Técnico em Secretaria Escolar. Outros cursos foram sendo ofertados ao longo dos anos, conforme o Quadro 5 (página 56). O curso de Administração foi-se generalizando, inclusive foi ofertado em quatro Anexos, enquanto o curso de Agroecologia que responde bem à dimensão social da EPT, voltado à população do campo como “[...] fator de inclusão social à medida que também deve se articular a outras políticas públicas” (Souza, 2018, p. 29) não encontrou adesão e foi descontinuado. O CT2 (membro do Colegiado Territorial) afirma que o jovem gosta da agricultura, mas teme a discriminação que os estudantes da área rural sofrem nas salas de aula urbanas, normalmente recanteados. O curso de Administração, como geralmente os voltados ao setor terciário, exigem baixos custos para implantação e por isso proliferam com facilidade (Manfredi, 2016). Além disso, encontra grande procura, pois a percepção que se tem no Cetep, contrariamente à visão do CT2, é de que, no imaginário juvenil representa o trabalho urbano, no escritório, distante da azáfama do campo em uma região encravada no semiárido, com terras quase sempre exauridas por seu uso com técnicas rudimentares tradicionais. Bem assim, o curso de Meio Ambiente foi descontinuado após a oferta de duas turmas. Esse curso desenvolveu trabalhos belíssimos, como se verá adiante, mas faltou apoio institucional para os egressos, com também faltou para os egressos de Secretaria Escolar. A fala do P4 vai nessa linha:

A gente sabe das turmas [...], mas a gente não sabe, assim, como essas pessoas conseguiram inserir no mercado ou no mundo do trabalho. O que a gente consegue visualizar bem é que não houve, por parte do poder público, a preocupação de inserir essas pessoas que estavam sendo formadas aqui. A gente teve turmas de Secretaria Escolar [...]. Quando trabalhei no curso de Secretaria Escolar, nós fizemos uma pesquisa e detectamos que as escolas dos oito municípios [que compõem o Território] não tinham secretários (P4, 2023).

Neste ponto, podemos citar uma enorme contradição dentro da estrutura da própria Secretaria de Educação da Bahia que autorizou a implantação do Curso Técnico em Secretaria Escolar, mas não aproveitou os egressos nas escolas estaduais que, geralmente, carecem da ausência de secretários. Com as atuais disposições legais, a função de secretário escolar só pode ser assumida por um professor efetivo ou aposentado. A primeira situação não é atrativa profissionalmente, pois o professor, ao sair da sala de aula, perde direitos. A segunda, não responde plenamente às necessidades da escola porque o servidor, cansado de anos de

trabalho, ou não tem interesse de voltar para o trabalho, ou não tem facilidade de lidar com as novas tecnologias. Em consequência, para validar a documentação expedida pelas unidades escolares, um vice-diretor ou um servidor do NTE deve assinar conjuntamente com o diretor.

O CT1 também reconhece que o poder público abriu poucas oportunidades para o aproveitamento dos técnicos formados pelo Cetep da Bacia do Paramirim e aponta as velhas práticas politiqueras como barreira para aceleração do desenvolvimento do Território com mão de obra local e preparada:

A gente conhece pessoas que têm talento, que têm potencial, que chegam aqui às vezes e até nos oferecem esses conhecimentos e a gente ciente de que precisa, que às vezes em ter um problema eh... relacionado que você não consegue desenvolver por não ter um profissional. De repente, você tem, mas aí quando vai, às vezes, para o município e encontra aquelas barreiras, eh... da cultura da velha política, enfim, né? E aí associa sempre essas questões ao capital eleitoral e aí a coisa acaba não caminhando (CT1, 2023).

A abordagem da cultura política do “toma-lá-dá-cá” que impede a inserção plena dos técnicos da Bacia do Paramirim, leva-nos a uma realidade positiva da educação baiana no que concerne à contratação para professores temporários pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) que foi a seleção pública (embora nunca tenha havido concurso público para efetivos). Esta foi uma inovação implantada pelo governo petista, contra a velha prática de contratação de professor, ou de quem lhe faça as vezes, por indicação de chefes políticos locais. Dessa forma, as escolas, principalmente as que ofertavam EP, a contratação de professores não licenciados foi imperiosa por absoluta carência de licenciados para trabalharem com o ensino técnico. Assim, os corpos docentes dos Centros de Educação Profissional foram compostos, inicialmente por professores provenientes de cinco experiências: professores licenciados e titulares da Base Nacional Comum que assumiram disciplinas de Formação Técnica afins à sua formação; professores não licenciados, mas concursados sob a égide da Lei 5.692/1971; professores não licenciados que trabalhavam sob o REDA; professores contratados como Prestadores de Serviços Temporários (PST) e outras situações existentes no estado, até 2005, como estudantes universitários contratados como estagiários ou professores contratados por organização social que prestava serviços em escolas da Rede Estadual de Educação Profissional (Machado, 2018).

Feitas essas considerações, podemos passar à segunda categoria desta subseção, que responde a uma real necessidade para que o projeto de EPT surtisse resultado. Trata-se da formação dos profissionais envolvidos, o que daria coesão e efetividade ao projeto estadual.

5.1.2 Formação de profissionais e agentes da EPT

O sucesso de um empreendimento novo depende sobremaneira da compreensão de suas diretrizes pelas pessoas nele envolvidas como agentes. Por isso, foram tão importantes as ações desencadeadas pela então Suprot envolvendo gestores, professores e outros atores da EPT, como coordenadores pedagógicos, onde havia, e conselheiros que integraram inicialmente o Conselho Escolar. Ramos (2011b) considera a formação continuada como forma de superação de uma das fragilidades da EP que é a formação do professor numa perspectiva de superação do modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente, de forma que o ser humano trabalhador e suas relações com o meio ambiente seja privilegiado em relação ao mercado de trabalho e fortalecimento da economia.

O Plano Estadual de Educação Profissional previa, desde o início, um “modelo de gestão democrático e socialmente justo, que inclui formação de professores, gestores e técnicos e o respeito às culturas e vocações regionais e o atendimento às populações excluídas” (Bahia, [2008], p. 9). Dessa forma, houve, nos anos iniciais da implantação da EPT, uma série de encontros, seminários, formações de curta duração, culminando com a especialização ofertada pela UNEB a professores e coordenadores em diversos polos, abrangendo todo o estado da Bahia. O P1 assim se refere àquele período:

Em um primeiro momento, houve seminários. A gente ia sempre a Salvador para compreender o que era esse curso, a questão das articulações das disciplinas, o que era necessário e depois houve a proposta do curso de Especialização em Metodologia para Educação Profissional que eu fiz e vários colegas também fizeram (P1, 2023).

A fala do P5 retrata a dificuldade inicial de descrédito de alguns professores que não abraçaram, num primeiro momento, a causa da Educação Profissional e a importância dos eventos constantes, em Salvador, para a divulgação da epistemologia dos cursos técnicos:

Particpei de perto de algumas pessoas desacreditadas, achando que seria uma chuva passageira, uma chuva de verão. E eu, como vice-diretora do pedagógico, fui para as primeiras reuniões em Salvador com aquela equipe que tinha Teresa Vilaça e várias outras pessoas, não me lembro o nome, assim... mas cheguei de lá cheia de gás, fiz aquela reunião, [...] foi desse processo que eu peguei confiança da educação profissional. E o principal: ciente de que encontraríamos obstáculos [...] ao perceber esses obstáculos, nós ficamos fortes, porque a gente acreditou, estava acreditando nesse projeto de educação profissional (P5, 2023).

O Cetep da Bacia do Paramirim não contava com nenhum coordenador pedagógico no momento da implantação da EP. Por isso a Direção, em especial o Vice-Diretor Técnico-Pedagógico, buscou dar apoio pedagógico aos professores com a assessoria dos articuladores técnicos¹⁴, principalmente nos horários de AC, que passaram a ser organizados por curso ofertado, ou cursos afins de um mesmo Eixo. No ano letivo de 2010, participei da Especialização *Lato Sensu* em Gestão Escolar, ofertado pela Escola de Gestores da Educação Básica/UFBA, para a qual desenvolvi um projeto nos horários de AC utilizando o método da pesquisa-ação. Esse projeto foi concebido na categoria de formação continuada informal, assim entendida como “situações que ocorrem no cotidiano da ação docente” (Figueiredo, 2011, p. 37). Com esse projeto, buscou-se conhecer a história da educação profissional, o perfil do professor da EPT e o Plano Estadual de Educação Profissional, tomando-se como base Sílvia Maria Manfredi (2003) e Cleunice Rehem (2009). Esse projeto foi muito importante para divulgação das formações recebidas nos diversos momentos voltados à EP que aconteciam na capital do estado. A título de exemplo, seguem alguns eventos organizados pela Suprot na etapa de implantação e desenvolvimento da Rede de EPT baiana, anterior ao golpe que apeou a Presidenta Dilma Rouseff da Presidência da República, dos quais eu participei:

- Capacitação de Gestores dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia, 60 horas, setembro de 2009;
- Fórum Trabalho, Educação e Desenvolvimento: Desafios e Perspectivas da Educação Profissional, 24 horas, outubro de 2009;
- Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia, 48 horas, realizada em duas etapas no ano de 2010;
- II Encontro de Educação Profissional da Bahia/ Feira de Ciência e Tecnologias Sociais da Educação Profissional da Bahia, 24 horas, agosto de 2011;
- Oficina de disseminação de metodologias e estatísticas sobre o mundo do trabalho, 16 horas, novembro de 2015;
- II Encontro de Formação com Coordenadores Técnicos e Pedagógicos da Educação Profissional, 24 horas, março de 2016.

¹⁴ A Suprot instituiu essa função a ser desempenhada por alguns professores que tinha parte de sua carga horária disponibilizada para coordenar cada curso.

Entretanto, o maior investimento em matéria de formação voltada para a EP foi a “Especialização em Metodologia do Ensino para Educação Profissional” ofertada pela UNEB nos *campi* de Irecê, Serrinha, Itabuna, Valença, Juazeiro, Barreiras, Alagoinhas e Vitória da Conquista entre os anos de 2013 e 2015, com carga horária de 450 horas de trabalho pedagógico, sendo 300 horas presenciais e 150 horas a distância pela Plataforma Moodle. Foram ofertadas 1620 vagas a professores, gestores e coordenadores pedagógicos, das quais foram preenchidas 1414. Entretanto, somente 976 cursistas concluíram a especialização, o que representa uma taxa de 69% de aproveitamento. Em linhas gerais, o curso foi organizado para oferecer elementos que permitissem aos professores de EP da Bahia uma “[...] reflexão sobre os limites das suas práticas pedagógicas, por meio da compreensão de sentidos teóricos de uma educação integrada e humana” (Machado, 2018, p. 87).

O polo que atendeu o Território da Bacia do Paramirim foi o de Barreiras. Nesse Território foram selecionados 20 agentes da EP, dos quais 15 concluíram a Especialização em Metodologia para a Educação Profissional. O P3 fez a seguinte avaliação desse curso:

Foi uma pós muito boa porque a gente tinha a possibilidade de estabelecer uma aproximação entre o que a gente discutia lá e aquilo que a gente aplicava cá. E a gente levava também eh... material, situações para discutir lá... no próximo encontro. [...] Então, nesse caso, o estado nos atendeu muito bem, porque foi um curso eh... mantido pelo estado, mas que tinha essa proposta de fazer essa aproximação, como você disse, teoria/prática (P3, 2023).

Concomitante à oferta da especialização pela UNEB, houve a oferta de outra especialização para gestores dos Sistemas Estaduais de Ensino pelo MEC, no Instituto Federal do Paraná, para todo o Brasil. Alguns gestores baianos foram convidados a participarem, inclusive eu, que apresentei a monografia “Médio Profissionalizante: oportunidade para o desenvolvimento regional” (*sic*).

5.1.3 Programa Primeiro Emprego: integração de programas de emprego e renda

Os estudiosos da área da EP são unânimes em apontar a integração de programas de emprego e renda a ela como a fórmula para sua efetividade. Nessa perspectiva, o Governo da Bahia instituiu o “Programa Primeiro Emprego” (PPE) por meio da Lei nº 13.459, de 10 de dezembro de 2015. Esse Programa proporciona o contrato temporário de egressos da EPT para atuarem em órgãos públicos, pelo prazo de dois anos. O critério para contratação é o rendimento médio escolar durante o período do curso, em ordem decrescente. O Projeto

quebra o paradigma de não se contratar por falta de experiência e, por isso mesmo, estimula o comprometimento estudantil para se conseguir boas notas. O critério de bom rendimento durante o curso impede qualquer interferência da política local, pois a convocação escapa até mesmo ao controle da própria escola, uma vez que é realizada pela Setre por meio de telefonemas, e-mails ou qualquer outra forma de comunicação direta com os egressos selecionados. Atualmente, o PPE é regido pela Lei nº 14.395, de 16 de dezembro de 2021.

Na entrevista com o CT5, ele se refere mais de uma vez ao PPE como porta para o mundo do trabalho tanto para o governo estadual como para o governo municipal. Ao lhe ser solicitado exemplos concretos de contribuição do Cetep da Bacia do Paramirim que configurassem indícios de desenvolvimento regional, ele respondeu prontamente:

Assim, mais concreto que pode dizer, nós temos, por exemplo, Fulana, hoje na CAR [Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional], que ela foi selecionada para o Programa Primeiro Emprego, que foi a partir do estudo dela no Cetep, né? E depois que terminou o contrato dela com o Primeiro Emprego, surgiu uma vaga na CAR, e ela concorreu a essa vaga, e ela foi selecionada justamente por conta assim que ela fez um excelente trabalho com o Primeiro Emprego, por conta da formação dela no Cetep ajudou muito, né? (CT5, 2023)

Na continuidade da entrevista, o CT5 volta a falar de outras três jovens contratadas pelo Primeiro Emprego para trabalharem na CAR, com destaque para uma delas com muita habilidade para abordar o agricultor no preenchimento da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) e se recordou de outra jovem que passou pelo mesmo órgão e aprendeu a trabalhar com DAP, CAF (Cadastro do Agricultor Familiar) e outros trabalhos ligados à agricultura e que, por isso, foi contratada pela Prefeitura de Boquira para servir à Secretaria Municipal de Agricultura. Esse exemplo ressalta a finalidade de continuidade da formação técnica prevista na legislação que norteia o PPE.

O PPE, sob a ótica estudantil, é visto como uma oportunidade pelo EI2 (estudante de curso integrado), que recomenda o ingresso em um curso profissional pelas oportunidades que ele proporciona: “[O aluno] pode já estar posteriormente trabalhando nessa área, fazer uma faculdade voltada a essa área, participar também do Programa Primeiro Emprego porque somente os alunos que fazem o curso técnico têm a oportunidade de serem chamados”. Cabe destacar que nos critérios de análise do EI2 está implícito o conceito de educação unitária ao apontar as possibilidades de ingresso imediato no mundo do trabalho e de continuidade dos estudos em nível superior.

5.2 A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CETEP DA BACIA DO PARAMIRIM

A expansão da EPT na Bahia, a partir de 2007, desencadeou-se a partir de uma epistemologia diversa daquela que norteou a profissionalização obrigatória imposta pela Lei 5.692/1971, que preparava o trabalhador para executar determinadas funções programadas por instâncias superiores, sem se envolver com o processo produtivo de forma consciente ou autoral. O modelo de educação integral adotado inspirou-se na politecnia pensada por Marx e Engels. A escola politécnica por eles preconizada deveria integrar educação intelectual, educação corporal e “[...] educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e [...] inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares e dos diversos ramos industriais” (Marx; Engels, 1992, p. 60). Esse seria o modelo que daria materialidade a um projeto novo de educação que preservaria as crianças e os adolescentes dos efeitos de um sistema explorador da classe operária e que somente seria possível pela ação do Estado, por meio de legislação impositiva (Marx; Engels, 1992).

Ao se aderir ao modelo de educação integral, o trabalho foi adotado como princípio educativo e a pesquisa/intervenção social, como princípio pedagógico. Essas práticas dão protagonismo à pessoa humana na investigação e transformação de sua realidade, em primeiro plano, por meio do trabalho intelectual e físico, contribuindo com a formação da pessoa omnilateral. Essa nova forma de fazer educação foi destacada pelo D5 ao afirmar que “a Suprot era bem pedagógica. Ela não via a educação como uma única via, o modelo da Suprot previa teoria e prática” e reconhece que o Cetep da Bacia do Paramirim conseguiu dar vida a esse modelo referindo-se ele como um “marco de gestão administrativa e pedagógica” (D5, 2023), fazendo, dessa forma, uma grande diferença.

A omnilateralidade, há pouco mencionada, é um dos vetores da concepção marxista de educação, ao lado de uma educação pública, gratuita, obrigatória e única, combinada com a produção material e integrada reciprocamente à sociedade (Rodrigues, 2008). Sousa Júnior (2008) afirma que a omnilateralidade se realiza com a superação das relações burguesas e, por isso é uma busca da práxis revolucionária. Descreve a pessoa omnilateral como aquela que se define não propriamente pela riqueza do que o preenche, mas pela riqueza do que lhe falta e se torna absolutamente indispensável e imprescindível para o seu ser “[...] a realidade exterior, natural e social criada pelo trabalho humano como manifestação humana livre” (Sousa Júnior, 2008, p. 284). A nosso ver, a pesquisa, ou o conhecimento da realidade, por meio de estudo bibliográfico, análise documental, visitas técnicas, entrevistas, observações seguidas da

intervenção social é, na prática do trabalho pedagógico, sinal da construção da pessoa omnilateral, fazendo-a “[...] capaz de produzir e fruir ciência, arte, técnica” (Rodrigues, 2008, p. 169).

A análise da oferta da Educação Profissional pelo Cetep da Bacia do Paramirim e seus Anexos, objeto desta subseção, será feita considerando-se a educação para a omnilateralidade que é o aspecto central e distintivo da proposta da EPT adotada pela Bahia, a partir de 2007. Para esta análise, consideraremos três categorias que são: educação para o trabalho, cultura e território de identidade.

5.2.1 Educação para o trabalho

A preparação para o trabalho é o traço distintivo da Educação Profissional. Esse, como os demais aspectos, deve ser desenvolvido por profissional que tenha conhecimento específico na área. No primeiro ano de funcionamento dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Vendas, foram aproveitados os professores efetivos do antigo CEAS com formação afim ou com experiência extraescolar. O P2 refere-se a essa realidade:

Em termos de formação, eu não tive por parte da Secretaria da Educação. Eh...mas eu sempre me senti preparada pela vivência, né? que eu tive como gestora eh...nos diversos ambientes pelos quais eu passei. [...] mas já me sentia com uma bagagem muito grande e no Eixo então, no qual fui programada que é Gestão e Negócios, para mim foi...foi um presente! (Entrevistador: Porque também tem sua formação acadêmica que é Contabilidade, né?)... que é Contabilidade! Então para mim foi um presente (P2, 2023).

Mas a partir de 2009, a SEC realizou seleções públicas para professores/bacharéis que pudessem assumir as disciplinas técnicas específicas ou autorizou a contratação de serviço temporário. No biênio 2009 – 2010, foram contratados onze profissionais para atenderem às necessidades da Educação Profissional, no Cetep da Bacia do Paramirim, como especificado a seguir: um administrador, uma engenheira agrônoma, uma engenheira mecânica, dois técnicos em Contabilidade com graduação em Pedagogia e seis enfermeiros (Bahia, 2007b). O trabalho do bacharel sem nenhuma formação pedagógica às vezes é dificultado pela ausência de uma postura didática. Romanowski (2010) elenca estes três elementos como saberes da docência: saber específico, saber pedagógico e saber da experiência, os quais se complementam para o êxito do trabalho pedagógico. O D3 fez este desabafo pertinente à dificuldade do bacharel em adaptar-se às exigências do ritual escolar: “[...] era um trabalho danado porque, por falta de profissionais, às vezes, o profissional que a gente conseguia não tinha experiência. Muitas

vezes a gente tinha que sentar com a planilha, planejar, fazer caderneta, mas foi um trabalho que hoje eu vejo que valeu a pena” (D3, 2023).

O receio, o medo mesmo dos professores do antigo CEAS, já mencionado, foi-se transformando em um fazer consciente da Educação Profissional como resultado da compreensão de sua epistemologia. E um trabalho bonito passou a ser desenvolvido. Visitas técnicas a outras realidades e à realidade local foram realizadas, como recorda o EI4:

Durante esses quatro anos, eu conheci outras culturas através do curso, porque a gente teve oportunidade de conhecer, por exemplo, a Chesf, em Sobradinho. Uma experiência muito gratificante, algo que muito, assim... a gente depois do curso. E entre outras coisas que a gente participou, por aqui por perto também, como foi as Agrovilas em Bom Jesus da Lapa. [...] Inclusive o professor Alex levou a gente para aquela região ali do Alto da Pindoba, onde a gente teve a oportunidade de... de conhecer mais aprofundadamente aquela área serrana e, inclusive, a gente viu no dia lá um bugio [...]. Tivemos essa experiência maravilhosa (EI4, 2023).

Naturalmente que as visitas técnicas são momentos pontuais nos cursos técnicos, planejados dentro de determinados contextos com objetivos definidos. Além dos objetivos explicitados e perseguidos pelos professores, pode-se falar também em “objetivos ocultos”, numa analogia ao currículo oculto. Trata-se da viagem propriamente dita que, para estudantes filhos da classe trabalhadora, em sua maioria, é a primeira experiência fora do ambiente família-escola: usar um ônibus convencional, entrar em um restaurante e solicitar uma refeição, o contato com tecnologias desconhecidas como o elevador ou a escada rolante. Essas são ações que também contribuem para a emancipação do jovem estudante. Para o EI3, a visita técnica realizada em Vitória da Conquista foi decisiva para seu primeiro emprego em uma grande empresa regional: “[...] eu conhecia a cidade lá através do curso de Vendas. Aí eu tive até oportunidade de ir para Barreiras, para trabalhar em posto também, só que eu preferi Conquista por causa do curso” (EI3, 2023).

Na rotina da sala de aula, os professores passaram, o quanto possível, a desenvolver projetos e ações de forma interdisciplinar, buscando unir, na teoria e na prática, disciplinas da Base Nacional Comum e Formação Técnica Geral ou Específica.¹⁵ O “Projeto Opará” foi um dos primeiros desenvolvidos, no Curso Técnicos em Meio Ambiente e encabeçado pela professora de Geografia. Esse projeto foi citado pelo EI4 nestes termos: “Teve projetos como o “Opará”, que foi conhecendo o São Francisco e aí a gente teve a oportunidade de conhecer o rio Santo Onofre, rio Paramirim...e conhecer nossa Bacia, ne?” (EI4, 2023). Ao final dos

¹⁵ A matriz curricular inicial dividia as disciplinas em três blocos as da Base Nacional Comum, as de Formação Técnica Geral (comum a todos os cursos técnicos) e as de Formação Técnica Específica.

estudos teóricos e visitas técnicas, realizou-se uma apresentação artística no palco da escola e uma exposição com fotos, dados e amostra das águas dos três rios citados. Este projeto, como outros citados ao longo desta seção, coaduna com esta afirmação de Kavalkievicz (2020):

[...] a concepção de educação para contribuir com o desenvolvimento local, devolvendo os conhecimentos, habilidades e valores desenvolvidos no âmbito da formação na educação profissional à sua comunidade, por meio de projetos, produtos e serviços de acordo com a área de sua formação [...] objetivando alcançar condições ao/à estudante de permanência em seu local de origem como cidadão/ã pleno/a, como um sujeito de direitos e capaz de intervir no mundo do trabalho e na sociedade (Kavalkievicz, 2020, p. 196).

As aulas, em especial das disciplinas de formação técnica, foram, sempre que possível, práticas ou prepararam para a prática. O EI2 relata: “a gente fez hortas, tinha e ainda tem o viveiro aqui no colégio, desenvolvido pelos alunos do curso de Agroecologia” (EI2, 2023). O EI1 avalia desta forma a união entre teoria e prática:

Foi bem balanceada. Por exemplo, o que eu aprendi quando fui estagiar, o que eu via em sala de aula, o que os professores falavam em sala de aula, eu levei para a prática. Isso me ajudou bastante. Tanto, você vê, lá no estágio a gente organizava estoque, prateleira, atendimento... tudo foi, basicamente, eu desempenhei de acordo os professores me ensinaram em aula (EI1, 2023).

O estágio se apresenta como “complemento da aprendizagem em ambiente real de aprendizagem” (Lima, 2019, p. 147), sendo etapa fundamental para qualquer curso profissional, compondo sua matriz curricular. Atualmente, a carga horária de estágio para os cursos técnicos – exceto para o de Enfermagem – foi reduzida para 140 horas, sendo que a Portaria da Suprot nº 3704/2017 instituiu o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como requisito opcional ao estágio. O TCC deverá partir de “uma pesquisa empírica que, agregada à pesquisa bibliográfica, subsidiará o desenvolvimento do trabalho realizado pelo estudante” (Bahia [2017], p. 5), que poderá apresentá-lo na modalidade mais conveniente ao estudo realizado, a exemplo de: pesquisa teórico-científica apresentada em eventos, artigo científico, monografia, protótipo com manual teórico, maquete com memorial descritivo, plano de negócios, entre outras modalidades (Bahia, [2017]). Inicialmente, a carga horária era de 400 horas, desenvolvidas a partir do segundo ano, com real proveito para a formação gradativa do técnico. A referência que o EI5 faz ao seu estágio ratifica esse ponto: “[...] o estágio, a gente teve estágio de várias... várias áreas, né? da elétrica com profissional de elétrica, também com um mestre de obras, com engenheiros sempre nas obras, né? e foi bem interessante. O

conhecimento durante o estágio é muito bom também” (EI5, 2023). Essa diminuição drástica da carga horária do estágio é uma clara consequência da contrarreforma da educação brasileira iniciada em 2016, que diminuiu a possibilidade da dialética teoria-prática e, conseqüentemente, a possibilidade da formação integral pretendida pela educação profissional.

No grupo de interlocução, o P1 atribui a queda no número de empregabilidade dos egressos dos cursos técnicos à redução da carga horária do estágio: “No momento em que eram 400 horas/estágio, era feito em diversos momentos, acompanhados pelo professor. O índice de procura, contratação caiu”. Questionado se houve saturação, o professor respondeu que “não, porque há rotatividade no comércio” (P1, 2023).

A partir do ano letivo de 2010, ano da conclusão da primeira turma do Curso Técnico em Enfermagem na modalidade subsequente, o Cetep da Bacia do Paramirim realizou uma série de “Feiras de Conclusão de Curso”. A fala do ES2 (estudante de curso subsequente) demonstra a oportunidade de intervenção social proporcionada por esses eventos: “Nós tivemos feira de saúde, nós eh... aferimos pressão, nós aferimos glicemia, nós falamos sobre alguns tipos de doença, na época meu tema foi DST” (ES2, 2023). Essas feiras apresentavam o produto do trabalho dos cursos com turmas concluintes a cada ano. Durante a quarta feira, realizada em 2013, aconteceu um seminário com representantes do Executivo Municipal de Boquira, Ibipitanga e Macaúbas, para o qual foram convidados os Secretários de Agricultura, de Educação, de Meio Ambiente e de Saúde dos oito municípios do Território de Identidade da Bacia do Paramirim. Como resultado desse evento, foi elaborado um documento dirigido ao Governo Estadual solicitando a abertura de concurso público para seleção de professores efetivos para a EP, designação de secretários escolares, oferta de segunda graduação voltada à Educação Profissional para professores efetivos e garantia de salários condizentes, pois a contratação de um engenheiro civil ou arquiteto, por exemplo, para o curso de Edificações tornava-se difícil pelo salário pago. Este é um exemplo da prática do controle social exercitado na política da adoção dos Territórios de Identidade pelo estado da Bahia.

O Anexo Centro Educacional São Sebastião de Caturama realizou em 2015 uma “feira agro”, envolvendo os cursos subsequentes em Agroecologia e em Administração. O evento teve uma grande repercussão social por se tratar de uma cidade de pequeno porte. O ES11 recordou-se dessa feira: “[...] essa ‘feira agro’, ela foi dividida em grupos, eh... porque assim eu acho talvez eh... eu acho que foi uma das melhores partes, né? do curso, foi aquela feira,

onde a gente pôde eh... pegar os conhecimentos né? teóricos todos e aplicá-los [...]” (ES11, 2023).

O desenvolvimento dos cursos ofertados ao longo dos anos, na sede do Cetep e em seus Anexos não foi uniforme, no que se refere, principalmente à prática, seja por falta de laboratórios específicos, seja por falta de campo em cada localidade. Algumas situações foram contornadas com criatividade e formação como relata o P4, após mencionar a ausência de laboratório: “Só depois, com o tempo e com os estudos que foram feitos, com a formação que foi feita, é que a gente foi enxergando possibilidade de trabalhar com a formação eh... dentro daquele espaço que a gente tinha” (P4, 2023). Em outras situações, a prática ficou realmente deficitária com desabafa o ES5: “Gostei muito das aulas. O que faltou um pouco foi, assim, o laboratório, né? Pra experimentação, a pesquisa de campo. Ficou um pouco difícil para a gente” (ES5, 2023). Assim é que Machado e Ferreira (2019) denunciam a falha dos governos mais progressistas que estiveram à frente das ações políticas públicas no Brasil entre 2003 e 2016 por não terem construído mudanças consistentes na estruturação da EPT, concluído que “Um dos aspectos mais importantes desse contexto revela-se na precarização do trabalho dos professores de EPT, que atuam em diferentes programas, especialmente os professores vinculados às redes municipais e estaduais” (Machado; Ferreira, 2019, p. 102).

5.2.2 Imersão no mundo da cultura

A oposição rimada entre “natura e cultura” ou entre “natural e cultural” permite um entendimento amplo do conceito de cultura como sendo tudo aquilo criado pelo trabalho e pela imaginação humana. Nessa acepção, até mesmo os instrumentos de trabalho mais rústicos e seu manejo representam cultura. Segundo Ramos (2011b), “a dimensão ontológica do trabalho é, assim, o ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais” (Ramos, 2011b, p. 27).

Entretanto, o aspecto “cultura” que compõe a trilogia característica da educação integral, vincula-se à capacidade ética e estética de fruir a criação humana no campo da arte e da filosofia (Ramos, 2011b). Marx e Engels (1992) alertam que

se as circunstâncias em que este indivíduo evoluiu só lhe permitem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras, se estas circunstâncias apenas lhe fornecem elementos materiais [...] este indivíduo só conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado (Marx; Engels, 1992, p. 28).

Como ampliar o repertório cultural de jovens e adolescentes que, geralmente, não têm acesso a linguagens artísticas variadas e desenvolvidas em contexto diverso do seu? Como se sabe, tradicionalmente a escola tratou o conhecimento artístico com um peso inferior ao dado às demais disciplinas que compõem o currículo básico e, num curso técnico, as disciplinas de formação para o trabalho também têm peso superior. Nessa situação, o triângulo que deveria ser equilátero, representativo das três dimensões formadoras do homem integral, passa a ser, no mínimo isósceles. Na própria matriz curricular, o componente Arte aparece em apenas um ano da Base Nacional Comum para o Ensino Médio. Para superar essa carência, o Cetep da Bacia do Paramirim procurou, ao longo dos anos, desenvolver projetos, realizar eventos expor, enfim, arte para seu público estudantil, como se exemplificará a seguir.

A nível institucional, a SEC realiza, anualmente, projetos artísticos que, inicialmente, se chamaram projetos estruturantes, os quais envolvem diversas linguagens artísticas, se não todas. Os estudantes participam da produção de trabalhos ou da culminância com exposições e saraus lítero-musicais. Além da culminância local, quase sempre, a culminância regional do NTE 12, ou parte dela, ocorre nas dependências do Cetep da Bacia do Paramirim, possibilitando a integração com todo o Território de Identidade.

Afora essa programação anual, o Cetep realiza eventos próprios como semana do aniversário da escola com saraus, campeonatos esportivos, exposições, com destaque para a “Exposição do Cinquentenário”, em 2010. Também é comum a homenagem ao aniversário de Macaúbas – 6 de julho – com exposições, palestras, gincanas (Bahia, 2005). Além desses eventos, merecem destaque quatro ações que serão apresentadas a seguir.

Os desfiles de 7 de Setembro assumiram uma conotação para além do aspecto cívico que lhe é inerente e transformaram-se em eventos cívico-alegóricos. Nos anos em que são realizados, um tema é escolhido e desenvolvido em fantasias, coreografias e carros alegóricos, sem perder sua feição tradicional de marcha ritmada, com os estudantes subdivididos em pelotões. O Livro de Eventos da escola registra dois desses desfiles: o de 2009 e o de 2015. No primeiro, o tema foi “Uma Nação se faz com Educação”, no contexto do cinquentenário da instalação do Centro, como “Ginásio Estadual de Macaúbas”. Esse tema motivou a apresentação dos cursos técnicos então ofertados pela escola, também como uma forma de marketing, pois a transformação do CEAS em Cetep da Bacia do Paramirim era recente e a população não aceitava a mudança da denominação da escola que formara tantas gerações. Ao final desse desfile, uma faixa deixava o protesto que ainda não encontrou o eco desejado nas autoridades públicas: “E a universidade pública quando teremos?”. O desfile de 2015 adotou

o tema “Nas asas da leitura, uma viagem pela história do Brasil”, desenvolvido em subtemas como: Primeira leitura de Brasil, Duas Inconfidências e o sonho único de liberdade, O Romantismo e o projeto de Nação, Castro Alves: o poeta da liberdade (Figura 6), Modernismo: projeto de modernização do Brasil (Bahia, 2005).

FIGURA 6 – CARRO COM RÉPLICA VIVA DO MONUMENTO A CASTRO ALVES NA PRAÇA HOMÔNIMA EM SALVADOR



Fonte: arquivo do autor.

Um projeto artístico grandioso e de existência perene foi a construção de três painéis históricos em mosaico, expostos na alameda de entrada do Cetep. Pela ordem de visualização, o primeiro painel traz como título “A invasão da Vila de Macaúbas – 1878”, concebido por Eduardo Cambuí Júnior, o segundo, “Instalação do Ginásio Estadual de Macaúbas – 1960”, criação de Helbert Santana Figueiredo, que o assinou como “Ameba”, e, finalmente, “A origem de Macaúbas”, assinado por Aldo Ramos Nunes de Sousa. Os três painéis inauguram a iconografia de eventos importantes para Macaúbas. Dois deles são releituras histórica (primeiro) e literária, respectivamente de “O Capitão que desafiou o Império” (Alan Figueiredo) e do conto de Antônio Chaves, inserto em seu romance “A Caminho da Colina”. O terceiro painel, que se refere à instalação do Ginásio Estadual de Macaúbas, foi idealizado a partir dos relatos da ata correspondente à inauguração do Ginásio. Ressalte-se que o evento de 1878 foi tema para uma crônica de Machado de Assis publicada no semanário “O Cruzeiro”

em sua edição de 18 de agosto de 1878, a qual motivou o livro citado. Esses painéis, executados pelos estudantes dos cursos em Edificações e em Meio Ambiente com grande parte de revestimentos descartados, em 2012, envolvem as pessoas que adentram o Cetep da Bacia do Paramirim, instigando a curiosidade e atuando como uma exposição artística permanente, como é próprio da arte muralística.

Uma terceira ação que visa à formação cultural dos estudantes do Cetep da Bacia do Paramirim é a publicação de opúsculos de caráter literário ou técnico; neste momento, serão citados quatro trabalhos artísticos. O primeiro foi publicado em 2010, intitulado “Prosa e Verso para os 50 anos do Cetep”, reunindo textos de professores e estudantes produzidos em diferentes momentos, com destaque para alguns produzidos especialmente para comemorarem o cinquentenário da escola. Depois, foram publicados dois números da “Antologia Estudantil”, reunindo textos produzidos em projetos escolares, nos anos letivos de 2016 e 2019. Este ano marca a anexação de um colégio de ensino médio ao Cetep, na política de criação de complexos educacionais. Poeticamente são retratadas visões diversas do momento da parte de quem recebeu novos colegas e da parte de quem chegou, machucado por ver sua escola desaparecer. Albânia e Leonardo, estudantes do 3º ano do Curso Técnico em Administração, escreveram na crônica “Cetep, as asas da educação”: “Representa agora não mais uma história, mas duas. A família cresceu. Os filhos se multiplicaram e as alegrias se renovam cada vez mais. Para seus 59 anos de lutas e vitórias, um marco inesquecível, o que era dois, agora, torna-se único” (Cetep, 2019, p. 13). Em tom semelhante, os estudantes José Júlio Figueiredo e Suzilaine Santos do 2º Ensino Médio, portanto egressos do Colégio Prof. José Batista da Mota, escrevem no poema “Evolução”: “No ano de 2019/ Houve mais evolução/ Por consequência do governo/ O colégio teve uma criticada união//O JB se integrou/ Ao Cetep em uma fusão/ Com o compromisso/ de uma melhor educação” (Cetep, 2019, p. 27). Por fim, as estudantes Maria Gabriela, Poliana Pandora e Vanessa de Jesus, também do 2º Ensino Médio, registraram em versos de tristeza e decepção pelo ato governamental, sem consulta à comunidade: “Fomos arrancados do JB/ Como os sem teto de uma ocupação/ O que para eles é corte de gastos/ Para mim é corrupção//[...] O CETEP é um bom colégio/ É o lar de muitas pessoas/ Que escolheram estar nele/ Não que foram jogados aqui à toa” (Cetep, 2019, p. 24).

Neste ponto, parece-nos oportuno um parêntese para fazer menção à descontinuidade sofrida pela Educação Profissional como consequência da contrarreforma da educação iniciada pela Medida Provisória 746/2016, transformada na Lei Federal 13.415/2017, após um

crescimento exponencial da oferta no estado da Bahia. Kavalkievicz (2020) aponta a mudança do titular da Secretaria da Educação da Bahia, seguida da troca da direção da Suprot, como sinais das nefandas alterações que se iniciaram, de forma que “[...] a política educacional da educação profissional possibilitada pelo Decreto 5.154/2004 e as demais ações que o acompanharam perderam força no cenário nacional[...] dando vez novamente a concepção hegemônica na sociedade que se encontrava enfraquecida” (Kavalkievicz, 2020, p. 30) , desde 2003. O estado que poderia fazer alguma resistência dada a ideologia política de seu mandatário aderiu ao novo cenário. Em 7 de julho de 2018, o Secretário da Educação da Bahia e o Superintendente da Educação Profissional e Tecnológica, visitaram alguns municípios do Território da Bacia do Paramirim, concluído pelo Cetep, onde anunciaram que o Colégio Estadual contíguo seria extinto e anexado ao Cetep da Bacia do Paramirim para constituir um Complexo Educacional (Bahia, 2001). O ato oficial, publicizado algum tempo depois, causou uma grande grita na cidade de Macaúbas com a mobilização da comunidade liderada pelo Colegiado Escolar, mas não houve recuo por parte da SEC. Já não era mais tempo de exercício de controle social. Houve sim a aglutinação de modalidades diferentes de ensino médio, com a perda da identidade plena das duas unidades escolares.

Fechando parênteses, voltamos a comentar sobre o trabalho de publicações de opúsculos desenvolvido pelo Cetep da Bacia do Paramirim. Podemos constatar que essa ação motivou a poetisa Adriele Zânia, uma das participantes da primeira antologia (2016), a publicar na primeira Flimac (2018) sua obra autoral “Rabiscos de um Ser”. No ano letivo de 2023, foi lançado o opúsculo “Território Bacia do Paramirim: Conhecer e Reconhecer-se”, reunindo 23 poemas cordelísticos sobre os municípios que compõem esse Território de Identidade. Os poemas foram produzidos em aulas de Língua Portuguesa/Redação, a partir da pesquisa orientada pela professora de Geografia, com estudantes das turmas de 3º ano dos Cursos Técnicos em Administração e em Informática. A digitação e disponibilização do material em plataforma virtual foi orientada pelo professor de disciplinas técnicas do segundo curso.

Sem dúvida, a Flimac – Festa Literária de Macaúbas – é a maior contribuição do Cetep da Bacia do Paramirim com a formação cultural de seus estudantes e, para além desse público, o Território de Identidade da Bacia do Paramirim. A primeira edição da Flimac ocorreu nos dias 13 e 14 de novembro de 2018 com o objetivo explícito de “Incentivar a leitura em suas diversas modalidades e suportes, atribuindo a ela sentido pleno e estimulando no educando hábitos inerentes a essa competência, contribuindo, desse modo, na formação de valores e

construção da cidadania” (1ª Festa Literária de Macaúbas, 2018). Outro objetivo não pensado no momento do planejamento do evento, e que foi plenamente alcançado, foi a integração do Território da Bacia do Paramirim, chegando mesmo a extrapolar esse limite geográfico, como se verá nesta rápida explanação.

Nas duas edições, a Flimac contou com representações da UFBA, UNEB e UESB, notadamente da Professora Nelma Arônia de Sousa /UNEB, que preferiu as duas conferências de abertura e dirigiu oficinas. Em suas duas edições foram lançados livros de autores macaubenses, de Boquira, Érico Cardoso, Ibipitanga, Brotas de Macaúbas (Território do Velho Chico) e Guanambi (Território do Sertão Produtivo). Houve participação dos municípios de Caturama e Paramirim em apresentação teatral e mesas redondas. Artistas do Território da Bacia do Paramirim realizaram exposições permanentes, além da realização de oficinas, sessões de cinema, apresentações musicais e teatrais com atores locais e de lugares longínquos como Ipitanga (Lauro de Freitas) e Brasília. Enfim, a Flimac foi pensada e realizada pelo Cetep da Bacia do Paramirim com o apoio de órgãos públicos e instituições culturais, voltada inicialmente para seus estudantes, mas que teve uma adesão forte de outras escolas da cidade e do Território, como o Colégio Estadual Paramirim e da Escola Municipal Monteiro Lobato, de Boquira. A participação desta escola foi bastante significativa e simbólica, pois o lançamento do livro “Árvore Encantada”, praticamente abriu a primeira Festa (Figura 7).

FIGURA 7 – CAPA DO LIVRO “A ÁRVORE ENCANTADA” – 2018



Fonte: foto do autor.

O livro foi escrito por professoras escribas e ilustrado por estudantes da Educação Infantil dentro do projeto “Professores Jardineiros”, desenvolvido pelas professoras Marlene Magalhães Oliveira e Sandra de Souza Porto. Este trabalho foi tão motivador que os mesmos estudantes produziram um outro livro – “Caça ao Tesouro na Árvore Encantada” – lançado no encerramento do ano letivo da escola (2018), na cidade de Boiquira. Pode-se avaliar essas Festas, interrompidas pela Pandemia da Covid 19, como plenamente exitosas, pois conseguiram pôr os estudantes como protagonistas, ao produzirem, e aprendentes, ao participarem, simultaneamente, de eventos variados e instigadores. Dessa forma, o Centro criou e ampliou relações com o entorno, pondo em prática uma das atitudes características do polo contra-hegemônico (Lima, 2019).

Mesmo fora do recorte temporal proposto para este estudo, é importante que se registre o retorno da Flimac com sua terceira edição, atendendo às expectativas dos agentes culturais e escritores do Território da Bacia do Paramirim, realizada no período de 17 a 19 de abril de 2024, envolvendo o aniversário de 64 anos da escola, com o tema “Cetep: arte e convivência”. Durante o evento, foram homenageados dois escritores ex-diretores do antigo

CEAS, houve lançamentos de livros de estudantes, professores e cidadãos do Território de Identidade, mesas redondas, com destaque para a palestra conferida pela professora Célia Tanajura Machado com o tema “A arte como caminho para a convivência e para a formação da juventude na educação profissional”. Um dos principais frutos da 3ª edição da Flimac parece ter sido o Primeiro Encontro Literário realizado pelo Colégio Municipal de Coqueiro, planejado após a participação de um grupo de estudantes na Festa Literária, no Cetep. Essa comunidade rural situa-se na área serrana de Macaúbas, a 37 quilômetros da sede municipal; comunidade de pequenos agricultores familiares, sem outras fontes de entretenimento senão os encontros nas vendas, a celebração dominical da Palavra e as partidas de futebol. No evento, toda a comunidade se encontrou na escola (estudantes, pais, avós e professores) para uma manhã diferente, em que a literatura foi o centro das atenções, numa ação de interiorização da cultura.

5.2.3 Colaboração na construção da consciência territorial

A concepção de “território de identidade” está atrelada à participação efetiva das pessoas que habitam o espaço geográfico definido como tal. A vontade governamental não é suficiente para a efetivação do conceito de território de identidade, pois o envolvimento social é o fator preponderante. Silva e Silva (2018) observam que “[...] o governo organizou o estado dessa forma para que a participação da sociedade civil em todas as etapas sociais fosse efetiva, pois os TI’s são espaços de histórias, crenças, valores e traz em si a busca pela coesão social” (Silva; Silva, 2018, p. 58). Dessa forma, é necessário que as populações compreendam e utilizem esse espaço aberto pela administração social. Alconforado (2024) ensina que a territorialização é “vontade local de desenvolvimento”, portanto o processo de territorialização – ou processo de construção de território – precisa ser divulgado e estimulado para que o resultado esperado de superação da miséria e integração de todas as regiões baianas com elevação da qualidade de vida se concretizem. O Cetep deve ser um dos agentes dessa construção, ao lado de sindicatos, associações, órgãos estaduais, colegiados e fóruns e conferências, por exemplo.

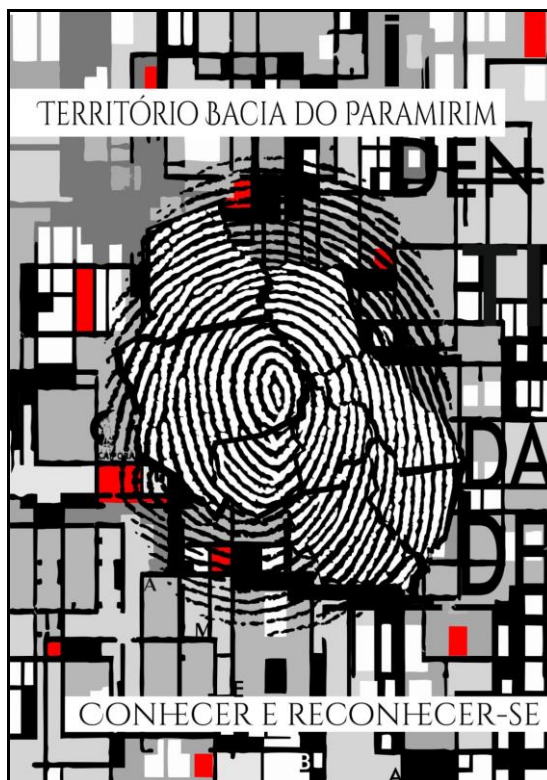
Desde a sua criação, o Cetep da Bacia do Paramirim sempre desenvolveu projetos voltados à territorialização. A própria oferta de Anexos em cinco dos municípios que compõem o Território ou a procura do Centro por estudantes de outros municípios, embora pontualmente, são indícios desse trabalho formador de consciência territorial. Desde o início dos cursos técnicos são desenvolvidos projetos interdisciplinares capitaneados pelo

componente Geografia para estudo da divisão da Bahia em Territórios de Identidade, como outrora se estudava a divisão em Microrregiões. Mas o trabalho não se restringe à teoria em sala de aula, como demonstram alguns projetos adiante comentados. Passamos a palavra agora ao P4, que comenta o projeto “Conhecendo o Território”:

Nós fizemos um trabalho, foi um estudo sobre o Território. Eh...os alunos, na grande maioria, eles mal conheciam o caminho de quando eles chegam na escola, e quando eles chegam na cidade até a escola, eles não conhecem nem a cidade de Macaúbas mesmo. E aí a gente proporcionou, através das visitas técnicas que os alunos pudessem conhecer outras cidades, né? que são as cidades do Território. Então, quando desenvolveu um projeto chamado “Conhecendo o Território”, nós fizemos um trabalho de pesquisa antes, buscando a história e a formação de cada município, as suas principais atividades econômicas. A gente buscou cada município antes, através da pesquisa e depois eles foram para conhecer a cidade [...] Também tinha oportunidade de conversar com alguns secretários [...] que falavam sobre alguma coisa daquele município (P4, 2023).

Esse projeto foi repaginado no ano letivo de 2023 com o nome de “Território Bacia do Paramirim: Conhecer e Reconhecer-se”, já mencionado na subseção anterior. Entretanto, nesta versão, o trabalho de pesquisa foi todo virtual pela escassez de recursos destinados à EPT atualmente. O produto deste trabalho foi um opúsculo com 23 poemas produzidos coletivamente, mais o bônus de um acróstico formando “Bacia do Paramirim”, cuja estrofe final cobra, mais uma vez a universidade pública: “Muita coisa há pra se dizer/ E muito mais por fazer/ Mas o que mais nos entristece/ E nos faz gritar em súplica/ É de sermos o único Território/ Sem universidade pública.” (Bahia, 2023, p. 36). Este trabalho traz uma capa bastante significativa produzida pelo artista plástico cognominado Ameba (Figura 8) e que deu à obra o título de “Identidade”.

FIGURA 8 – CAPA DA ANTOLOGIA “TERRITÓRIO BACIA DO PARAMIRIM: CONHECER E RECONHECER-SE” (2023)



Fonte: arquivo da professora Acidália Figueiredo.

Em um movimento oposto aos dos projetos citados acima, no ano de 2013, ano em que foram instalados os quatro primeiros Anexos, o Cetep da Bacia do Paramirim desenvolveu o “Projeto Integração” com recursos do PMEP – Programa de Melhoria da Educação Profissional – que consistiu em trazer os estudantes dos Anexos para conhecerem a sede. Durante as visitas, os estudantes conheciam o espaço físico e, no Laboratório de Informática, era apresentado um pouco da história da instituição e da EP. O “Livro de Visitas” da escola registra as visitas dos estudantes de Paramirim, Caturama e Boquira. Esses foram também momentos em que estudantes e professores acompanhantes relatavam suas dificuldades. Na visita realizada pelo Anexo de Boquira, os estudantes elegeram uma colega para o contato permanente com a Direção a fim de se buscar a resolução de falhas que surgissem (Bahia, 2005).

O P2 também menciona dois projetos voltados para o desenvolvimento da territorialidade:

Nosso primeiro projeto [...] foi o “Guia Turístico”, quando os alunos [curso de Turismo] tiveram a possibilidade, através de visitas técnicas, de conhecerem né? os pontos turísticos dos municípios que compõem o Território da Bacia do Paramirim [...] Então eu fiquei extremamente feliz com o Guia que foi montado, porque teve a oportunidade do aluno conhecer. [...] eu entendo que na Educação Profissional, o que a gente tem que valorizar é a atividade prática [...] Além desse Guia, nós fizemos no curso de Contabilidade, o “Manual do Contador da Bacia do Paramirim”, que foi maravilhoso (P2, 2023).

Esses Guias foram impressos e lançados com todas as pompas que um evento dessa natureza requer, como forma de dar publicidade aos projetos e também pôr em relevo o protagonismo estudantil.

Concluimos aqui a exposição desses fatos com os quais buscamos ilustrar a prática pedagógica do Cetep da Bacia do Paramirim, trabalhando para concretizar as orientações pedagógicas de se formar o cidadão-trabalhador emancipado, inserido em seu Território de Identidade e apto também a alçar voos maiores em outros espaços, visto que a Bacia do Paramirim ainda não oferece Educação Superior pública e, para muitos, é oneroso um curso à distância em alguma universidades privadas que se proliferam pelos municípios historicamente esquecidos pelo poder público.

5.3 DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Retomamos aqui a imagem da pedra atirada no lago, com que Rodari (1982) ilustra a impossibilidade de se medir todos os efeitos e consequências de uma ação. Sendo impossível, portanto, esgotar todos os determinantes que possam confirmar a hipótese inicial que pretendemos averiguar com este trabalho de que a Educação Profissional contribuiu para o desenvolvimento da Bacia do Paramirim, serão elencados alguns relatos a seguir, categorizados em aspectos econômico, político, ambiental e cultural. Essa segmentação, necessária porque didática, não precisa ser compreendida de forma estanque porque os aspectos, quase sempre, se interpenetram, se complementam e podem acionar um ao outro.

5.3.1 Desenvolvimento econômico

Reafirmamos aqui nossa posição de não superdimensionar o desenvolvimento econômico, mas concordamos com seu poder disseminador de mudanças no padrão de vida de uma comunidade ou região, pois “[...] a atenção às demandas econômicas permite potencializar as cadeias produtivas e desenvolve o território, dando-lhe ferramentas

fundamentais para que desenvolva seu trabalho com tecnologia e dignidade” (Bahia, [2008], p. 90).

Inicialmente, serão citadas falas de egressos do Cetep da Bacia do Paramirim, os quais relatam sua ascensão econômica por conseguirem trabalho novo compatível com sua formação. Consideremos que cada trabalhador com salário digno desencadeia uma série de transformações ao seu redor, a partir da elevação do próprio padrão de vida bem como de sua família, desencadeando o aquecimento das redes de comércio e de serviços, como uma bola de neve, ou como a “pedra atirada ao lago” de Rodari (1982).

O ES2 respondeu positivamente à minha pergunta sobre o impacto positivo que a EPT pudesse ter proporcionado à sua vida familiar, econômica e cultural, pois mudou de profissão, melhorou a educação de seus filhos, pôde dar assistência a uma irmã portadora de câncer, aumentando o tempo de vida previsto pela medicina e hoje está em estágio de um curso em Enfermagem de uma faculdade particular. Da mesma forma, o ES9 após concluir o curso em Contabilidade, encantou-se com a área, conseguiu emprego, depois abriu seu próprio negócio em um bairro novo da cidade e está cursando a faculdade de Ciências Contábeis e, como se identifica com a área trabalhista fez um segundo curso técnico, Serviços Jurídicos, buscando ampliação de conhecimento na área. Eis um resumo da autoavaliação que fez: “Hoje sou empreendedora, tenho minha empresa, estou quase cumprindo minha faculdade de Ciências Contábeis, que foi uma opção por conta do técnico, porque eu preciso tirar meu registro e eu preciso fazer a faculdade, né?” (ES9, 2023).

O ES9 se autodeclara empreendedor que, não se pode negar, está conseguindo sucesso. O empreendedorismo entrou na pauta a EP da Bahia a partir de 2012 como disciplina independente para alguns cursos, depois associada ao cooperativismo até firmar-se em todos os cursos na forma da disciplina “Mundo do Trabalho, Empreendedorismo e Intervenção Social”. Juntando-se três temas no bojo de uma única disciplina, o empreendedorismo se iguala aos outros dois que são realmente essenciais para a EP. Entretanto há que se considerá-lo, como ele realmente o é, como um tema ou prática neoliberal que se infiltrou na Educação Profissional. Oliveira e Frigotto (2023) alerta sobre a falácia novidadeira do empreendedorismo por meio da qual “incute-se nos ‘candidatos e empreendedores’ a crença de que é preciso ter disciplina e esforço demasiado para que seus empreendimentos sejam prósperos e exitosos [...] Naturaliza-se, assim, a necessidade de sofrimento e exploração presentes para se almejar sucesso no futuro” (Oliveira; Frigotto, 2023, p. 383 – 384). Semelhantemente, Castro, Gawryszewski e Dias (2022) atribuem ao empreendedorismo um

papel adestrador da sociedade do capital sobre o trabalhador a fim de que este se insira no mundo do trabalho perfeitamente integrado à precariedade, pois, somente o esforço do empreendedor não é garantia de sucesso no futuro. Formados assim, os que não o conseguem êxito não se sentirão frustrados, mesmo engrossando o número de desempregados e desocupados sem possibilidade de garantir vida digna para si e para sua família.

Outros estudantes de cursos subsequente buscaram o aprimoramento de seu trabalho com conhecimento sistematizado. O ES8, por exemplo, buscou o curso em Turismo para se aprimorar, uma vez que já organizava excursões. Ao falar sobre seu percurso formativo, demonstra algumas especificidades da EPT, como sejam as visitas técnicas e a intervenção social. Ele relata: “nós fizemos várias viagens aqui na... Bacia do Paramirim, no... na Chapada Diamantina...nos ajudou bastante! Foi Rio de Contas, Lençóis... nós fomos. Tivemos vários contatos com outros guias em turismo que nos ajudou bastante” (ES8, 2023). Infelizmente, a intervenção social, que precisa ter mão dupla, quase sempre não encontra *feedback*, pois mesmo em se tratando de uma região com grande possibilidade de se abrir ao turismo como fonte de renda, a municipalidade, em Macaúbas, não deu atenção devida ao trabalho dos estudantes do Curso Técnico em Turismo, como relata o mesmo estudante: “Nós fizemos vários projetos também, Alan, que tá... tá na Prefeitura, e não saíram do papel [...] tá até lá, na Prefeitura, né? não sei em qual local” (ES8,2023).

Outros exemplos de busca por aperfeiçoamento em sua formação são o ES5 e o ES7. O primeiro tinha os conhecimentos rudimentares para tocar violão, por isso ingressou no curso de Instrumento Musical. O curso forneceu-lhe aporte teórico que lhe permitiu abrir um curso particular do instrumento que já conhecia. Já o segundo, trabalhava em uma instituição religiosa e fez o curso de Secretariado que lhe possibilitou o aprimoramento de suas funções: “[...] eu já fazia aquele trabalho né? na Secretaria de lavrar a ata [...] Por um lado eu já tinha um macete como eu fazia e só fiz aprimorar aquela questão de montar, de como redigir. [...] questão de arquivo, que era com o que eu já lidava... como manter livros [...]” (ES7, 2023).

O ES6 ascendeu na empresa onde trabalhava como faxineira, após a conclusão do Curso Técnico em Análises Clínicas. De forma semelhante, o ES10, que se formou em um Anexo, relatou que trabalhava ganhando R\$ 500,00, R\$ 600,00 e hoje trabalha em um colégio como terceirizada. Temos ainda o relato do ES1 que, de assistente de classe, passou a secretário escolar.

O ES13, também egresso do curso de Administração ofertado em um dos Anexos, relata que:

[...] trabalhava numa lojinha bem pequenininha [...], se não tivesse feito esse curso eu não estaria trabalhando aqui na Empresa X[...] tava precisando de alguém para me ajudar. A gente pegou o currículo de várias pessoas ela [uma amiga] trouxe o dela, o... foi o marketing que na análise do currículo, e aí o dela foi um dos melhores justamente por conta do curso também. [...] Eu não precisei porque eu entrei no estágio (ES13, 2023).

O ES3 mora em uma das cidades do Território, distante 38km de Macaúbas, e deslocou-se diariamente aproveitando ônibus e vans que conduziam estudantes para cursos superiores semipresenciais de segunda à quinta-feira e usando sua própria motocicleta às sextas-feiras. O resultado obtido foi a aprovação em concurso público para a Polícia Militar e assunção da gerência de uma rede distribuidora de autopeças: “presente em quase todas as cidades da Bahia, então estou gerente, né? eu gerencio uma equipe de 25 funcionários. Eh... tem até autopeças no atacado, que é aqui onde nós estamos, que é um galpão bem grande. Tem a loja do varejo de moto [...]eu gerencio essas pessoas” (ES3, 2023). E, mais importante ainda, quando da entrevista em 2023, ele falou de projetos para o futuro:

Hoje estou gerente aqui na empresa e estou policial militar também. Só que no futuro eu não me vejo um gerente também, eu cuido também na parte de vendas online, então o meu foco no futuro é essa vida online. A gente também vai... tá com plano de uma operação eh... lá em São Paulo já tem um espaço lá, tem um galpão. Em setembro a gente está indo para lá para eh... poder fazer uma operação, montar uma operação de venda online lá, nos principais *marketplace*, [...] isso vai ser uma minha e uma do Fulano [...] aí no futuro eu pretendo ser só o, eh... empresário, vou pedir minha aposentadoria parcial aí da Polícia Militar... e pensar só na, nas vendas online, ser só empresário (ES3, 2023).

Entre os entrevistados, um estudante egresso do curso em Enfermagem contou que nunca conseguiu emprego com carteira assinada, embora tenha servido como voluntário durante um ano no hospital local. Mas consegue trabalhar como cuidador, eventualmente, como resultado de seu curso. O EI5, egresso do curso de Edificações, optou por não trabalhar na área de sua formação: “Tive oportunidade de estar exercendo a função, só que não era cômodo para mim; teria que sair da cidade morar em outro local [...] era trabalhar com energia eólica” (EI5, 2023).

Dois professores entrevistados apontaram mudanças estruturais no comércio local que atribuem aos cursos técnicos ofertados pelo Cetep da Bacia do Paramirim. O P1 relata o seguinte:

Houve uma grande mudança no comércio local. Talvez as pessoas não se toquem que essa mudança é porque neste momento tem muita gente que fez os cursos

técnicos do Cetep que estão trabalhando nessas áreas. Então eles sabem como tratar o consumidor, como organizar o comércio. Eu entro nos comércios aqui de Macaúbas, nos mercados principalmente, e eles tinham uma organização muito diferenciada...aí botavam aquela prateleira do iogurte lá no fundo, as guloseimas...hoje tá tudo na frente. [...] eu percebo e, às vezes, quando eu retorno nos lugares onde alunos meus estagiaram, eles falam assim: “Ah! foi fulano que me ensinou a fazer tal coisa, aquele menino que você botou aqui que sabia disso que me falou que era assim (P1, 2023).

O P5, no mesmo tom do professor anterior, relata:

Porque o comércio de Macaúbas tem crescido muito e esses alunos oriundos aí, a maioria... muitos, muitos empreenderam. Eu tenho feirantes aqui, mas com a barraca da feira toda organizada, toda planejada, cartão de crédito, boleto na barraca da feira, que são oriundos de lá do Cetep, que aprenderam a fazer a sua organização estratégica (P5, 2023).

O EI1, após relatar que seu primeiro emprego foi em consequência de seu estágio, relata sua situação atual: “[...] hoje tenho a minha própria empresa, né? [...] Hoje me considero independente. Então [o curso técnico] teve um grande impacto, principalmente em minha vida econômica” (EI1, 2023).

5.3.2 Desenvolvimento político

Para mensurar as contribuições que o Cetep da Bacia do Paramirim possa ter proporcionado ao Território, serão analisadas duas situações, quais sejam: possibilidade técnica que seus egressos apresentaram para o desenvolvimento ou implementação de programas governamentais e sua inserção na dinâmica de controle social.

O ES12, egresso do Curso Técnico em Agroecologia, reconhece que

Através desse curso, eu adquiri esse emprego aí, é uma... estou aqui hoje na Secretaria de Agricultura através de... juntamente com o Consórcio, né? Teve aí uma demanda aí eh... que precisava de uma assistência técnica no município através do projeto aí da... como fala... esqueci o nome... do Mais da Terra. Então a gente aqui do município de Caturama, são três técnicos na mesma área que eu tô atuando. Então são 180 famílias cadastradas nessa atividade, Protocolo de Vacinação e eh... Mais Pecuária Brasil, com o melhoramento genético dos rebanhos de corte e leite aqui do município (ES12, 2023).

Os três técnicos envolvidos nesses projetos são egressos do Anexo do Cetep da Bacia do Paramirim. Entretanto, o CT3 faz o seguinte comentário a respeito de uma avaliação de currículos que o Consórcio Territorial realizou: “[...] do que eu observei, eu não vi nenhum técnico do Cetep, talvez também não quiseram participar porque tiveram outra oportunidade

com esses cargos” (CT3, 2023). O D2 informou que alguns técnicos em Agroindústria foram inseridos em um programa de implantação de cisternas desenvolvido pelo Governo em parceria com a Fundação Paulo VI. Entretanto, ao participar do grupo de interlocução, queixou-se da carência de técnicos para o mesmo projeto, razão pela qual foram contratados técnicos formados pela Escola Família Agrícola de Boquira. Nessas falas contraditórias de um mesmo sujeito, pode-se inferir as disputas políticas locais, uma vez que em sua entrevista ele afirmou não se lembrar completamente de como se dera a instalação do Anexo na cidade. Entretanto, no termo lavrado no Livro de Visitas do Cetep consta o nome do político que fizera a solicitação do curso (Bahia, 2001), entretanto os dois são filiados a diferentes correntes políticas no plano local. Temos aqui uma ilustração da observação que Yin (2002) faz sobre a possibilidade de, por preconceito com relação a determinado fato, uma entrevista apresentar alguma falha. Daí a importância de se comparar os dados obtidos por esse instrumento com outras fontes.

O CT5, ao avaliar a atuação do Cetep da Bacia do Paramirim traz este dado positivo, fora de qualquer cogitação por parte do pesquisador, relacionado à atuação política dos jovens:

Olha, Alan, eu avalio que o Cetep ajudou muito, né? Tanto no sentido de dar uma oportunidade aos jovens que não tinham como fazer o curso na área mais profissional, como também o reflexo desses jovens passando pelo Cetep nos movimentos sociais, que são integrantes do Colegiado Territorial, ajudou bastante. A gente vê que, depois disso, dinamizou mais o processo de participação nas atividades do Colegiado Territorial (CT5, 2023).

Essa participação juvenil nos movimentos sociais percebida pelo CT5 pode ser resultado tanto do conhecimento teórico da divisão do estado em Territórios de Identidade como também – ou ambas as possibilidades – da prática pedagógica marcada pela intervenção social.

5.3.3 Desenvolvimento ambiental

Ao se referir a desenvolvimento ambiental, a primeira ideia que se tem é de que ele seria resultado somente de cursos como Meio Ambiente ou Agroecologia. Entretanto, a organização de uma sala de trabalho com aproveitamento da luz natural ou da corrente de ar, a forma correta de descarte de material consumido em um escritório ou após um procedimento

de enfermagem são elementos indicadores de desenvolvimento ambiental. Mas, ainda assim, temos exemplos mais concretos, como se verá a seguir.

O D5 testemunhou como uma visita técnica de estudantes de Meio Ambiente influenciou tanto na metodologia do próprio curso, como na percepção do problema maior da cidade que é o acúmulo de resíduos da mineração de chumbo por, aproximadamente, quatro décadas:

Eu não sei se isso marcaria assim o início, né? além de ter um resíduo aqui muito grande [...] de chumbo, e tem muitos estudos na Universidade Federal que traz aqui ex-alunos e conterrâneos que têm projetos em cima disso, mas eu entendo como um marco muito grande dentro da história do CEB – Colégio Estadual de Boquira – que foi a primeira viagem que foi feita e isso desencadeou uma metodologia diferente, vamos dizer assim, após o curso de Meio Ambiente, quando os alunos foram para Santo Amaro da Purificação, fizeram o trabalho em cima do resíduo da mineração e foram ver uma parte desse resíduo fazendo um comparativo do resíduo existente aqui [...] Foi muito importante e esse comparativo trouxe uma ideia de que a mineração não acabou só com Boquira. Essa constatação, ela se deu a partir dessa turma de Meio Ambiente que fez essa viagem lá, que foi importante e a gente tem registros aqui até hoje disso. [...] Abriu a mente das pessoas pra, assim... até a questão do estudo, do cuidado... então, eu não sei... eu vejo como um marco, né? (D5, 2023).

O EI2, que cursou Agroecologia, contou sobre um projeto desenvolvido na comunidade rural de São João, Macaúbas: “A gente foi fazer a chamada compostagem, que é uma adubação orgânica que a gente pode fazer com os restos de alimentos. A gente fez, levou para nossa comunidade e apresentamos aos moradores de lá”. Perguntado se as pessoas continuaram fazendo o adubo orgânico, o EI2 respondeu que “Inicialmente eles começaram a fazer também, não sei agora como está, porque estou morando aqui [Macaúbas]” (EI2, 2023).

Além do reaproveitamento de resíduos orgânicos para a produção de adubo, o P4 relata outra experiência de reaproveitamento de resíduo: “[...] eh... reaproveitamento de resíduos para a produção de sabão, né? que nessa, nessa experiência a gente trouxe uma mãe de um aluno para mostrar para os alunos como é que produzia esse sabão” (P4, 2023). Esse é um dos exemplos de projetos com tecnologia social desenvolvidos pela escola. Tanto a EI4 como o P4 mencionaram o plantio de árvores no Morro da Coruja, subindo para o Cristo, que, então, se inaugurava em Macaúbas e se tornou um importante ponto de turismo, bem como o plantio de árvores na Via de Acesso a Macaúbas.

O ES15 dissemina sua formação em Técnico em Meio Ambiente em seu trabalho como líder comunitário ligado à Igreja Católica em uma comunidade rural na Paróquia de Boquira e participa de projetos escolares, como voluntário. Esse conhecimento que vai para

além de uma atividade econômica específica na área pode também ser percebida na fala do P3:

Eu cheguei em [Vitória da] Conquista e aí para estacionar o carro ele [um ex-discente] veio me atender. Ele era frentista. Eh... “moço, você formou em Meio Ambiente!” “Não, professor, tá difícil, eu de frentista [...] a gente não trabalha sem EPI... a gente separa o lixo, eh... vaso, eh... frasco de óleo, essas coisas eu oriento”. Quer dizer: ele estava trabalhando em outra área, mas ele... o conhecimento, ele levou. Porque o conhecimento é vasto (P3, 2023).

Para esse aspecto, em especial, faz-se necessário mencionar que a matriz curricular inicial trazia entre as disciplinas de Formação Técnica Geral “Biologia – Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho”. Esse componente proporcionava uma visão ampliada de meio ambiente para além de espaços naturais, ou que apresentem belezas naturais, para compreendê-lo como o ambiente onde as relações sociais acontecem e que precisa ser cuidado e planejado a fim de proporcionar bem-estar e evitar adoecimentos.

5.3.4 Desenvolvimento cultural

Na determinação dos Territórios de Identidade, a cultura é o elemento diferenciador para as demais formas de regionalização já utilizadas pelo estado da Bahia. O CT1 põe esse aspecto em destaque ao comentar sobre o valor da territorialização iniciada no Governo Wagner:

[...] essa política eh... territorial, que eu acho muito importante, a partir do momento em que você começa a reconhecer eh... um região pela sua identidade cultural, culinária, enfim, danças eh... tradições e a própria história de... de... de povoamento eh... das emancipações políticas e tudo mais eh...você consegue fazer um... um... você muda aquela dinâmica, aquele velho paradigma eh... de desenvolver apenas os grandes centros, digamos assim, eh... regionais, uma ou outra cidade. Então, a política territorial, ela veio para desenvolver todos os municípios, de acordo com as suas potencialidades e com suas necessidades (CT1, 2023).

Perico (2009) estabelece uma complementariedade entre regionalização e territorialização apresentando a primeira como elemento técnico e a segunda como elemento “político social [que] se apoia em processos participativos de ação coletiva ou de cooperação” (Perico, 2009, p. 64). Como temos nos referido à cultura como elemento mais amplo que aquele vinculado às artes, ressaltamos, inicialmente, a contribuição cultural do Cetep da Bacia do Paramirim na mudança ou ampliação da consciência ética (Ramos, 2011b) e, em consequência, o surgimento, ou aperfeiçoamento de uma cultura de participação social, de

envolvimento e discussão e valorização de questões ambientais, econômicas e políticas. Martins (1982, p.53) reconhece que a cultura cresce, se amplia com o passar do tempo: “[...] a cultura é acrescida de novos elementos, podendo eliminar certos traços culturais e substituí-los por outros. Isso significa que a cultura é cumulativa, com o acréscimo, inclusive, de novos conhecimentos e de traços mais complexos”. Dessa forma, podemos reconhecer, como um coroamento das três subseções anteriores, que o Cetep da Bacia do Paramirim tem dado sua contribuição para o desenvolvimento cultural, embora ainda de forma restrita e pontual, o que leva o CT2 a afirmar que não conhece o Cetep, nem técnicos formados por ele: “Eu acredito que o Cetep, ele tem uma parceria muito forte na questão do Território, mas de alguma forma, não se sabe o que é o Cetep” (CT2, 2023). Tanto o CT2, quanto o CT4 consideram que as ações precisam ser mais divulgadas, sair de entre muros, “porque o Cetep não é muro fechado. Cetep é comunidade, Cetep é conquista, Cetep é comunicação e Cetep é experiência de nossos alunos” (CT4, 2023). Essa divulgação e participação cobrada – e necessária para que o Cetep possa melhor cumprir seu papel de formar uma nova cultura no Território – esbarra-se, muitas vezes nas limitações legais e financeiras, inclusive de continuar participando de órgãos colegiados territoriais por não ter CNPJ próprio.

Voltando agora para o aspecto estético, que é o segundo elemento que Ramos (2011b) utiliza para, resumidamente definir cultura na tríade de dimensões que compõem a EPT, deter-nos-emos em um exemplo que são os painéis do Cetep da Bacia do Paramirim, dado seu caráter memorialístico e perene que já atravessa mais de uma década.

Os lugares de memória, segundo Nora (1993), “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (Nora, 1993, p. 13). Na classificação que faz, ele menciona os “lugares topográficos, como é o caso dos monumentos, que têm importância destacada na preservação da memória dada a sua localização em espaços públicos, geralmente de fácil acesso, ou mesmo de acesso obrigatório” (Nora, 1993, p. 13). O muralismo é uma forma de arte muito antiga, basta considerarmos que as pinturas rupestres nas paredes das cavernas são suas ancestrais (Feist, 2005). Na primeira metade do século XX, alcançou grande desenvolvimento na América Latina na divulgação de ideologias ou em projetos nacionalistas no México, com destaque para Diego Rivera, ou no Brasil com Cândido Portinari. Este artista executou painéis usando a técnica do afresco no edifício do Ministério da Educação, construído no Rio de Janeiro, durante o Estado Novo. Seus painéis criam ou ampliam a iconografia de eventos nacionais.

Os painéis que estão expostos na alameda de entrada do Cetep da Bacia do Paramirim foram construídos utilizando-se a técnica do mosaico. A eles já fizemos referência na subseção 5.2.2, mas podem-se acrescentar ainda algumas informações que possam ratificar ou intensificar seu valor para o desenvolvimento cultural no Território da Bacia do Paramirim. O projeto nasceu em reuniões pedagógicas coordenadas pela Vice-Diretora Técnico-Pedagógica, Professora Perpétua Bastos, e a Direção apoiou a causa. Definida a técnica e a opção pela temática histórica, partiu-se para a ação, com convite a três artistas plásticos locais para a elaboração dos projetos. Inicialmente, a ideia era somente tornar o ambiente mais alegre e acolhedor, num processo amplo de “amorização pela escola”, que se desdobrou, inclusive, em outras ações artísticas. A colagem das pastilhas produzidas com refugo de material de construção teve início a 18 de abril de 2012, dia do 52º aniversário da escola, e concluído solenemente a 7 de Setembro do mesmo ano. O primeiro e o terceiro murais são essencialmente narrativos, enquanto o segundo (Figura 2) é montado com sobreposição de imagens que recordam a instalação do “Ginásio Estadual de Macaúbas”, a partir de fotografias e de relatos históricos.

O painel “Invasão da Vila de Macahubas – 1878” retrata o momento exato do entardecer de 23 de março de 1878, quando o Capitão Porfírio José Brandão entrou na vila à frente de um bando armado, anunciando que viera restabelecer a ordem, pois era o Delegado de Polícia nomeado pelo Partido Conservador e não aceitou sua deposição com a ascensão do Partido Liberal, alegando desconhecê-la por não ter sido comunicado oficialmente. No quadro, veem-se os pormenores reunidos, por minha curiosidade, no livro “O Capitão que desafiou o Império”. Ali estão o filho do Capitão baleado entre seus homens, o médico da vila baleado na calçada de sua casa, os feirantes fugindo, o padre que avança empunhando um crucifixo clamando por “paz e misericórdia”, um anjo alado representando o papel desenvolvido pelo sacerdote de “anjo de Macaúbas” e a ação que ele acabara de realizar que foi dar sepultura a uma criança. Sobre toda essa ação, o sol se põe atrás da majestosa serra que sombreia Macaúbas.

O painel “Origem de Macaúbas” é uma alegoria que se refere ao encontro do homem branco com a mulher indígena. O macaubense Antônio Chaves, tomado de bairrismo, em texto-produto dos capítulos iniciais de “Iracema”, descreve o encontro de Antônio Brandão de Sousa Figueiredo com a índia Jandira, enquanto esta se banhava na Biquinha, localidade próxima ao Coité, onde se iniciou o processo de urbanização de Macaúbas. Este painel é dividido em duas cenas pelo caule de uma macaúba: no primeiro, vê-se o encontro entre os

dois que constituirão a primeira família macaubense; no segundo, a celebração da paz entre o forasteiro e a tribo.

Para uma região carente de monumentos, tirante as igrejas e os mausoléus dos cemitérios, estes murais são um incentivo à preservação da memória local e regional, por meio da construção de lugares de memória. Em um espaço onde a cultura letrada é relativamente pouco difundida, a memória tende a não ser preservada. Haverá, portanto, sempre a carência de um elemento de suma importância para o conceito de identidade que, segundo Perico (2009) se forma a partir do capital cultural de cada agrupamento humano envolvendo aspectos como história, geografia, biologia, religião e mesmo as fantasias pessoais. Apesar de os painéis fazerem referência especificamente à história de Macaúbas, cumpre observar que três municípios que compõem o Território de Identidade já foram área macaubense, portanto, as três cenas retratam eventos de uma época em que éramos um único município. “Esta produção” – conforme observou o Professor de Arte que coordenou o trabalho de execução dos painéis, Teotônio Ferreira, em sua fala na inauguração dos painéis – “como um todo, representou para nossa casa de ensino e para a nova geração a certeza de que há pessoas fazendo arte, e arte mais que significativa e representativa de nosso potencial, de nossa cidade, de nosso Território...” (Bahia, 2005, fls. 19v).

Já fechando esta seção, gostaria de recordar que o valor ou a importância de um diploma de curso técnico para um jovem de uma região pobre e tradicionalmente esquecida pelos órgãos administrativos superiores é infinitamente superior ao que tem para o jovem da Região Metropolitana ou de outras cidades-polo de desenvolvimento econômico. O D5, que foi em busca da ampliação da EPT em seus Anexos, observa:

A gente via essa necessidade de um curso técnico [...] nossa região que muito falta, é uma região está aquém do Sul da Bahia, da Região Metropolitana, da... é uma região da Chapada e muitas vezes as pessoas entendem que é muito rica, mas aqui, no nosso Território Bacia do Paramirim, faltam muitas coisas, inclusive a questão eh...da educação, né? a gente não tem universidade assim que aporta. O fato de não termos a universidade, leva muitos de nossos alunos a precisarem do curso técnico (D5, 2023).

A Educação Profissional, portanto, mesmo que pontualmente fora de Macaúbas, como apontam os CT1 e CT4, em seus quinze anos de implantação pôde contribuir com o desenvolvimento econômico do Território, resultando em melhoria do padrão de vida para algumas famílias e em elevação de valores estéticos, sociais e ambientais. Neste ponto, concordamos com Kavalkievicz (2020) ao observar: “Não queremos dizer com isto que a

educação profissional pública integrada à educação básica dará conta de resolver os problemas gigantescos promovidos por este modelo globalizado de produção, de consumo e de sociedade insustentáveis” (Kavalkievicz, 2020, p. 188). Entretanto, pode-se afirmar que muitos dos egressos da educação profissional têm consciência de que são capazes de transformar a natureza e a si mesmos, construindo novas relações sociais.

6 CONCLUSÃO

*Oh! Que estrada mais comprida!
Oh! Que légua tão tirana![...]
Tô voltando estrupiado,
Mas alegre o coração:[...]
Trago um Terço pra Das Dores,
Pra Raimundo um violão
E pra ela e pra ela
Trago eu e o coração.*

(Luís Gonzaga e Humberto Teixeira)

A “Légua tirana” de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, da qual se extraiu o excerto para epigrafar esta seção, é meu tema musical dos fins de tarde, quando longe de casa. Neste período de doutoramento, muitas vezes, da orla interior, alonguei o olhar para o leste imaginando que, naquela direção a vários graus de longitude à frente, talvez o sol ainda derramasse seus últimos raios avermelhados sobre as grimpas de nossa majestosa serrania... A estrada foi comprida, muitas léguas foram percorridas... “mas alegre o coração” por ter chegado ao fim desta jornada, com o Terço na mão e novos futuros pela frente.

O que me levou a empreender essa longa jornada foi o questionamento de como a Educação Profissional teria contribuído para o desenvolvimento multifacetado do Território de Identidade da Bacia do Paramirim. Isso após uma década e meia de sua oferta pelo Cetep da Bacia do Paramirim, na cidade de Macaúbas, cuja história eu integro.

Essa unidade escolar foi instalada em 1960 como Ginásio Estadual de Macaúbas, sendo pioneira numa vasta área do interior baiano a ofertar os Cursos Ginásial e Normal, sendo este implantado em 1962. Durante a vigência da Lei 5.692/1971, a escola ofereceu a formação em Magistério, com numerosas turmas e, de forma menos abrangente, o Curso Técnico em Contabilidade a partir de 1981, com a denominação de Colégio Estadual Aloysio Short – CEAS.

Em 2008, já sob a nova legislação educacional, a LDB nº 9.394/96, a unidade escolar ofertava ensino médio – nas modalidades regular, EJA e com intermediação tecnológica em vilas e povoados do município – e o Curso Normal com duração de quatro anos, após um período de extinção do antigo Magistério. Nesse ano, a direção do CEAS, com o aval do Colegiado Escolar, solicitou a implantação de cursos técnicos à SEC/Supprof, sendo a solicitação de pronto atendida. Naquele momento, a escola passou a integrar a Rede de

Educação Profissional que se implantava na Bahia, fundada nas seguintes consignas: trabalho, educação e desenvolvimento socioeconômico e ambiental; integração entre ciência, tecnologia e cultura. Pela portaria 8.677/2009, a unidade escolar foi transformada em Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Paramirim. O modelo de Educação Profissional então adotado pela Bahia coaduna com o modelo de escola politécnica defendida por Marx e Engels, a qual integra educação intelectual, corporal e tecnológica, de maneira a desenvolver a pessoa humana integralmente. Foi um novo modelo de se fazer educação que assumiu o trabalho como princípio pedagógico e a pesquisa/intervenção social como princípio pedagógico, o que demandou formação de professores, gestores e mesmo de membros do Conselho Escolar que foi ampliado nos Centros de Educação Profissional com a participação do trabalhador, do empresariado e da sociedade civil.

Uma particularidade do Cetep da Bacia do Paramirim foi o elevado número de Anexos, instalados em cinco municípios do Território de Identidade, composto por oito municípios. Desse modo, somente dois municípios do Território não foram beneficiados diretamente com algum curso técnico ofertado pelo Cetep da Bacia do Paramirim.

Para responder ao questionamento apresentado inicialmente, elaborou-se o projeto de pesquisa, cujo relatório ora se conclui, com o objetivo geral de analisar as contribuições ao desenvolvimento econômico, político, ambiental e cultural decorrentes da oferta da Educação Profissional pelo CETEP Bacia do Paramirim para o Território de Identidade em que se localiza, o qual se desdobra nos seguintes objetivos específicos: a) discutir a Educação Profissional ofertada pela Rede Estadual da Bahia, com destaque para o Território da Bacia do Paramirim, a partir da implantação da Política Estadual de Educação Profissional, derivada dos compromissos inscritos no Plano Plurianual Participativo 2008 – 2011; b) explorar a oferta da Educação Profissional pelo Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Paramirim, em Macaúbas, município sede do Território, e nos seus anexos nos municípios de Boquira, Caturama, Ibipitanga, Paramirim e Rio do Pires; e c) correlacionar determinantes do desenvolvimento político, econômico, ambiental e cultural do Território da Bacia do Paramirim, com a oferta da EP pelo Cetep Bacia do Paramirim, no período de 2008 a 2023.

Ao longo dos últimos quinze anos, o Cetep da Bacia do Paramirim buscou desenvolver um trabalho pedagógico voltado para o desenvolvimento da pessoa omnilateral – aquela busca constante pelo aperfeiçoamento das condições de vida própria e do grupo a que pertence – a partir da tríade ciência-trabalho-cultura. Esse tempo é suficiente para se questionar como a unidade escolar lócus desta pesquisa contribuiu efetivamente com o

desenvolvimento econômico, político, ambiental e cultural do Território de Identidade da Bacia do Paramirim.

O texto ora em conclusão encontra-se dividido em seis seções, a seguir descritas. A primeira seção, que é a Introdução, apresenta as motivações para a pesquisa, um mapeamento de trabalhos desenvolvidos com temática semelhante, a pergunta de partida acompanhada de uma hipótese, os objetivos geral e específicos e a apresentação sucinta da metodologia. A segunda seção intitulada “A relação Educação e Trabalho e a Educação Profissional” e a terceira seção que tem como título “Desenvolvimento Territorial no Território da Bacia do Paramirim” discutem as duas categorias eleitas para esta pesquisa que são: educação profissional e desenvolvimento territorial. A quarta seção intitulada “Percurso Metodológico” tece comentários sobre a pesquisa qualitativa com a estratégia eleita para esta pesquisa, que foi o estudo de caso do tipo único/holístico, com ancoragem na abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético com suas categorias – historicidade, contradição, mediação e totalidade. Nessa seção são indicadas ainda a caracterização do caso em estudo, os procedimentos de produção e análise de dados, o lócus da pesquisa e os sujeitos. A quinta seção, com o título “Contribuições e contradições da Educação Profissional na Bacia do Paramirim”, apresenta os resultados da pesquisa com a triangulação dos dados levantados, chegando-se a alguns determinantes que confirmam a hipótese inicial. Finalmente, esta sexta seção retoma a discussão de forma resumida, apresentando alguns pontos de chegada para esta pesquisa e possíveis pontos de partida para outras pesquisas que possam estudar, por exemplo, as consequências da contrarreforma da educação brasileira para a Educação Profissional, a relação entre o(s) Centro(s) de Educação Profissional e a Suprot no atendimento a demandas específicas, um aprofundamento no currículo desde 2008 até o presente ou a adesão da população em idade escolar à EP com suas motivações, pois é fato que os cursos EPI são largamente procurados. No corrente ano letivo, por exemplo, formaram-se cinco turmas de primeiro ano para o Curso Técnico em Administração e duas para o Curso Técnico em Informática, havendo a necessidade, no momento da matrícula, de se abrir turma extra para atendimento da procura. Ouvi o relato de uma primeiranista, durante as aulas de Língua Portuguesa/Literatura, de ter-se mudado para a casa dos padrinhos no município de Macaúbas, na região limítrofe com o município de Ibipitanga em cuja sede reside, para ter direito ao ônibus escolar e fazer o Curso Técnico em Administração.

Uma das principais razões para a escolha da pesquisa qualitativa é a inexistência de estudos prévios ou insuficientes sobre o tema pretendido. Dessa forma, parte-se sempre para a

pesquisa de campo, cujos resultados devem ser cotejados por proximidade com outros estudos, o que lhe dá *status* de ciência. Neste caso, os dois principais instrumentos de pesquisa de campo foram a entrevista semiestruturada e o grupo de interlocução. O primeiro dá liberdade ao pesquisador e ao sujeito de transformarem a entrevista em uma conversa mais livre sem, contudo, perderem o foco, uma vez que há perguntas previamente criadas que guiam o momento de interação. O grupo de interlocução, por sua vez, é uma técnica relativamente recente, surgido no Grupo Kairós/UFMS, que apresenta a grande vantagem de apresentar os resultados conseguidos pelo pesquisador aos sujeitos da pesquisa para complementos, ressalvas ou confirmações. É uma técnica que quebra o autoritarismo do pesquisador sobre os dados e que se apresenta, portanto, como colaborativa.

Também a pesquisa bibliográfica e a documental foram utilizadas na fase de levantamento de dados. As informações obtidas por meio dessas técnicas dão credibilidade à pesquisa, pois apresentam a grande vantagem do registro escrito que, em nossa cultura, goza de credibilidade superior a qualquer fonte.

Na fase da pesquisa documental para embasamento das categorias de pesquisa anteriormente anunciadas, chegou-se a dados até então inéditos sobre a história do trabalho na Bacia do Paramirim e da revelação deste Território de Identidade, que se encontravam adormecidos no Arquivo Público do Estado da Bahia, nos Arquivos Públicos dos Municípios de Macaúbas e de Paramirim e em arquivos particulares por falta de espaço público apropriado para seu arquivamento. Perseguindo este objetivo, também foram realizadas duas entrevistas extras e conseguiu-se também um relato escrito.

O minucioso trabalho de Lysie Reis (2019) sobre a “Casa dos Vinte e Quatro” instigou-me à pesquisa sobre o papel de controle sobre o trabalho desempenhado pelas câmaras municipais no atual Território da Bacia do Paramirim. Dos documentos encontrados e analisados, encontrei, nas primeiras Posturas do Município do Macaúbas (1835), a obrigatoriedade, inédita e única na região, de os pais providenciarem o ensino de um ofício para os filhos homens a partir dos doze anos de idade. O modelo de formação previsto na legislação municipal era semelhante ao das antigas corporações de ofício, embora elas tivessem sido abolidas pela Constituição de 1824. Por meio desses documentos também foi possível traçar um perfil das ocupações remuneradas a que se dedicavam os homens deste território sertanejo, a partir dos livros de impostos das Câmaras Municipais de Água Quente (transferido para Paramirim) e de Macaúbas, em um recorte temporal de 30 anos entre o a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX. Com relação ao trabalho

feminino foi possível detectar o ofício de modista e de fiandeira na circunscrição de Água Quente. Registro, em tom de denúncia e de protesto, o descuido das municipalidades com os documentos dos arquivos públicos municipais, pois os livros foram detectados com muita persistência, sem correto acondicionamento e catalogação. Os dados históricos são essenciais para criação e fortalecimento do pertencimento, por isso a conservação de documentos históricos e a correta disponibilização ao público pesquisador é tão importante para a concretização do conceito de Território de Identidade.

A análise dos dados levantados demonstra que a hipótese levantada de que a EP contribuiu para o desenvolvimento territorial se confirma pelo sucesso e participação de muitos sujeitos na vida social e laboral. Veem-se políticas públicas estaduais e federais sendo implementadas no Território da Bacia do Paramirim por moradores de cada município, portadores de diplomas de cursos técnicos afins, pessoas ascendendo profissionalmente graças à formação técnica, notadamente nas áreas de Administração, Enfermagem e Vendas; o resultado disso é a elevação das condições de vida das famílias tanto no aspecto econômico, quanto no cultural por permitir o acesso a bens culturais e continuidade nos estudos. Vê-se também a divulgação de tecnologias sociais que minimizam os impactos no uso dos recursos naturais, capazes de maximizar os resultados. Vê-se ainda a exposição a bens culturais, permitindo uma formação integrada inicial para os estudantes/egressos dos cursos técnicos ofertados e continuada para os cidadãos comuns que a eles têm acesso.

Entretanto, esse projeto de educação integral e emancipatória sofreu uma descontinuidade a partir de 2016 com o golpe que depôs a Presidenta Dilma Roussef e que impôs a contrarreforma na educação, inicialmente por medida provisória. O percurso do ensino médio, no geral, foi fragmentado e diminuído no que se refere à carga horária de disciplinas do núcleo comum. A Educação Profissional, em especial, foi reduzida a um itinerário formativo, num retrocesso ao tecnicismo das décadas de 1970 e 1980.

Na Bahia, com as substituições no comando da Suprot, a ideia de educação integral, emancipatória, desenvolvimentista perdeu força. Inicialmente, extinguiu-se o quarto ano que, tecnicamente garantia a formação básica integrada à EP, sem prejuízo para nenhum dos dois aspectos. Na tentativa de compensar o prejuízo com a perda do quarto ano, aumentou-se a carga horária semanal para 30 horas, mas não se criaram as condições reais para sua implementação. No Cetep da Bacia do Paramirim a opção foi pelo turno oposto, totalizando 10 horas/aulas uma vez por semana. Entretanto, uma boa parcela do alunado residente na área

rural não tem transporte para retorno, nem mesmo a família arcando com a despesa porque, absolutamente, não existe linha de transporte público disponível.

Na sequência do desmonte da Educação Profissional, mexeu-se na matriz curricular, atribuindo-se uma única aula/semana para a maioria das disciplinas de formação técnica, contrariamente à orientação anterior de que nenhuma disciplina tivesse carga horária inferior a duas aulas semanais. Outra consequência da diminuição de recursos foi a diminuição das visitas técnicas.

No rol de fatos e ações que denotam um retorno do polo hegemônico após as conquistas contra-hegemônicas, podem ser citadas ainda a dificuldade de programação de articuladores de curso e de coordenação de estágio, o fim de recursos para as solenidades de formatura, a anexação de uma escola de ensino médio ao Cetep da Bacia do Paramirim.

Não obstante todas essas ações contrárias ao modelo de Educação Profissional implantado em 2008, que experimentou crescimento até 2016, os professores que participaram daquele momento, muitos dos quais se especializaram pela UNEB e que ainda estão na ativa, tentam manter uma Educação Profissional de qualidade, quebrando alguns limites que o sistema atual impõe, a exemplo de um professor que relatou uma releitura de um projeto sobre o Território de Identidade, de outro que afirma que os obstáculos fortalecem quem os enfrenta, como se pôde ler na quinta seção. Entretanto, muitos novos professores foram contratados para atendimento à dinâmica da EP com fechamento e abertura de cursos técnicos, vencimento de contratos REDA, aposentadorias, situação que sugere a premente necessidade de oferta de novos cursos de pós-graduação voltados para a temática da EPT, até mesmo para atendimento às constantes variações no mundo do trabalho e da tecnologia, com a necessidade de sua inclusão no processo educativo, sem prejuízo para a formação integral dos estudantes.

A realização de três edições da Festa Literária de Macaúbas, com abrangência territorial, é o grande exemplo de ação contra-hegemônica no sentido de que elas surgiram em 2018, dentro do período de desaceleração da Educação Profissional e desmonte do ensino médio em geral. Sua organização envolve os estudantes, dando-lhes protagonismo como escritores, palestrantes, recepcionistas, auxiliares dos palestrantes e oficinairos. Essas são maneiras de se trabalhar sua emancipação por lhes serem oferecidas oportunidades de vivenciar situações, as quais as condições social e cultural de suas famílias não lhes permitiriam. Além do objetivo principal de proporcionar aos estudantes momentos de formação cultural, essas Festas Literárias alcançaram um objetivo não previsto inicialmente

que foi o de favorecer a territorialização, envolvendo agentes culturais de quase todos os municípios da Bacia do Paramirim, seja com lançamento de livros, seja com outras apresentações culturais.

Os dados levantados por meio das entrevistas semiestruturadas dão conta de que houve falhas estruturais no percurso formativo, como a ausência de alguns laboratórios, por exemplo. Entretanto os professores buscaram a superação das carências fazendo da própria escola um grande laboratório utilizando seu espaço físico naquilo que fosse possível para determinadas disciplinas com muita criatividade, ou organizando projetos interdisciplinares muito bem estruturados. Esse envolvimento e compromisso da maior parte do corpo docente contribuiu para que, no geral, os cursos ofertados apresentassem resultados potentes que nos permitem concluir que, ao menos parcialmente, a Educação Profissional colaborou com o desenvolvimento do Território da Bacia do Paramirim, pois, para muitos egressos e suas famílias, a formação técnica alargou horizontes para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, elevação do padrão de vida que lhes permite a fruição de bens e serviços que lhe conferem dignidade, realização e emancipação. Dessa forma, a EP terá contribuído para a melhoria da convivência social, pois, como alerta Enrique Dussel, “a violência é fruto da pobreza”.

Este estudo me fez compreender com maior profundidade os meandros das mudanças educacionais, as quais não acontecem pela simples boa intenção de um governante e sua equipe, mas é sempre resultado de disputas de interesses e de ideologias entre polos distintos: há sempre grupos a favor da continuidade das práticas sociais em contraposição a grupos que almejam a mudanças sociais. A escola, com sua função social de formadora das novas gerações, poderá estar a serviço de uma ideologia ou de outra. A continuidade da escola dualista garantirá a continuidade de um sistema formador de uma classe governante e de outra servidora. Os grupos progressistas, por sua vez, buscam a superação desse modelo arcaico, oferecendo uma escola que valorize a formação integral de todas as crianças e de todos os jovens, e mesmo dos adultos que não tiveram acesso à escolarização em idade regular, de maneira que possam administrar suas vidas e ter os direitos cidadãos assegurados. Vejo a Educação Profissional e como legítima representante deste modelo educacional que se quer emancipador e progressista.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Durval Vieira de. **Província da Bahia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ALCONFORADO, Joaquim Luís Medeiros. EJA – EPT: potencialidades e (im)possibilidades. 2023. 5ª mesa temática do **VII Colóquio Nacional e IV Internacional A Produção do Conhecimento em Educação Profissional: Política, História e Formação Docente** – IFRN, Natal, 2023. Não publicado.

ALVES, M. G. M. Formação profissional: passaporte para o mundo do trabalho, cidadania e responsabilidade ambiental no município de Xique-Xique – Bahia. In: DIEESE. **A Educação profissional e a intervenção social**: Coletânea de projetos de intervenção social de gestores dos Centros de Educação Profissional. Salvador: DIEESE; SUPROF, 2015.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

ARANHA, M.L.A.; MARTINS, M.H.P. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.

ARAÚJO, Judith Maria de. **Relembrando uma velha história como o arado chegou em Macaúbas**. Macaúbas, 11 dez. 2023. Depoimento concedido a Alan José Alcântara de Figueiredo.

ÁVILA, Carlos Alberto de. **Gestão Orçamentária e Financeira**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

BAHIA. Arquivo Público do Estado da Bahia. Acervo Legislativo. Série Posturas período 1830 – 1834. **Posturas da Vila do Urubu**, 1830.

BAHIA. Arquivo Público do Estado da Bahia. Acervo Legislativo. Série Posturas período 1835 – 1872. **Posturas da Vila de Macahubas**, 1835.

BAHIA. Arquivo Público do Estado da Bahia. Acervo Legislativo. Série Posturas período 1835 – 1872. **Posturas da Vila de Rio de Contas**, 1840.

BAHIA. Secretaria da Educação da Bahia. Colégio Estadual Aloysio Short. **Livro de Visitas**, aberto em 2001.

BAHIA. Secretaria da Educação da Bahia. Colégio Estadual Aloysio Short. **Livro de Eventos**, aberto em 2005.

BAHIA. Secretaria da Educação da Bahia. Colégio Estadual Aloysio Short. **Livro de Posse, Assunção, Reassunção e Afastamento n. 3**, aberto em 19 nov. 2007b.

BAHIA. Educação 2012/2013 Bahia. **Revista da Secretaria da Educação do Estado da Bahia**. Ano III, n.3, 2013.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Princípios e Eixos da Educação na Bahia**. Salvador: SEC. 2007.

BAHIA. **Plano de Educação Profissional da Bahia**. Salvador: SEC, [2008].

BAHIA. Decreto nº 11.355, de 04 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a instituição dos Centros Estaduais e dos Centros Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino no Estado da Bahia. **Diário Oficial da Bahia**, Executivo, Salvador, BA, 05 dez. 2008a. Caderno 1, p. 1.

BAHIA. **Plano Plurianual 2008 - 2011**. Salvador: SEPLAN, 2008b.

BAHIA. Colégio Estadual Aloysio Short. **Projeto Implantação de Cursos Técnico-Profissionalizantes**, encaminhado pelo Ofício 06/2008, acondicionado na pasta “Educação Profissional 2008 – 2010. 2008c

BAHIA. Portaria nº 8.676/09, de 16 de abril de 2009. Dispõe sobre a regulamentação da estrutura administrativa dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional, e dá outras providências. **Diário Oficial da Bahia**, Executivo, Salvador, BA, 17 abr. 2009, Caderno 1, p. 34.

BAHIA. Secretaria da Educação da Bahia. Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Paramirim. **Livro de Atas de Colação de Grau**, aberto em 23 de maio de 2011.

BAHIA. Portaria 694/2013, de 4 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre a oferta de vagas para os cursos de educação Profissional, no ano letivo de 2013, na Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia. **Diário Oficial da Bahia**, Executivo, Salvador, BA, 5 fev.2013. Caderno 1, p. 14-44.

BAHIA. Educação Bahia 2014. **Revista da Secretaria da Educação do Estado da Bahia**. Ano V, n.5, 2014.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Perfil dos Territórios de Identidade**. Salvador: SEI, 2015. 3v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 1).

BAHIA. Secretaria da Educação. Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Paramirim. **Projeto Político Pedagógico 2016**. Macaúbas, 2016.

BAHIA. Secretaria da Educação. Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica. **Trabalho de Conclusão de Curso TCC: Manual do Professor**. [s.l.]: Secretaria da Educação, [2017].

BAHIA. Secretaria de Planejamento. Diretoria de Planejamento Territorial. **A Política Territorial do Estado da Bahia: Histórico e Estratégias de Implementação**. 2021. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br> . Acesso em 02/10/2023.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. Diretoria de Planejamento Territorial. **Info Territórios: Território de Identidade Bacia do Paramirim, 2023a**. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/baciadoparamirim.pdf. Acesso em: 02/05/2024

BAHIA. Secretaria da Educação. Cetep da Bacia do Paramirim. **Território Bacia do Paramirim: Conhecer e Reconhecer-se**. Macaúbas: [s.n.], 2023b.

BÍBLIA Sagrada. Segunda Carta aos Tessalonicenses. 21.ed. Aparecida: Santuário, 1993, p. 1756 – 1758.

BOMFIM, Natanael Reis. **Noção Social do Território**: Em busca de um conceito didático em Geografia: a territorialidade. Ilhéus: Editus, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In*: ALICE, Maria; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de Educação**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 71 – 79.

BOYNARD, A.P.; GARCIA, E.C.; ROBERT, M.I. **A Reforma do Ensino**. São Paulo: Lisa, 1971.

BRASIL. **Decreto 7.566. de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 04/11/2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Grau. **O que é o Ensino de 2º Grau**: um depoimento, elementos para reflexão. Brasília: MEC, 1979.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 11/2012**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio. *In*: BRASIL. Secretaria de Educação Básica.

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica*. Conselho Nacional da Educação. *Câmara Nacional de Educação Básica*

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3.ed. 2016. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em 16/06/2024.

CAMPOS, Cícero. Descrição do Município de Macahubas. *In*: Instituto Geographico e Historico da Bahia. **Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia – II vol**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

CASTRO, Matheus Rufino; GAWRYSZEWSKI, Bruno; DIAS, Catarina Azevedo. A Ideologia do Empreendedorismo na Reforma do Ensino Médio no Brasil. **Trabalhonecessário**, v.20, n.42, maio/ago. 2022.

CARTAS EDIFICANTES da Província de Portugal S.J., IV Ano. Colégio Antônio Vieira, 1913.

CENTRO Territorial de Educação Profissional da Bacia do Paramirim. **Projeto Político Pedagógico 2016**. Macaúbas, 2016.

CETEP da Bacia do Paramirim. **Antologia Estudantil 2**. Macaúbas: [s.n.], 2019.

COLEGIADO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA BACIA DO PARAMIRIM. **Relatório de Reunião realizada no dia 26 mar. 2015**. Macaúbas, 2015. Cópia digitada.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Ata de reunião ordinária do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial, realizada no dia 16 dez. 2014**. Salvador, 2014. Cópia digitada.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2017.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens**. 3.ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

DIAS, Wilson José Vasconcelos. Território de Identidade e Políticas Públicas na Bahia: gênese, resultados, reflexões e desafios. 2017. 166f. **Dissertação do Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Profissional**. Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

DIEESE. **Educação Profissional da Bahia e Territórios de Identidade**. Salvador: DIEESE, 2012.

DIRDEP [e-mail]. Salvador, 24 set. 2008. E-mail da DIRDEP/SUPROF dando instruções à Direção do Colégio Estadual Aloysio Short.

FERREIRA, Liliana Soares; CÉZAR, Taise Tadielo; MACHADO, Célia Tanajura. Grupo de Interlocação na pesquisa em educação: produção, análise e sistematização dos dados. **Pro-Posições**, Campinas, v.31, e20190025, 2020, p. 1 – 23.

FERREIRA, Liliana Soares et al. Grupos de interlocação como técnica de produção e sistematização na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.14, n.41, p. 191 – 209, jan./abr. 2014.

FESTA LITERÁRIA DE MACAÚBAS, 1., 2018. **Folder**. Macaúbas, 2018.

FIGUEIREDO, Alan José. **Efemérides Macaubenses**. [s.l.]: [s.n.], 2000. (Col. Macaúbas, terra bendita – 2).

FIGUEIREDO, Alan José Alcântara de. [ofício]. Macaúbas, 17 abr. 2009. **Ofício ao Secretário da Educação da Bahia** Adeum Hilário Sauer.

FIGUEIREDO, Alan José Alcântara de. Ressignificando os horários de atividade complementar: uma experiência de gestão pedagógica, **Monografia do Curso de**

Especialização *Latu Sensu* em Gestão Escolar. Escola de Gestores da Educação Básica – Universidade Federal da Bahia, Guanambi, 2011.

FIGUEIREDO, Alan José Alcântara de. A Câmara de Macaúbas no Período Imperial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros.** Montes Claros, v. VII, p. 127 – 134, 2011b.

FIGUEIREDO, Alan José Alcântara de. **A Educação em Macaúbas.** Macaúbas: edição do autor, 2012. (Col. Macaúbas, terra bendita – 5).

FIGUEIREDO, Alan José Alcântara de. Médio Profissionalizante: oportunidade para o desenvolvimento regional. 2013. 49f. **Monografia do Curso de Especialização para Gestores dos Sistemas Estaduais de Ensino.** Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

FIGUEIREDO, Alan José Alcântara de. **Aspectos da História de Macaúbas.** Macaúbas – BA: edição do autor, 2015. (Col. Macaúbas, terra bendita – 6).

FERREIRA, Nilma Bastos. [e-mail] Macaúbas, 31 out 2012. **E-mail** da técnica SIGEduc/Snso Escolar encaminhando a planilha com Reordenamento da Rede 2012/2013 à Diretora da Direc 23 Jane Angélica Aparecida Xavier Silva.

FLORES, Cintya Dantas. Territórios de Identidade na Bahia: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial. 2014. 162f. **Dissertação do Curso de Pós-Graduação em Geografia.** Universidade Federal da Bahia: Instituto de Geociências, Salvador, 2014.

FONTOURA, Antônio. **Teoria da História.** Curitiba: InterSaberes, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n.1, p. 71 – 87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. *In:* FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **O Ensino Médio no Brasil e sua (Im)Possibilidade Histórica: Determinações Culturais, Econômicas, Políticas e Legais.** Rio de Janeiro: UERJ/LPP; São Paulo: Expressão Popular, 2023.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM, 2021.

HANDRICOURT, André-Georges. A tecnologia, ciência humana. *In:* LIMA FILHO, Domingos Leite; MUELLER, Rafael Rodrigo (Org.). **Trabalho, Tecnologia e Atividade.** Marília: Lutas Anticapital, 2022.

JOSSO, Marie-Christine. As narrativas centradas sobre a formação durante a vida como desvelamento das formas e sentidos múltiplos de uma existencialidade singular-plural. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 17, n.29, p. 17 – 30, jan./jun., 2008.

KAVALKIEVICZ, Cristina. Educação Profissional na Rede Estadual de Ensino da Bahia de 2008 a 2016: Análise da implantação de uma política baseada na educação integral, no

trabalho como princípio educativo e no desenvolvimento social e sustentável no território. 2020. 305f. **Tese do Doutorado em Educação e Contemporaneidade**. Universidade do Estado da Bahia: Departamento de Educação, Salvador, 2020.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 17.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, Antônio Almerico Biondi; MELO, Roberto Cruz. Construindo uma política de Educação Profissional para o Estado da Bahia. *In*: BAHIA. Secretaria da Educação. **Textos de Referência para os Grupos de Trabalho na Conferência Estadual da Educação**. Salvador: SEC, [2007].

LIMA, Antônio Almerico Biondi. Apontamentos para a defesa da Educação Profissional emancipatória em tempos de retrocesso. *In*: BALOGH, Iêda Rodrigues da Silva; COSTA, Patrícia Lessa Santos; SILVA, Valdélcio Santos; AMORIM, Antônio. **Educação Profissional na Bahia: Pesquisa e Formação Docente** (org.). Salvador: EDUFBA, 2019.

LUZ, Marcos Luís Trindade. História da Lira dos Artistas de Rio de Contas. **Monografia do Curso de Graduação em História**. Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2000.

MACHADO, Célia Tanajura. O Programa de Apoio à Educação Profissional e a Formação dos Professores da Educação Profissional da Rede Estadual da Bahia (2011 a 2015). *In*: MUTIM, Avelar Luiz Bastos; MACHADO, Célia Tanajura; SANTOS, Aline de Oliveira Costa. **Educação Profissional, Território e Sustentabilidade**. Curitiba: CRV, 2018, p. 81 – 98.

MACHADO, Célia Tanajura; FERREIRA, Liliana Soares. Políticas de Gestão e Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: uma análise das matrículas no Censo Escolar/INEP e a sua relação com os programas Brasil Profissionalizado e Pronatec. **Plurais**, Salvador, v. 4, n.3, p. 93 – 113, set./dez. 2019.

MACHADO, Francisco Tanajura. **Minhas Andanças**. Livramento de Nossa Senhora: edição do autor, 2011.

MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**. 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1978.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016

MARTINS, Délio João Viana. **Água Quente: sua História, sua Gente e seus Encantos**. Guanambi: edição do autor, 2002.

- MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n.71, p. 223 – 239, set./ out. 2018.
- MARTINS, Mário Ribeiro. **Sociologia Geral e Especial**. Anápolis: Walter Diney, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Textos sobre Educação e Ensino**. 2.ed. São Paulo: Editora Moraes, 1992.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- MARX, Karl. **Os 18 Brumário de Napoleão Bonaparte**. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- MEDEIROS, J.B. **Redação Científica: A prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2011
- MELO, A.; URBANETZ, S. T. **Organização do Trabalho Pedagógico**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011, 128 p.
- MORAES, Walfrido. **Jagunços e Heróis**. 3.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.
- MORAIS, Erleide. Um Show de Pirotecnia. **Folclorística**, Macaúbas, n.2, p. 24 – 25, 2002.
- MOTA, Ático Vilas-Boas da. **Literatura Macaubense**. Macaúbas: Fundação Cultural Prof. Mota, 2003.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, (10), dez 1993, p. 7 – 28. Disponível em < www.revistas.pucsp.br >. Acesso em 02/09/2021.
- ORNELLAS, Maria de Lourdes S. **(Entre)vista: a escuta revela**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- OLIVEIRA, Alan Martins; SOUZA, Marinélia Oliveira; SANTOS, Nelzair Araújo. **Memórias de Ibipitanga**. Ibipitanga: Gráfica Ibipitanga, 2017.
- OLIVEIRA, Tiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudêncio. As bases da educação profissional e tecnológica brasileira: concepções e práticas em disputa. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **O Ensino Médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica: Determinações Culturais, Econômicas, Políticas e Legais**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP; São Paulo: Expressão Popular, 2023.
- PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. **Ensino Médio: Contradições conceituais**. Curitiba: CRV, 2015.

PINHO, José Ricardo Moreno. Apresentação (notas): Caminhos do São Francisco, do Paramirim e da Serra Geral. In: NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. **Caminhos do Sertão: Ocupação Territorial, Sistema Viário e Intercâmbios dos Sertões da Bahia**. Salvador: Arcádia, 2007.

POMPONET, André Silva. **Envolvimento social na formulação de políticas públicas: o PPA Participativo 2008 – 2011 na Bahia**. 2012a. Disponível em <passeidireto.com/arquivo/44195986/envolvimento-social-na-formulacao-de-politicas-publicas-o-ppa-participativo-2008>. Acesso em 14/10/2022.

POMPONET, André Silva. **Plano Plurianual Participativo 2008 – 2011 na Bahia: uma análise**. 2012. 142f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS. Arquivo Público de Macaúbas. **Livro para registo do Imposto de Indústria e Profissão do Município de Macaúbas**. Macaúbas, 1922.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS. Arquivo Público de Macaúbas. **Livro para cópia dos telegramas expedidos pela Prefeitura**. Macaúbas, 1949.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMIRIM. Arquivo Público de Paramirim. **Livro de Recenseamento das Creanças em Idade Escolar**. Água Quente, 1890.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMIRIM. Arquivo Público de Paramirim. **Livro para o Alistamento dos contribuintes do Município de Água Quente**. Água Quente, 1898.

RAMOS, M. N. **Educação Profissional: História e Legislação**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011a.

RAMOS, M. N. **Políticas e Diretrizes para a Educação Profissional no Brasil**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011b.

RANGEL, Augustinho Prudêncio. **Memória do Território da Bacia do Paramirim**. Boquira, 31 maio 2024. Depoimento concedido a Alan José Alcântara de Figueiredo.

REIS, Lysie. **Homens rudes e muito honrados dos mesteres: as organizações de trabalhadores das artes mecânicas em Portugal antes do século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2019.

RODARI, Gianni. **Gramática da Fantasia**. 10.ed. São Paulo: Sumus, 1982.

RODRIGUES, José. Educação Politécnica. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p. 168 – 175.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 4.ed. Curitiba: IBPEX, 2010.

- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 12.ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- SILVA, Domingos Belarmino da. **Memórias de um Professor**: 60 anos do Ginásio de Paramirim. [s.l.]:[s.n.], 2018.
- SILVA, Domingos Belarmino da. **A tecnologia em Paramirim**. Paramirim, 08 maio 2023a. Depoimento concedido a Alan José Alcântara de Figueiredo.
- SILVA, Domingos Belarmino da. **Raio X de uma antiga fotografia**. 4 mar 2023b. Disponível em: Domingos Belarmino Facebook. Acesso em 26/03/2023.
- SILVA, Isabel Salviano da; SILVA, Francisca de Paula Santos da. Educação Profissional e Território de Identidade: uma análise do Centro Territorial de Irecê – Bahia. *In*: MUTIM, Avelar Luiz Bastos; MACHADO, Célia Tanajura; SANTOS, Aline de Oliveira Costa. **Educação Profissional, Território e Sustentabilidade**. Curitiba: CRV, 2018.
- SILVA, Uilson Magalhães. **Botuporã**: entre resgates e rescaldos. [S.l.]: Gráfica Tanque Novo, 2012.
- SOUSA JÚNIOR, Justino. Omnilateralidade. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p. 284 – 292.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia**: introdução à administração educacional. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. O Método Materialista Histórico e Dialético para a Pesquisa em Educação. **Revista Simbio-Logias**, v. 12, n.17, 2020.
- TURMENA, Leandro. Materialismo Histórico-Dialético em Fontes: Contribuições para a História da Educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.59, p. 23 – 36, out 2014 – ISSN 1676-2584. Acesso em: 29/01/2024.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. (Vol. 1)
- VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE**, v.23, n.1, p. 53 – 69, jan./abr. 2007.
- WANDERLEY, M. F. A. Estudo sobre a baixa demanda para os cursos de agroecologia e agropecuária no Colégio Estadual Ernesto Carneiro Ribeiro. *In*: DIEESE. **A Educação profissional e a intervenção social**: Coletânea de projetos de intervenção social de gestores dos Centros de Educação Profissional. Salvador: DIEESE; SUPROF, 2015.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA (DIRETORES DOS ANEXOS)

1. Voltando um pouco no tempo, você poderia contar como ocorreu a implantação do Anexo no Colégio XXX, para a oferta de Educação Profissional?
2. Fale um pouco sobre as expectativas da comunidade em relação à implantação do curso de EP na sua cidade
3. Qual a sua opinião sobre a relação entre abertura de turmas de Educação Profissional e o desenvolvimento da sua cidade?
4. Você identifica aspectos de desenvolvimento humano, econômico, ambiental e cultural que, eventualmente possam ter surgido no município em decorrência da implantação da EP no Colégio tal?
5. Você acredita que a oferta de EP na cidade pode alavancar o desenvolvimento do Território da Bacia do Paramirim

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM TÉCNICOS EGRESOS CETEP DA BACIA DO PARAMIRIM

1 – Voltando um pouco no tempo, ao ano em que você concluiu o Ensino Fundamental, você poderia fazer um relato da razão que levou a escolher um Curso Técnico em vez de fazer o Ensino Médio Regular? Qual a formação técnica que você optou? Por quê?

2 – Que avaliação você faz do desenvolvimento de sua formação técnica durante as aulas teóricas?

3 – Agora que você acumula experiências de vida, que avaliação faz das atividades formativas práticas, inclusive o estágio?

4 – O curso que você fez teve algum impacto positivo em sua vida familiar, cultural e econômica?

5 – Que avaliação você faz do CETEP da Bacia do Paramirim, de forma geral?

6 – Você recomendaria aos jovens de sua comunidade a opção por cursar educação profissional?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PROFESSORES

- 1 – Como você avalia sua atuação como professor da Educação Profissional e Tecnológica?
- 2 – Como a Secretaria da Educação investiu em sua formação em trabalho para adequá-lo às propostas da Educação Profissional e Tecnológica?
- 3 – Quais as dificuldades encontradas?
- 4 – Quais ações você considera positivas em seu trabalho formativo de técnicos de nível médio?
- 5 – Como você avalia os impactos da Educação Profissional e Tecnológica em sua realidade ou no Território de Identidade como um todo?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM MEMBROS DO COLEGIADO DO TERRITÓRIO

- 1 – Qual avaliação você faz da atuação do CETEP da Bacia do Paramirim para o desenvolvimento do Território?
- 2 – Como você avalia a relação CETEP/ Colegiado do Território?
- 3 – Os técnicos formados pelo CETEP da Bacia do Paramirim têm dado alguma contribuição para o desenvolvimento do Território? Tem exemplo(s) concreto(s) para citar?
- 4 – Como o Território absorveu os técnicos formados pelo CETEP da Bacia do Paramirim?
- 5 – O que sugere para melhorar a oferta do CETEP da Bacia do Paramirim?

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Eu, _____, brasileiro/a, maior, portador(a) do
RG _____ n° _____, residente
_____ , está sendo convidado a participar de

um estudo denominado **Impactos da implantação da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento socioeconômico, político e ambiental do Território da Bacia do Paramirim, 2008 – 2016**, cujos objetivos e justificativa são: a implantação da Educação Profissional e Tecnológica em rede no Estado da Bahia atendeu a uma indicação geral durante a consulta popular para a elaboração do Plano Plurianual Participativo 2008 – 2011. Os representantes da sociedade entendiam que a Educação Profissional seria capaz de proporcionar o desenvolvimento equânime de todo o Estado, reduzindo as desigualdades econômicas e sociais que, então se verificavam. Dessa forma, buscar-se-á **analisar os elementos que indicam o atendimento às expectativas relacionadas ao desenvolvimento político, econômico, ambiental e cultural no Território de Identidade da Bacia do Paramirim, após a implantação da Educação Profissional e Tecnológica.**

A sua participação no referido estudo será no sentido de participar de uma ou mais entrevista/s e, na medida do possível de um grupo de interlocução, que terá por objetivo socializar e conferir as respostas encontradas e interpretadas pelo pesquisador. Esclareça-se ainda que não haverá ônus para o colaborador, nem exposição que fira sua privacidade.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são o Professor Mestre Alan José Alcântara de Figueiredo, doutorando do PPGEduc/UNEB e a Professora Doutora Célia Tanajura Machado, com os quais o colaborador poderá manter contato pelo telefone (77) 99951-1996.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo, o colaborador deverá comunicar-se com a Conselho de Ética da UNEB por meio do telefone (71) 3117-xxxx ou por e-mail para o endereço:_____.

() Li e concordo com os termos acima.

_____, ____ de _____ de 202__.

Entrevistado(a)

Alan José Alcântara de Figueiredo